

**CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

JULIETE RISSI

**A ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NA POLÍTICA SOCIOASSISTENCIAL
DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES**

**SÃO MATEUS-ES
2023**

JULIETE RISSI

A ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NA POLÍTICA SOCIOASSISTENCIAL
DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Educação e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa

SÃO MATEUS--ES

2023

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Centro Universitário Vale do Cricaré – São Mateus – ES

R596a

Rissi, Juliete.

A atuação do educador social na política socioassistencial do município de Presidente Kennedy - ES / Juliete Rissi – São Mateus - ES, 2023.

127 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2023.

Orientação: prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa.

1. Educador social. 2. Pedagogia social. 3. Políticas públicas. 4. Escolas públicas. 5. Presidente Kennedy - ES. I. Rosa, Pablo Ornelas. II. Título.

CDD: 370.115

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

JULIETE RISSI

**A ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NA POLÍTICA
SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE
KENNEDY-ES**

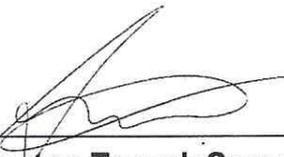
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação, do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 25 de setembro de 2023.

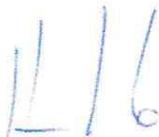
COMISSÃO EXAMINADORA



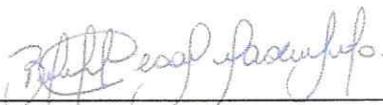
Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa
Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC)
Orientador (a)



Dr. Aknaton Toczec Souza
Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)



Dr. Humberto Ribeiro Júnior
Universidade de Vila Velha (UVV)



Dr. Bruno Cesar Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

DEDICATÓRIA

A todos os Educadores Sociais brasileiros, por sua árdua luta, determinação e desejo em transformar a realidade social de nosso país.

AGRADECIMENTOS

A Deus, inteligência suprema.

A Pablo Ornelas Rosa, pelo acolhimento e momentos de orientação. Momentos que foram fundamentais para a promoção de possibilidades de construção de uma identidade pesquisadora.

Aos professores do Centro Universitário Vale do Cricaré, pelos ensinamentos e compartilhamento de experiências e saberes.

Agradeço à Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy-ES, pelo compromisso com a educação e por incentivar os funcionários efetivos à formação continuada através de bolsas de estudos.

À equipe que compõe a política socioassistencial do município de Presidente Kennedy-ES, pelo acolhimento e disponibilidade.

Aos sujeitos desta pesquisa, que abrilhantaram o processo, conduzindo-me à curiosidade e frequentes indagações.

Às amigas, Patrícia Vieira Santana, Magda da Silva Santiago e Priscila Fosse Coimbra Tinoco, parceiras de trabalho. Foi um imenso prazer realizar esse sonho na companhia de vocês!

À Jane Mery Angela Ardisson, pela escuta e conversas fundamentais.

À Regina Célia Ardisson Sartóri, pelo incentivo e suporte oferecido.

A minha filha Manuela Rissi Ardisson, nascida durante essa árdua trajetória. Meu amor, você é o motivo pelo qual eu permaneço viajante em meus sonhos!

Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura toma parte é um tempo de possibilidades não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade.

Paulo Freire

RESUMO

RISSI, Juliete. **A atuação do educador social na política socioassistencial do município de Presidente Kennedy-ES**. 2023. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Vale do Cricaré.

Diante das várias formas de se fazer e perceber a educação, produziu-se um saber denominado de pedagogia social que passou a viabilizar um mediador para a práxis supracitada, definido como educador social. Este profissional tem como atribuições e competências a aproximação com sujeitos vulneráveis e propensos a dificuldades sociais. Intencionando compreender como ocorre a atuação desse profissional em contextos não formais, o presente trabalho objetiva analisar a atuação de educadores sociais na política socioassistencial do município de Presidente Kennedy - ES. Conduzido por uma abordagem de estudo qualitativa e com inspiração etnográfica, optou-se pela aplicação de questionário semiestruturado direcionado a educadores sociais que atuam no Centro de Referência da Assistência Social e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município lócus da pesquisa, seguido de pesquisa de campo como forma de acompanhamento da prática empregada pelos profissionais junto aos munícipes na condição de vulnerável. Os principais autores que contribuem para embasamento teórico da pesquisa são Ferreira (2022), Silva, Silva e Menezes (2021), Bravin, Paiva e Pinel (2020), Garrido (2021), Nunes (2021), Valente (2020), Pereira (2019), Jaccoud, Bichir e Mesquita (2017), Santos, Araújo, Baumgarten (2016), Carvalho (2014), Loureiro e Casteleiro (2014), Gohn (2006), Caliman (2010), Paiva (2010, 2011, 2015). Como produto final, foi proposto um e-book para educadores sociais, intitulado “A atuação de educadores sociais em contextos não formais”, cujo objetivo foi a apresentação de informações que incentivem reflexões sobre estudos e conquistas pertinentes às áreas de atuação do Educador Social com ênfase no Sistema Único de Assistência Social. Os resultados exprimiram uma práxis dotada de elementos impreteríveis, que exigem do profissional preparação psicológica, empatia, bom senso, escuta, busca ativa, responsabilidade social e perfil interventor, mas que somados, possibilitam inferências em contextos vulneráveis e possíveis transformações sociais.

Palavras-chave: Pedagogia Social. Educação Social. Educador Social. Política Socioassistencial.

ABSTRACT

RISSI, Juliete. **The role of the social educator in the social-assistance policy in the municipality of Presidente Kennedy-ES.** 2023. 127 f. Dissertation (Master's) – Vale do Cricaré University.

Faced with the various ways of doing and perceiving education, a knowledge called social pedagogy was produced, which began to enable a mediator for the aforementioned praxis, defined as a social educator. This professional has the attributions and skills to approach vulnerable subjects and prone to social difficulties. Intending to understand how this professional works in non-formal contexts, this work aims to investigate the role of social educators in the social assistance policy from the municipality of Presidente Kennedy – ES. Conducted by a qualitative study approach with ethnographic inspiration, it was decided to apply a semi-structured questionnaire aimed at social educators who work at the Reference Center for Social Assistance and the Specialized Reference Center for Social Assistance of the municipality where the research was carried out, followed by field research as a way of monitoring the practice used by professionals with vulnerable citizens. The main authors who contribute to the theoretical basis of the research are Ferreira (2022), Silva, Silva and Menezes (2021), Bravin, Paiva and Pinel (2020), Garrido (2021), Nunes (2021), Valente (2020), Pereira (2019), Jaccoud, Bichir and Mesquita (2017), Santos, Araújo and Baumgarten (2016), Carvalho (2014), Loureiro and Casteleiro (2014), Gohn (2006), Caliman (2010), Paiva (2010, 2011, 2015). As a final product, an e-book for social educators was proposed, titled "The performance of social educators in non-formal contexts", whose objective was to present information that encourages reflections on studies and achievements relevant to the areas of activity of the Social Educator with emphasis on the Unified Social Assistance System. The results expressed a praxis endowed with essential elements, which require the professional to be psychologically prepared, empathy, common sense, listening, active search, social responsibility and an intervening profile, but which, together, enable inferences in vulnerable contexts and possible social transformations.

Keywords: Social Pedagogy. Social Education. Social educator. Social Assistance Policy.

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CIPS	Congresso Internacional de Pedagogia Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PBF	Programa Bolsa Família
PCF	Programa Criança Feliz
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

Longos caminhos venho percorrendo. Descobrimo e redescobrimo aptidões, deslizando em fracassos processuais, me lançando ao inédito. Não me custa sonhar. Permito-me abrilhantar o caminho sem receio do improvável, mas convicta de que grandes sonhos são alcançados por aqueles que não desistem no meio da jornada. Insisto em permanecer viajante.

SUMÁRIO

REFLEXOS DO PASSADO	12
1 INTRODUÇÃO	16
2 O NASCIMENTO DO EDUCADOR SOCIAL	21
2.1 A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DO EDUCADOR SOCIAL	21
2.1.1 Projeto de lei nº 2676/19: marco normativo na legitimação da profissão educador social	28
2.2 A ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS	31
2.3 PEDAGOGIA SOCIAL: ABORDAGENS INTRODUTÓRIAS	34
2.4 PEDAGOGIA SOCIAL: PANORAMA HISTÓRICO E DEFINIÇÕES	37
2.5 EDUCAÇÃO SOCIAL E A FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES RESILIENTES	46
2.6 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: ONDE A PRÁXIS ACONTECE	48
3 ESBOÇO METODOLÓGICO	52
3.1 A PESQUISA E OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	52
3.2 LÓCUS DA PESQUISA	55
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	55
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	56
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	57
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	57
4.2 DIÁLOGOS COM A PRÁTICA	58
4.3 O ENCONTRO	68
4.3.1 Oficinas	68
4.3.2 Visitas domiciliares	72
4.3.3 Evento 18 de Maio	75
5 PRODUTO EDUCACIONAL: UMA SINTETIZAÇÃO	76
5.1 JUSTIFICATIVA	76
5.2 OBJETIVOS	77
5.3 PREPONDERAÇÕES	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	88

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA	88
APÊNDICE B - PRODUTO FINAL	91

REFLEXOS DO PASSADO

Nasci no ano de 1992, com uma história comum a tantas outras, fui criada por minha mãe e avó materna. Não fui oportunizada ao privilégio de crescer sobre a proteção paterna, me espelhando restritamente a minha mãe como reflexo de força, condução moral e determinação.

Tive uma infância simples. Em um terreno compartimentado, dividíamos o espaço entre os membros da família. E assim, avó, filhos e netos, viviam juntos, trocando experiências, aflições e rotinas.

Nossa casa era muito simples, comportava quatro cômodos bem pequenos e com estrutura precária. Era forrada de Eternit e com o chão cimentado. Sempre que possível, minha mãe encerava o chão de vermelho e aquela cor trazia uma sensação de fluidez, organização e qualidade de vida. Por muitos anos tomamos banho com água encanada, esquentando a água no fogão a lenha nos dias frios. Foi nessa casa que permaneci morando até os quinze anos de idade. Nela, tive uma infância alegre, livre, sensível e movida pela simplicidade.

Minha família se dedicava ao trabalho rural, e por isso, desde criança eu frequentava a roça, e tinha naquele ambiente uma oportunidade de desenvolvimento pessoal e descoberta de mundo - mesmo que precoce. O que sempre me inquietou foi o fato de acompanhar tão de perto a rotina da minha mãe, e perceber que tão jovem, ela precisou lutar bravamente para me proporcionar o que socialmente seria considerado bom e adequado.

A escola, meu segundo ambiente de convívio social durante a infância, me proporcionou muitos momentos de alegrias e aprendizados. Vivendo em uma comunidade pequena e do campo, fui oportunizada a passar por todo o processo escolar frequentando apenas duas escolas. Sempre estudei em escola pública, e consciente da minha história de vida, buscava incessantemente dedicar-me ao processo escolar, almejando que ele fosse o facilitador de uma estabilidade futura. Muito comprometida, destacava-me pela facilidade em absorver os conteúdos.

Assim, em 2009 finalizei o Ensino Médio já conquistando bolsa integral no curso de Medicina Veterinária no município de Castelo. Minha recusa de ingresso foi devido à aptidão por esportes, e um sonho singular em cursar Educação Física. Sonho por qual lutei por durante dois anos, até perceber que era necessário interrompê-lo e buscar outras possibilidades para ingressar no mercado de trabalho.

O ano era 2012. Eu estava trabalhando em uma empresa de processamento de hortaliças, tendo pequenas experiências anteriores como lavradora. Sentia gratidão pelas oportunidades, mas ao mesmo tempo, almejava ardentemente retornar aos estudos e conquistar uma formação acadêmica que estivesse em consonância com o meu histórico de comprometimento com a educação.

Pela terceira vez eu esperava o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Dentre as opções de cursos requeridas estava a Pedagogia. Nunca foi a primeira opção e confesso a escolha pelos indícios de facilidade de ingresso. Quando saiu o resultado de aprovação, comemorei como se fosse o curso almejado. Comemorei porque retornaria para Educação Formal. Comemorei porque a primeira neta de uma linhagem familiar estava sendo oportunizada a ingressar em um curso de nível superior. Comemorei e arrisquei.

Os dois primeiros anos do curso foram explicitamente desmotivadores. Eu trabalhava durante o dia em um açougue, inserida em uma rotina árdua. À noite, me deparava com disciplinas teóricas maçantes, que fugiam da minha percepção de educação e sala de aula. As disciplinas não abrilhantavam meus olhos, e por várias vezes, eu me senti uma peça fora do quebra-cabeça. Meus pensamentos insistiam em me direcionar para a desistência, mas eu temia o retrocesso, e por isso, mesmo sem a certeza se era a área que eu queria atuar, busquei dar continuidade ao curso.

Em 2014, quando eu iniciava o quinto período do curso de Pedagogia, fui convidada a assumir um cargo de gestão na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, especificamente no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS.

Atuar em uma Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social me proporcionou a aproximação com pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Um grupo caracterizado por necessidades e aparentes dificuldades que se fundamentam na exclusão, negação de direitos, fragilidades, carência e empecilhos de inserção em atividades culturais, educativas e socioeconômicas. Pessoas de diferentes faixas etárias, que se encontram desestimuladas, extraviadas, negligenciadas e desorientadas.

Embora meu trabalho acontecesse no setor do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, eu tinha muito interesse pelo trabalho das educadoras sociais que coordenavam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Era um trabalho com crianças, adolescentes e idosos, engajado na reinserção social, reforço escolar,

promoção individual e qualidade de vida, oferta de momentos lúdicos e recreativos. O fazer delas me encantava. Encantava-me as formas de educação que se estabeleciam naquele espaço. Sem cobranças, formalidades e exigências processuais. Eram momentos leves, de troca coletiva, de escuta, de compartilhamento de saberes, dores, aflições, mas onde também, o abraço se fazia valente e necessário.

Surgiu assim, um interesse por temáticas que tratassem da Educação em espaços não escolar e que demonstrassem preocupação em discutir e apontar possibilidades de atuação pedagógica que fossem além da regência em sala de aula. A faculdade não ofertou nenhuma disciplina que sanasse dúvidas relativas à educação não formal e foi na minha atuação no Centro de Referência e Assistência Social que iniciei a compreensão de que a conceituação de educação não se limitava a elementos constituintes do contexto escolar e que o fazer pedagógico ia muito além de uma sala de aula, podendo estar, nos diferentes âmbitos em que a educação se fizesse necessária.

Assim, minha estadia na Assistência Social consolidou a compreensão de que naquele espaço a educação também se fazia presente, através de oficinas, cursos, grupos de convivência, lazer e esporte. Posteriormente, surgiram as inquietações. Sempre muito observadora, percebi que apesar de todo o esforço, amor e comprometimento, as profissionais que trabalhavam no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos apresentavam dificuldades com o planejamento que antecedia as práticas educativas, demonstrando incertezas e dúvidas constantes.

Todavia, foi nesse momento que as indagações e inquietações se manifestaram com mais clareza e certeza para mim: Existe obrigatoriedade de profissional pedagogo atuando na assistência social? Qualquer profissional está apto para trabalhar com práticas educativas não formais? Os intitulados educadores sociais precisam de formação? A promoção e valorização do educador social são asseguradas por lei? A pedagogia que se manifesta em espaços não formais poderia ser denominada pedagogia social? Por que a Educação não formal e suas ramificações não fazem parte do currículo do curso de Pedagogia?

Seguindo essas inquietações iniciais fui me aproximando do tema referente à pedagogia social, dedicando-me durante um ano a estudar os saberes que envolvem este campo, almejando investigar conceitos e manifestações que me aproximaria da compreensão acerca da atuação do educador social, seu perfil e importância para nossa sociedade.

Eu me formei em 2015. Poucos meses depois já estava atuando em sala de aula. Ministrava aulas de Geografia como profissional habilitanda. Desde então, tive pequenas experiências nos mais variados níveis da educação, perpassando o berçário até a Educação de Jovens e Adultos.

Em 2018 prestei concurso público, fui aprovada e retornei para a educação como profissional efetiva. Trabalhei em uma escola multisseriada, lecionando para as três turmas do ciclo de alfabetização. Um enorme desafio.

Iniciando recentemente o curso de mestrado em ciência, tecnologia e educação no Centro Universitário Vale do Cricaré – UNIVC, tenho convicção de que as mudanças na jornada me aproximaram de novas realidades e temas de discussão. Para o projeto de pesquisa eu poderia escolher como tema da alfabetização, pelo deslumbre e encantamento. Poderia também investigar de forma mais minuciosa a realidade das escolas do campo multisseriadas, pela curta experiência que tive, mas que se qualificou como uma das mais desafiadoras e exigentes. Mas mesmo atuando como professora alfabetizadora, o desejo que permanece é dar continuidade ao projeto de pesquisa sobre a atuação do educador social.

Finalizo esse memorial com uma singela apresentação: Meu nome é Juliete Rissi, professora licenciada em Pedagogia e Geografia. Uma professora que presumia não ter perfil para atuar na educação, mas que hoje se encanta pela prática educativa e suas - tantas e distintas - manifestações.

1 INTRODUÇÃO

“Ninguém escapa da educação”. Essa fala preconizada por Brandão (2007, p.7) infere a concepção de que, de muitas formas, perpassando distintos contextos, dialogando e convivendo com diferentes sujeitos, estamos continuamente misturando nossa vida com a educação. Ou, como o próprio autor menciona: educações, no plural.

No entorno de sua amplitude, a educação direciona saberes, instrui preceitos, move pensamentos, posiciona e articula ações, evidencia realidades e coloca o sujeito na posição de decisão, observação, verificação, reflexão. Um estado crítico que transforma, ou possibilita transformações.

Em consequência disso, é *repensado* o ideal de sociedade, o currículo escolar, as raízes históricas, o que posiciona e valida grupos sociais. Um repensar que move estudos, que preza pela equidade social, e que mesmo diante de insuficiências sociais, não postula conviver com a subordinação doutrinária.

Considerando a complexidade da educação, suas vertentes e concepções, Gadotti (2012) já destacava que a realidade atual não é a única possível, tampouco seria imutável, já incitando para a reflexão de que a educação ao mesmo tempo que educa para a adaptação e conformismo, pode também, educar para a mudança e a transformação.

Nesse sentido, enceta a pedagogia social, compreendendo-a como um campo de saberes cujo objeto de estudo é a sociabilidade humana e a dinamicidade de relações sociais. Segundo ele, essa pedagogia considerada *práxis*, influi diretamente na reformulação e modificação da sociedade, apresentando como premissa norteadora a possibilidade de adentrar em tecidos sociais e ocasionar nos sujeitos o ideal de transformação e atuação social digna e subjetiva.

A prática da teorização desenvolvida pela pedagogia social, fica concernida a educação social. “Em princípio, toda a educação é, ou deve ser, social, já que quando falamos de educação não podemos prescindir da sociedade, da comunidade e do contexto familiar, social e político onde vivemos” (GADOTTI, 2012, p. 10). Entretanto, é plausível considerar que as especificidades da sociedade contemporânea e seus arranjos sociais, tem incitado o aprofundamento e alargamento do campo de atuação da educação social, que compreende, entre tantos e distintos contextos:

[...] a educação de adultos, popular, comunitária, cidadã, ambiental, rural, educação em saúde e se preocupa, particularmente, com a família, a juventude, a criança e o adolescente, a animação sociocultural, o tempo livre, a formação na empresa, a ação social. O educador social atua no âmbito da Educação de adultos, Educação parental, Educação de deficientes, Educação laboral e ocupacional, Educação para o tempo livre, Educação cívica, Educação comunitária, Educação para a saúde, Educação penitenciária, Educação intercultural, Educação ambiental e outros (GADOTTI, 2012, p. 12).

Essa abrangência de espaços reforça a necessidade de evidenciar com mais recorrência o estudo dessas práticas, o que resulta também, no status de legítima importância na história da educação. Em consonância, entra na discussão um protagonista importante, o educador social. Um profissional que meio a tantos embates teóricos e legislativos, se apropria da tarefa de potencializar sujeitos, que de forma proferida, são posicionados enquanto indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social.

Um dos campos de atuação do educador social, e de interesse da pesquisa que se tece, é o Sistema Único de Assistência Social. Esse sistema dispõe de ações e serviços socioassistenciais que incluem a proteção básica e a proteção especial, sendo ofertadas no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS dos municípios. Nesse disposto, a Secretaria de Assistência Social se apresenta enquanto fomentadora de política pública do qual os municípios em situação vulnerável buscam complacência, acolhimento e proteção, apresentando ainda, competência para articular o enfrentamento a problemas sociais que serão evidenciados na pesquisa. No estado de bem-estar social contemplado na Constituição de 1988, a política pública deve atender todo o cidadão que dela necessitar.

Em conformidade com a legislação, a consolidação de uma rede competente de profissionais, que abarca o ofício do educador social, sujeitos vulneráveis são apoiados, orientados, direcionados a serviços e benefícios pertinentes a sua caracterização social. Assim, “A defesa da educação social é pela formação integral das pessoas excluídas socialmente, tornando-as protagonistas de sua história” (PEREIRA, 2019, p. 317).

Nessa premissa de discussão, o educador social “[...] educa em função de um sonho na busca de um mundo justo, produtivo e sustentável para todos e todas. Para intervir e mudar o mundo que deseja transformar, ele precisa conhecer a realidade

onde atua, com os pés no chão, mas procurando enxergar longe” (GADOTTI, 2012, p.3).

Adentrando nesse cenário de implicações sociais, nada mais viável e urgente que compreender quem são os educadores sociais, os espaços de atuação em que eles se fazem presentes e como a arte de educar e aprender acontece em suas práticas pedagógicas.

No ensejo de investigar formas de se fazer e articular educação em ambientes não formais tomando como foco a atuação deste profissional na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, aponta-se o problema a ser discutido: Como ocorre a atuação do educador social na política socioassistencial do Município de Presidente Kennedy – ES?

Visionando alcançar respostas para a questão norteadora da pesquisa, objetiva-se, de forma geral, compreender como ocorre o trabalho do educador social junto à população em situação de vulnerabilidade no município de Presidente Kennedy/ES. Posto isso e ansiando uma análise mais minuciosa acerca da pesquisa desenvolvida, pretende-se:

- Compreender a implementação da pedagogia social e da educação social no cenário socioeducativo brasileiro, com ênfase no estado do Espírito Santo;
- Observar a atuação do Educador Social na política socioassistencial do município de Presidente Kennedy – ES, tematizando a atenção com o sujeito vulnerável;
- Descrever como os educadores sociais relatam aspectos referentes a sua atuação profissional, tais como experiências, formação, perspectivas e ações cotidianas;
- Produzir um e-book destinado a educadores sociais, com a finalidade de apresentar informações que incentivem reflexões sobre estudos e conquistas pertinentes as áreas de atuação do Educador Social com ênfase no Sistema Único de Assistência Social.

Os objetivos listados serão determinantes na compreensão acerca da articulação dos conceitos mobilizados na pesquisa, tais como educação não formal, pedagogia social, educação social e educador social, possibilitando ainda, uma aproximação com o campo de atuação destes profissionais que atuam a partir da utilização de tais saberes orientados por pedagogia plurais.

Considerando a complexidade dos novos arranjos compostos pela sociedade hodierna, a escola formal atribuída ao ensinamento curricular se vê engessada na resolução de problemáticas sociais demarcadas e imbricadas na realidade de muitos sujeitos constituintes. Assim, sujeitos vulneráveis acabam buscando apoio em outros órgãos e entidades, que também contam com o trabalho de pessoas que têm no exercício da educação abertura para aproximar-se daqueles que padecem de insuficiência financeira e instrucional.

Pondera-se então, que a conceituação de educação não se limita a elementos constituintes do contexto escolar. Isso ocorre porque o termo vem ganhando destaque e abrangência social, sendo reconhecido em diferentes âmbitos, inclusive nos espaços denominados não formais, compreendidos como “associações, clubes, obras sociais e uma infinidade de locais onde têm experiências relativas à educação [...]” (CALIMAN, 2010, p. 342). A assistência social é um exemplo de política pública que promove o acesso e estadia à educação e agregados, sem ter contato direto com o âmbito educacional, ou fazer uso de metodologias empregadas formalmente. A mesma acolhe diariamente grande demanda de pessoas, norteando o contato destas com a educação informal, através de oficinas, cursos, grupos de convivência, lazer e esporte.

Portanto, a pesquisa aqui exposta, emerge da importância em suscitar a amplitude do trabalho com a educação não formal, justamente por ser um saber educacional que propõe uma leitura de mundo baseada em elementos e percepções que se aproximam da realidade do sujeito vulnerável, sendo amparado principalmente pela pedagogia social. Sendo assim, é necessário compreender a definição e a importância da pedagogia social e da educação social para a sociedade atual, levando em consideração a possível estabilidade e articulação entre educação e política socioassistencial, na medida em que se evidencia a atuação imprescindível deste profissional chamado de educador social.

Em relação à metodologia adotada, a abordagem do estudo foi qualitativa com inspiração etnográfica, optando-se pela aplicação de questionário semiestruturado direcionado a educadores sociais da política socioassistencial do município lócus da pesquisa, seguido de pesquisa de campo como forma de acompanhamento da prática empregada pelos profissionais junto aos munícipes na condição de vulnerável.

A fim de respaldar a pesquisa em um projeto estruturalmente claro e conciso, a investigação foi organizada em cinco capítulos: o primeiro apresenta uma

introdução, que situa o leitor acerca do contexto da pesquisa, perpassando pelo problema, objetivos e justificativa; o segundo, enfatiza a fundamentação teórica de embasamento, tencionando a apresentação de definições históricas e processuais sobre o tema em discussão. Neste, denotar-se-á definições e o histórico da pedagogia social no Brasil; a apresentação da educação social e o seu potencial na formação de subjetividades resilientes; a manifestação da educação em espaços não formais; a definição do profissional educador social, tratando do seu perfil; as conquistas e alcance no cenário socioeducativo brasileiro; e possíveis campos de atuação.

O terceiro capítulo descreve o percurso metodológico utilizado no desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim, é neste momento que o campo investigativo será apresentado, assim como os sujeitos da pesquisa, os procedimentos adotados para a coleta de dados e sua consequente análise.

No quarto capítulo, atinam-se os dados logrados durante a investigação, inclusive os resultados obtidos através das entrevistas realizadas com os educadores sociais do CRAS e do CREAS, paralelamente, dialogando com o referencial teórico mobilizado.

O quinto capítulo apresenta uma síntese acerca do produto técnico, apresentado como um e-book intitulado “A atuação de educadores sociais em contextos não formais”. Este, trata-se de um produto educacional dedicado a apresentação de informações que fomentam reflexões, destacando as conquistas pertinentes da área de atuação desses profissionais, enfatizando a importância do Sistema Único de Assistência Social em seu processo de institucionalização.

Finalizando cada uma das etapas apresentadas, espera-se contribuir para que educadores sociais possam atuar em contextos socioeducativos vislumbrando possibilidades e reconhecimento, conscientes da importância da sua prática, e responsáveis com a aptidão e potencial de transformação social que a sua profissão apresenta. Afinal, “[...] O nosso é um trabalho realizado com gente, miúda, jovem ou adulta, mas gente em permanente processo de busca” (FREIRE, 1996, p.144). Gente que recua, transgride, sofre, convive, luta, progride, vive. E vivendo, faz por merecer os devaneios da vida!

2 O NASCIMENTO DO EDUCADOR SOCIAL

2.1 A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DO EDUCADOR SOCIAL

Ao introduzir uma reflexão sobre a identidade do profissional educador social, é pertinente considerar que “a educação tem sido, em primeira instância, lugar de interiorização dos aspectos subjetivos e objetivos das instituições inventadas pelo homem no seu processo civilizatório” (PEREIRA, 2019, p. 313). Mas, assim como pontuado por Pereira (2019), precisa assumir o seu papel de autonomização dos sujeitos, pela práxis pedagógica.

Embora seja de suma importância no processo de autonomização de indivíduos, o “trabalho do Educador Social atualmente no Brasil é encarado por muitos órgãos e instituições, ainda sem muita importância valorativa enquanto profissão” (GARRIDO, 2021, p. 03). Entretanto, ainda segundo a autora, enfatizando a abrangência de âmbitos e contextos que recebem influência da educação social, é preciso um profissional atuante e que se atente a leitura crítica da realidade social e suas configurações. Essa atribuição ficou a encargo do educador social.

Segundo Nunes (2021, p. 01), a profissão em discussão surgiu como resposta “à insuficiência do assistencialismo na intervenção social”, assim, foi direcionado ao educador social a criação de ambientes propícios para a promoção e desenvolvimento dos direitos de cidadania. A autora ainda ressalva que “A emergência desta profissão advém, ainda, de se considerar a educação permanente, ao longo de toda a vida e possível de se executar fora da dimensão escolar” (NUNES, 2021, p. 03).

Nesse viés, Pereira (2019, p. 312) aduz que “[...] existem atividades no trabalho social que é da alçada da educação, portanto requerendo um profissional com conhecimentos pedagógicos que são adquiridos, a partir das experiências e de um longo processo formativo”. Concomitantemente, Pereira (2019) incita que o trabalho desse profissional está na educação de pessoas em estado de vulnerabilidade social, centrando-se na intencionalidade de ocasionar a promoção social e cognitiva, no sentido de provocação da conscientização libertadora.

O educador social deve ser capaz de intervir em projetos que demande na transformação da comunidade e alto alcance na transformação social. (GARRIDO, 2021, p. 02). Em consonância, Pereira (2019, p. 320) evidencia que o educador social “atua na execução de políticas sociais que tenham a educação social como uma das

práticas de promoção social”. Em concernente, Valente (2020, p. 2335), aponta o educador social como atuante “na inclusão, nas inaptações e no favorecimento de autonomias e do bem-estar, com intervenção em contextos sociais diversificados e desfavorecidos”.

Com relação aos grupos principais atendidos pelo educador social, Valente (2020, p. 2335) ao citar Valléz (2009) apresenta a:

População em risco social (e.g., indivíduos que foram vítimas de abandono, negligência e/ou mau trato), população em situação de desadaptação social (e.g., pessoas vítimas de delinquência e/ou exclusão), e população em geral (e.g., desenvolvimento local).

Considerando as especificidades dos grupos supracitados, Valente (2020) reforça que é um trabalho em que a “heterogeneidade e a complexidade das realidades estão presentes”, por isso, o vínculo afetivo com o indivíduo vulnerável é imprescindível. Diante o exposto:

O profissional de educação social é um agente de mudança social que utiliza estratégias de intervenção educativa. Atua na inclusão social, nas inaptações sociais e no favorecimento das autonomias e do bem-estar social. Contribui para o desenvolvimento comunitário, para a construção de projetos de vida, envolve-se nas necessidades formativas da população em diversos contextos e desenvolve a adaptação sóciolaboral. Intervém particularmente em grupos sociais com vivências de risco. (VALENTE, 2020, p. 2335).

Em concordância, Nunes (2021, p. 4) ao citar Cardoso (2006) evidencia que o educador social caracteriza-se *pela* “[...] capacidade de perceber, refletir e adaptar-se às realidades e às dificuldades que vão surgindo, de forma a solucionar os diversos problemas do contexto social”, aduzindo ainda que entre as competências do educador social sobressaem o “saber estar, informar, intervir, desenvolver atividades individuais ou de grupo e assegurar resultados positivos que levem ao bem estar de todos os indivíduos envolvidos (instituição, pessoas com incapacidade, família)” (NUNES, 2021, p.4).

Equivalente a competências, Valente (2020, p. 2335) ao analisar a obra de Valléz (2009), prescreve a definição de duas dimensões distintas: as competências fundamentais e as competências centrais.

Competências fundamentais (englobam os diferentes níveis sobre como atuar/intervir, refletir e avaliar nos diferentes contextos da sua prática profissional), e competências centrais (que proporcionam ferramentas metodológicas para o trabalho e incluem as competências: relacionais e pessoais; sociais e comunicativas; organizativas; sistêmicas; de

aprendizagem e desenvolvimento; geradas pelo exercício das profissões; teóricas e metodológicas; condutoras; culturais; e criativas).

O educador social denota-se, assim, um profissional capaz de atuar, intervir, refletir e adaptar-se às realidades deparadas e dificuldades emergidas nos contextos de atuação. Um profissional que assume a responsabilidade de cooperação frente à superação de conflitos e a articulação na promoção do desenvolvimento individual e coletivo dos sujeitos atendidos. Trabalha como mediador de princípios e contextos socioculturais, valorizando a condição humana e intervindo pela formação e atuação de indivíduos na sociedade de forma respeitosa e assegurada.

Graciane (2014, p. 25) defende que “O educador social é um mediador do diálogo do educando com o conhecimento”. Concernente,

[...] o educador social é um pesquisador, um investigador que estuda, propõe, organiza, percebe, intervém e testa constantemente o seu referencial teórico com sensibilidade política, articulação social e participação comprometida, objetivando desafiar o educando a aprender a pensar, a elaborar e criar conhecimentos, resgatando a sua confiança na própria capacidade de aprender com prazer e êxito. (GRACIANE, 2014. p. 25-26).

Nesse contexto de reflexões, “A função-educador torna-se instrumento na criação de outras conexões para as relações de si a si, de si ao(s) outro(s), de outro(s) ao(s) outro(s)” (CARVALHO, 2008, p.7). Assim sendo, sua função dispõe “[...] tornar possível outras posições para os sujeitos envolvidos no empreendimento da formação, inclusive para si mesmo. Por seu intermédio, são reexaminados os privilégios dos sujeitos e os elementos condicionantes envolvidos ali” (CARVALHO, 2008, p. 8). Ainda, “Por meio da relação de apropriação, atribuição e de criação de descontinuidades, o educador faz operar experiências de libertação de domínios”. (CARVALHO, 2008, p. 8).

Em encontro, o autor evidencia que “[...] pode ser na promoção de novas formas de subjetividades, a partir das experiências de formação, no confronto de todo tipo de individualidade que nos foi imposta durante muito tempo, que a função-educador é convidada a se colocar e operar” (CARVALHO, 2008, p.8).

Ainda sobre a função-educador, o autor indica que a mesma “[...] pode operar no registro do intelectual específico porque ao ensinar e formar, valer-se de uma ligação subjetiva com outrem, o educador está estreitamente ligado à produção de verdade”. (CARVALHO, 2008, p.12).

Ela sempre se deparará com os termos da ritualização da palavra, com os jogos de qualificação e fixação dos sujeitos, com a força normativa dos grupos doutrinários e das forças finalizadas em todo discurso e saber. A função, a meu ver, concernente ao educador é saber qual o destino que ele dará para tudo isso. Ou ainda, qual destino que ele dará para si mesmo em sua relação consigo e com os outros. (CARVALHO, 2008, p.8).

Cabe ao educador social, que também se posiciona enquanto intelectual, conduzir sujeitos a compreensão da existência de uma força normativa doutrinária que qualifica grupos, que induz a discursos próprios, mas que não deve ser prescrito como imposição de qualificação e subjetividade de vida.

Em vista disso, Carvalho (2008, p.11) apresenta ideias Foucaultianas para exemplificar o potencial do educador, o que também se soma ao profissional que atua em contextos socioeducativos. Para Foucault (1988, p. 778) o papel do intelectual é “mudar alguma coisa no espírito das pessoas”. Dessa forma, o educador é capaz de mostrar que as pessoas “[...] são mais livres do que elas pensam, que o que elas tomam por verdadeiro, por evidente, não passam de temas fabricados em um momento histórico, e que esta pretensa evidência pode ser criticada e destruída”. (FOUCAULT, 1988, p. 778). Foucault explica que “[...] o problema não é mudar a consciência das pessoas ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional da produção de verdade” (1977, p.16). Ainda segundo Foucault (1984c, p.676, apud CARVALHO, 2008, p.13) “[...] o trabalho de um intelectual não é modelar a vontade política dos outros”, mas “[...] reinterrogar as evidências e postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições [...]”.

Em consonância, o educador social é o profissional que, disposto a resgatar a confiança do educando, se insere em sua realidade, estuda o campo com sensibilidade e busca artifícios e estratégias educativas comprometidas com a vencibilidade de situações que corrompem a capacidade de acreditar em suas próprias potencialidades. Ser educador social não é só mediar conhecimentos, mas ser atuante em uma realidade por vezes ocultada. É desafiar o educando com conhecimentos novos e estimulantes, instigar o pensamento crítico.

Ser educador Social é um grande desafio, pois constitui-se em uma tarefa de construir uma ideia, uma obra, uma esperança futura, edificar saberes aprendidos e cultivados no cotidiano da vida em um movimento dinâmico e complexo entre seres humanos. Toda relação educativa é uma relação de e entre pessoas que aprendem a viver os saberes, os valores, os ritos, hábitos

e costumes de uma determinada época em uma dada sociedade. (GRACIANE, 2014, p. 25).

É um trabalho, portanto, de busca, de reviver todo um histórico comunitário e familiar, de pesquisar e articular possíveis soluções e norteamentos para em sequência, desafiar o sujeito com a apresentação do que é esperado para atingir o êxito pessoal. É uma relação de autoajuda, de minimização de conflitos, de demonstração que há outras possibilidades, outras realidades e outros caminhos a serem seguidos. “Educar seria, assim, colocar-se sob um umbral de uma relação de saber-poder onde o outro também é levado em consideração” (CARVALHO, 2008, p. 06).

Ser educador social é ser, antes de tudo, um ser humano cheio de sensibilidade, harmonia e alteridade. É ser um educador que educa para a vida e para a sociabilidade humana. Que norteia ações e pensamentos, mas deixa sob competência do educando as decisões de vida. O educador social possui responsabilidades e competências bem peculiares. Atua em espaços desafiadores, reflexo das injustiças sociais e praticam de forma adaptativa e reflexiva metodologias adequadas a suprir as necessidades e carências desse público.

O educador, em sua individualidade, sempre está situado numa posição de sujeito. Entretanto, não despreza a inter-relação com a posição de outros sujeitos. (CARVALHO, 2008, p. 08). É ainda nessa perspectiva que, Carvalho defende que o educador é condicionante a permitir “[...] a produção de funções distintas daquelas que os sujeitos se encontram, vivem e experimentam o mundo, a ordem das coisas, constituem seus sonhos, enfim, como se voltam frente a frente para as velhas finitudes da existência – viver, trabalhar, conhecer” (CARVALHO, 2008, p.7).

O educador social não pode ter uma relação hierarquizada com o educando, mas horizontalizada. Uma relação afetiva, porém, sem jamais perder o rigor de conhecer (sentir/ agir) a realidade. Essa relação precisa ocorrer de forma horizontal, no sentido de proporcionar um diálogo aberto e compreensível, pautado pela visão holística, pelo fortalecimento de laços, vivências e sentimentos, e pelo ensejo por mudanças. É uma troca dialogal, de atitudes, ações, comprometimento e responsabilidades. É uma comunhão de ensinamentos e aprendizados.

É a convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a assumirem enquanto sujeitos sócios-históricos-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. Pressupõe romper com

concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnoseológica. (FREIRE, 1996, p. 11, apud SIQUEIRA et al, p. 2).

O educador social que pretende alcançar resultados com seu trabalho precisa agir com amorosidade e curiosidade. O amor rege todas as relações, precisando definitivamente manter-se firme no contexto profissional. O que é feito por obrigação e desprovido de amor, torna-se maçante e cruelmente imposto e insatisfatório. A curiosidade é peça fundamental dessa *práxis*, pois é justamente ela que instiga o educador a conhecer a realidade de atuação. Falar de respeito e autonomia com certeza torna-se mais prático e fácil para aqueles que portam ambas as características mencionadas.

Para Graciane (2014, p. 27-28) existem algumas ações educativas que devem ser atentamente priorizadas pelo educador social no decorrer de seu exercício. A efetivação educativa voltada à realidade social pode ser atingida através da postura ativa em desempenhar um trabalho voltado para solidariedade humana e preservação da realidade que a circunda. Para tanto, cabe ao educador social: possuir uma visão crítica, desenvolver ações conjuntas, buscar apoio popular e comunitário, ouvir, ter consciência do momento de cada educando, ter paciência, buscar conhecimentos prévios acerca da experiência de vida dos educados, priorizar o diálogo, refazer o caminho da ação educativa através da ação/observação, e compreender que o processo educativo não é linear, uma vez que, os conflitos e contradições existem.

Essa série de ações é complexa, mas deve contemplar de forma precisa o ambiente no qual se propõe fazer educação social.

É preciso que o educador social esteja atinado, no sentido de ver e perceber a aparência e a essência dos fenômenos sociais, para o feixe de novas emergências, exigências e modelos educativos, novos sujeitos sociais dos processos formativos/educativos e novas orientações político-culturais. (GRACIANE, 2014, p. 31).

Aprofundando aqui tal abordagem, Graciane (2014, p. 32) ainda enfatiza que “o educador social deve analisar e refletir, ampliar ou dispensar o aprendido, caso seja desnecessário para este tempo histórico”. Propondo uma comunicação clara e objetiva por parte do educador, a autora ainda enfoca que “O importante é buscar conhecer o grupo o qual vai trabalhar no tocante à sua cultura, identidade, valores, histórias e referenciais vividos, lidos ou aprendidos” (GRACIANE, 2014, p. 32).

Como Graciane aponta nada é estável, estático, finalizado ou determinado. O fazer do educador social também não deve ser. O “*aprender ser*” e “*aprender fazer*”

devem seguir o ritmo, o contexto, o histórico e a realidade do grupo de educandos. Assim, o educador social deve estar preparado não só para adaptações, mas também “esquecimentos” e recomeços.

Pinel, Silva e Domingos, assinalam a importância do profissional supracitado, discorrendo que ser educador social é crer que a mudança é possível, que ela se sustenta na própria esperança, se configura no ato de sonhar aquilo que é possível, até se findar na luta - na luta que concretiza. Nesse processo existe o diálogo que promove a riqueza da conciliação, da pronúncia, atenção e confiança. Além disso, o Educador que se auto define como educador social, que pratica a Pedagogia Social e se mobiliza pela luta em prol da sociabilidade humana.

Paiva (2015) durante o ‘II Seminário de Pedagogia Social no contexto da Educação Profissional: Percursos e Perspectivas’¹, apresenta algumas características determinantes para caracterizar o Educador Social, características estas, que foram denominadas pela autora de “Categorias Gerais de Sentido”. Para melhor desvendamento das categorias supracitadas foi elaborada a tabela que segue:

CATEGORIAS GERAIS DE SENTIDO (PAIVA, 2015) <i>Elaborada pela autora (informação verbal).</i>	
Categoria	Descrição
<i>Ação-reflexão-ação</i>	Dispõem da necessidade de refletir a própria prática socioeducativa, considerando o contexto, sujeitos, objetivos, e realidades circundantes.
<i>Diretividade</i>	Compreende “saber” com clareza o seu papel na sociedade, o que compete ser feito, o porquê da realização do trabalho e para quem é direcionado o mesmo.
<i>Amorosidade</i>	Inferir no amor tornado ação. Como Freire preconizava ‘o amor é uma intercomunicação íntima de duas consciências que se respeitam’. Não há educação sem amor. O amor leva ao ato de cuidar, defender, de se colocar no lugar do outro, compreendendo e interpretando suas angústias e dificuldades. O amor estabelece uma zona de proteção que ocasiona na confiança e respeito em dialogar com o outro.
<i>Dialogicidade</i>	O diálogo é peça fundamental em qualquer relação humana comunicável. É uma forma de exposição de ideias e conhecimentos, além de representar uma zona de encontros, escuta e trocas de saberes. Um diálogo entre duas consciências que se intercomunicam e se respeitam.
<i>Conhecimento</i>	“Falo do conhecimento que gera vínculos e metodologias diferenciadas. Que metodologia eu vou usar com esse menino que não tem pai, nem mãe, mora longe, não tem computador? [...]. Por isso, cada educador acha uma receita para cada educando, que é diferente, que é diverso um do outro”. É um conhecimento responsável com a cultura dos sujeitos atendidos. É um conhecimento que parte da vivência, da realidade do educando e da comunidade local na qual ele está inserido. Aliás, o educando é o objeto de estudo do Educador Social e tudo que é de seu interesse ou está presente em seu meio de vivência é extremamente importante para as pesquisas, abordagens e sucesso do trabalho.
<i>Incompletude</i>	“O homem se sabe inacabado e por isso se educa. Não haveria educação se o homem fosse um ser educado. Esse sentimento de incompletude, nós devemos levar até o nosso

¹ Evento ocorrido no Instituto Federal do Espírito Santo, Campos Goiabeiras, 2015.

	último suspiro. Somos seres incompletos, que necessitamos a cada dia estar nos constituindo. É isso que nos move”
Denúncia	É a voz do anúncio e da proteção, um clamor para a revelação, que exige comprometimento e ausência de medo. A denúncia que anuncia ainda é uma tarefa pouco executada em sociedade, mas é necessário repensar essa categoria e defendê-la arduamente na prática educativa em busca de aderir posicionamentos e atitudes capazes de provocar mudanças sociais. Pequenas atitudes em grandes grupos ocasionam grandes transformações.
Leitura de mundo	“Precisamos ser um leitor compreensivo do mundo, do cotidiano vivido pelo educando. Isso é uma condição. Nós temos que aprender a ler este mundo, o cotidiano do nosso educando [...]. Nós não temos que usar o nosso cotidiano como referência. É considerar a história, é aprender com a história do outro”

As categorias gerais de sentido sugeridas por Paiva (2015), exprimem qualidades de efeito. São características que possibilitam ao educador social permear a realidade do educando de forma sensível, mas ao mesmo tempo, eficaz.

O profissional educador social apresenta imensurável importância social, manifestando um trabalho de conscientização, resgate, pertencimento e preocupação com questões sociais.

2.1.1 Projeto de lei nº 2676/19: marco normativo na legitimação da profissão educador social

Muitas discussões emergiram no cenário nacional para tratar especificamente da criação da profissão ‘educador social’, considerando que muitos profissionais, em diferentes contextos e empregados com nomenclaturas não condizentes, desempenhavam a função, mas não recebem legitimidade profissional.

Considerando os estudos de Etzioni (1974), Ramalho (2021, p.84) afirma que por definição genérica, uma profissão para atingir o patamar de legitimação cultural e social, precisa gozar de três principais dimensões: “i) uma base normativa legal; ii) uma dimensão científica alinhada com a produção e transferência de conhecimentos; iii) um suporte estatutário, ético e deontológico que oriente o exercício da profissão no seio da sociedade”.

Durante o V CIPS, alguns estudiosos discursaram sobre a luta em prol da legitimação da profissão educador social. Um desses estudiosos foi o Doutor Roberto da Silva², que expôs que ao término do I Congresso Internacional de Pedagogia Social no ano de 2006, e deslumbrando todas as discussões e levantamentos no decorrer

² Pedagogo (UFMT), mestre e doutor (USP) em Educação e Livre Docente em Pedagogia Social (USP).

do mesmo, o grupo de educadores sociais que direcionaram o evento, e aqueles que tomaram posse de participação assídua decidiram-se por exigir as autoridades responsáveis que a formação pedagógica em Educação Social se fizesse necessária e concretamente realizada no país.

Um marco normativo da pedagogia social foi à elaboração da Carta da Pedagogia Social em 2006 que exigia a criação da profissão educador social.

Faz-se necessário e oportuno que universidades públicas – federais estaduais e municipais – prioritariamente, orientem seus esforços para a formação de profissionais capazes de fazer frente aos desafios que a sociedade brasileira enfrenta, estruturando linhas de pesquisas e curso de graduação, de especialização, de mestrado e doutorado em pedagogia social como meio efetivo de criar o campo, o currículo e a profissão de pedagogo social³ [...].

Essa carta representou a exigência da definição da identidade profissional de milhares de brasileiros que se dedicavam ao trabalho social, voluntariamente ou profissionalmente.

A carta mencionada ratificou um Projeto de Lei que visava tornar a educação social uma profissão e garantir o exercício deste profissional nos espaços não formais e que tanto exige e merece sua atuação, o Projeto de Lei 5346/09.

O Projeto de Lei 5346/09 do deputado Chico Lopes (PCdoB-CE),⁴ que regulamenta a profissão de educador social foi aprovado em 14/12/2011 pela Comissão de Educação e Cultura. Pela proposta, as ações desses profissionais estariam direcionadas para as pessoas e comunidades em situação de risco, violência e exploração física e psicológica.⁵ Em 2009, anterior à aprovação, o deputado Chico Lopes solicitou apoio para a aprovação deste Projeto de Lei, justificando a necessidade de uma nação mais justa e igualitária. Entretanto, em 2015, durante o V Congresso Internacional de Pedagogia Social, os educadores sociais e estudiosos da área presentes, ainda afirmavam que o mesmo não havia entrado em vigor.

No ano de 2019, através do projeto de lei nº 2676/19 da deputada federal Luizianne Lins Deputada Federal – PT/CE, o Congresso Nacional decretou a criação da profissão de Educador Social no Brasil:

³ Trecho da Carta da Pedagogia Social elaborada em 2006 retirado do livro Pedagogia Social 3ª edição - pp. 298-299.

⁴ Francisco Lopes da Silva, mais conhecido por Chico Lopes é um político brasileiro. Na época Deputado Federal pelo PCdoB/CE. Wikipédia, disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Lopes_\(pol%C3%ADtico\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Lopes_(pol%C3%ADtico)).

⁵ Texto extraído do site da Câmara dos Deputados. Foi publicado em 19 de Dezembro de 2011 às 10 horas e 31 minutos.

Art. 1º - Fica criada a profissão de Educador e Educadora Social, nos termos desta Lei.

Parágrafo único: A profissão que trata o *caput* deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 2º - Ficam estabelecidos como campo de atuação dos educadores e educadoras sociais, os contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares e que envolvem:

I – as pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica;

II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais;

III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

IV – a realização de atividades sócio educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos atos infracionais;

V – a realização de programas e projetos educativos destinados a população carcerária;

VI - as pessoas portadoras de necessidades especiais;

VII - o enfrentamento à dependência de drogas;

VIII – as atividades sócio educativas para terceira idade;

IX - a promoção da educação ambiental;

X – a promoção da cidadania;

XI - a promoção da arte-educação;

XII – a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira;

XIII – os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos;

XIV – as entidades recreativas, de esporte e lazer.⁶

Os ademais artigos do projeto atribuem ao Ministério da Educação a responsabilidade pela elaboração e regulamentação da Política Nacional de Formação do Educador Social em diferentes níveis de escolarização. Sendo ainda de competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

Criar e prover os cargos públicos de educadores e educadoras sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade; elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Entre os aspectos mencionados na justificação destacam-se particularidades indubitavelmente relevantes: a existência de um campo de atuação para o profissional; o compromisso da categoria para com a democracia, a justiça social e a defesa dos direitos humanos; o art. 1 da LDB que reconhece a existências de contextos educativos que perpassam o âmbito escolar; as inúmeras ações articuladas visando promover a valorização do profissional em questão, como as Conferências Nacionais e Internacionais; as audiências públicas já promovidas em território brasileiro; a criação do dia do educador social; as pesquisas acadêmicas que

⁶ Texto extraído do site da Câmara dos Deputados.

dissertam sobre o tema; a promoção de cursos de extensão e especialização em educação social; a inclusão da categoria na Classificação Brasileira de Ocupações-CBO, do Ministério do Trabalho e Emprego; a abertura de concurso público para a categoria; e as orientações do Ministério de Desenvolvimento Social para a obrigatoriedade de educadores sociais na composição de equipes que atendem no CREAS dos municípios.

Compreende-se que, em termos de legislação ficou criada a profissão do educador social, assim como, ficou estabelecido os campos de atuação desse profissional. A luta da classe se evidencia com fervor nas conquistas já atingidas, na superação de paradigmas, e nos ideais de que a profissão, de fato, seja regulamentada e vista como imponente para a transformação da sociedade e do contexto no qual ela está inserida.

2.2 A ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

O debate sobre o papel da assistência social nos regimes de proteção social tem mobilizado a literatura, dentro e fora do Brasil, impulsionado sobretudo pela progressiva relevância da agenda de combate à pobreza e pela emergência e expansão dos programas condicionados de transferência de renda.

Ao analisar a trajetória da política de Assistência Social ao longo da história do Brasil, Silva, Silva e Menezes (2021, p. 02) evidenciam a substituição, mesmo que incompleta, de um processo fundado em práticas de caridade em um modelo “fundado na ideia de proteção social e do papel institucional do Estado”. Com a inserção da Assistência Social na Constituição de 1988 é introduzido o rompimento do modelo assistencialista e é proposto “necessária articulação da Assistência Social à Saúde e Previdência Social, constituindo, dessa forma, o Sistema Brasileiro de Seguridade Social” (SILVA; SILVA; MENEZES, 2021, p.3). Ainda segundo os autores, na década de 1990, especificamente em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social citada comumente por LOAS, deu abertura para que a Assistência Social fosse definida enquanto política pública, reconhecida enquanto direito de todos e atribuído o seu dever ao Estado.

Com relação a configuração da Assistência Social, é estabelecido eixos organizadores das ofertas e que traduzem o que é comumente entendido por

‘seguranças’, a saber: sobrevivência ou renda, de convívio familiar e de acolhida, conforme destacaram Jaccoud, Bichir e Mesquita (2017, p. 42),

Enquanto a segurança de renda deve ser provida pelos benefícios assistenciais, de natureza não contributiva, as demais seguranças referem-se a serviços, organizados em dois níveis de complexidade—básica e especial—e sob encargo de equipamentos públicos diferenciados, os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), além da rede pública e privada voltada a públicos e atendimentos específicos.

Para clareza de informações Jaccoud, Bichir e Mesquita (2017, p. 42) incitam que a atenção básica volta-se para “às vulnerabilidades do ciclo de vida, de arranjos familiares, de deficiências ou de falta de acesso a direitos e oportunidades”, enquanto a atenção especial “direciona-se à proteção de situações relacionadas à violência, abandono e isolamento, além de contextos de violação de direitos—entre outros, trabalho infantil, exploração sexual ou situação de rua”.

Os educadores sociais atuantes no SUAS trabalham diretamente com fragilidades sociais que circundam o contexto da atenção básica (CRAS) e especial (CREAS), integrando a rede prestadora de serviços, que no seu exercício, promove a proteção social e o enfrentamento de situações. Ainda nessa ótica, o autor Carmo (2016) faz um realce sobre as particularidades que denotam a atuação do educador social no SUAS:

As particularidades referentes à atuação dos trabalhadores nos espaços socioassistenciais do SUAS consistem em atividades que visem o suprimento de necessidades cotidianas e na potencialização das relações pessoais e familiares dos usuários atendidos [...] no caso, o Educador Social tem direcionamento às demandas de usuários em situação de vulnerabilidade e/ou risco social/pessoal, além de auxiliar na elaboração de atividades de empoderamento dos sujeitos. (CARMO, 2016, p. 27)

Adentrando nas singularidades que permeiam a função desse profissional, em 2014, através da Resolução N° 9, de 15 de abril, o Conselho Nacional de Assistência Social ratificou e reconheceu as ocupações e áreas de ocupação dos profissionais de nível fundamental e médio que desempenham função no SUAS, entre eles, o educador social.

Dentre as funções a serem desempenhadas pelo educador social, o Conselho Nacional de Assistência Social prescreve que o respectivo profissional deve:

- desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal;
- assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social;
- apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa;
- atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora;
- apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações;
- apoiar e participar no planejamento das ações;
- apoiar os demais membros da equipe de referência em todas etapas do processo de trabalho;
- desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;

No total, o Conselho Nacional de Assistência Social apresenta vinte e quatro funções direcionadas ao educador social, todas descritas no artigo 4 da resolução supracitada. A relação acima mencionada já evidencia a importância deste profissional na composição da equipe, no apoio a famílias em situação de risco e vulnerabilidade, e no planejamento e execução de ações de enfrentamento de situações de fragilidade social vivenciadas, se fazendo necessário e urgente, que a categoria profissional seja valorizada e reconhecida.

Nessa mesma direção, Silva, Silva e Menezes (2021) evidenciam que situações de vulnerabilidade e risco social atingem alguns subgrupos sociais, demandando atitude ativa do Estado, e eficácia e compreensão ampliada por parte do educador social, principalmente no que tange aos serviços ofertados, público atendido e contexto de atuação, e é nessa linha de reflexão que é condicionada a importância da qualificação desses profissionais.

Nem sempre os sujeitos que assumem a função de “educadores sociais” sentem-se preparados para uma atuação qualificada nos espaços das políticas de Assistência Social, campo este ainda marcado pela tensão entre projetos conservadores – que buscam reduzir essa política à dimensão do favor, do assistencialismo e do paternalismo – e projetos progressistas comprometidos com a transformação das condições que produzem e legitimam a pobreza, a miséria e as desigualdades sociais e com a consequente busca de emancipação dos sujeitos numa perspectiva de

ampliação da cidadania e da democracia. Assim, a atuação no referido campo implica o comprometimento político do profissional e a recusa de uma postura neutra, já que tal neutralidade apenas confirma a comunhão com os interesses dos que buscam fazer das políticas de Assistência Social um espaço a serviço da manutenção das iniquidades sociais que geram sofrimento ético-político. (SILVA; SILVA; MENEZES, 2021, p. 18)

A prática de educadores sociais precisa estar alicerçada a capacidade de manejar conhecimentos concernentes a resolução de desafios impostos no cotidiano de atuação. Considerando que o contexto de atuação reflete peculiaridades advindas da precariedade, exclusão e vulnerabilidade social, a postura desse profissional precisa ser visionária, no sentido de apreciar uma ótica que contemple o compromisso político, a técnica responsável com a teoria e a sensibilidade humana. E mesmo que nem sempre se manifeste o sentimento de estar preparado para a atuação em contextos, que amplamente são tidos como desafiadores, é preciso que haja uma postura ética de responsabilidade com o fazer exigente nas políticas de Assistência Social e suas peculiaridades.

2.3 PEDAGOGIA SOCIAL: ABORDAGENS INTRODUTÓRIAS

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.

Paulo Freire

Há anos a exclusão social assola nosso país, refletindo os efeitos de uma sociedade pouco inclusiva, distante da condição de democracia assegurada constitucionalmente, representado pela desigual distribuição de renda e pela explícita negação de direitos fundamentais. Como superação desses fatores surge à luta pela construção e consolidação de uma nova pedagogia, de um novo saber que esteja em consonância com a realidade social contemporânea, chamada de pedagogia social. É nessa perspectiva que “[...] a pedagogia passa a ser interrogada na medida em que o ser humano passa a interrogar a si mesmo” (Dayrell, 2007, apud SANTOS; SILVEIRA; SILVA, 2016). Aliás, é preciso “[...] interrogar a história e qualquer de seus objetos no lugar de se deixar conduzir por eles” (CARVALHO, 2014, p.112).

Com a emancipação da pedagogia social entre teóricos brasileiros, os termos inclusão e exclusão se tornaram mais evidentes nos discursos e escritos, traçando inclusive, a necessidade de compreender os novos arranjos sociais.

De acordo com Veiga-Neto e Lopes (2011, p.121), foi a partir de 1995, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, que a palavra inclusão surgiu no país com mais intensidade em vocabulários políticos e educacionais. Nesse caso, o termo passou a designar uma espécie de solução para muitos problemas de caráter pedagógico, assumindo posteriormente a concepção de inclusão escolar que promoveria a “ampliação da participação de todos em uma sociedade melhor, mais justa, etc”, o que segundo os autores, seria uma concepção reducionista e primária acerca de seu uso. Não obstante, ao se fundamentar na analítica foucaultiana para tratar desta questão, Veiga-Neto e Lopes (2011. p. 123) afirmam que “[...] a inclusão não é ‘boa’ por si mesma; além disso, ela não é, necessariamente, o outro da exclusão”. Sendo assim, sugerem que “do mesmo modo, pode-se compreender que muito frequentemente inclui-se para excluir, isso é, faz-se uma inclusão excludente” (VEIGA-NETO; LOPES, 2011. p. 123).

Em prol da veracidade em relação a certos segmentos sociais que se inserem em um quadro nítido de exclusão social, a educação é tida como um forte instrumento para a mobilização e conscientização acerca dos direitos humanos. “A escola constitui-se como uma das mais importantes organizações sociais que constrói, por meio das relações que se estabelecem no seu interior, inúmeros princípios concernentes a uma sociedade mais justa e igualitária” (ZLUHAN; RAITZ, 2014, p. 32). É a possibilidade de construção de um processo de ensino-aprendizagem que oportunize a aquisição de conceitos fundamentais para a inserção social, a leitura de mundo e a criticidade.

Nesse sentido, Carvalho (2014, p. 110) ressalta que se faz necessário pensar em experiências dessujeitantes na educação, tendo em vista o papel que as instituições austeras promovem a partir da incidência daquilo que a analítica foucaultiana chamou de poder disciplinar. Diante disso, o autor sugere que “cabe a nós enquanto educadores problematizar na escola através de ações as formas como os sujeitos foram historicamente constituídos dando lugar então à experimentação”. Pois esse processo se apresenta “[...] como marca maior do exercício modificador das repetições sujeitantes presentes na atualidade educacional” (CARVALHO, 2014, p. 110).

A manipulação midiática iniciada com o jornal, rádio e televisão que se agravou com as plataformas digitais nascidas no século XXI a partir da difusão cada vez mais intensa de discursos que reiteram a racionalidade neoliberal, acabou influenciando

veementemente os mais variados segmentos da sociedade, inclusive aqueles que abarcam o campo educacional. Entretanto, “é preciso interrogar o conformismo e desconfiar das acomodações, pois o comodismo e o conformismo presentes em nossa cultura refletem o impacto das condições de formação a partir de representações dominantes” (SANTOS, SILVEIRA, SILVA, 2016, p. 1284). É nessa linha de pensamento e na reflexão de que até no processo educativo as necessidades fundamentais dos “oprimidos” são negados, que se ressalta que a educação não se dá restritamente de forma institucionalizada e formal.

Santos, Silveira e Silva (2016, p.1282) ao realizarem uma analítica da obra Foucaultiana (2008), evidencia que as verdades precisam ser problematizadas, “[...] já que foram produzidas, com o passar do tempo, assentando-se sob o solo das certezas e do verdadeiro. Deve-se, portanto, desconfiar das evidências e de tudo o que é colocado como verdadeiro” (SANTOS, SILVEIRA, SILVA, 2016, p. 1282). Neste contexto de reflexões, “A escola como ambiente disciplina(do)r faz pensar sobre as subjetivações impostas, já que somos prisioneiros de certas concepções de nós mesmos e de nossa conduta” (Foucault, 1994a, p. 37-38). Cabe ressaltar que, assim como proposto por Foucault e acentuado por Santos, Silveira e Silva (2016), é necessário estabelecer uma direção de análises direcionada para estratégias que impactem e privilegiem estudos cautelosos de políticas públicas, propostas curriculares e práticas educacionais.

Corroborando com este pensamento, é necessário tratar da educação de forma complexa e global, tendo em vista que ela não se restringe apenas ao espaço escolar, mas compreende-se o termo como um processo que abarca vários elementos, aspectos, contextos e espaços, uma vez que é resultado de tudo o que origina o desenvolvimento das capacidades humanas. Logo, faz-se educação sempre que se age de modo a ensinar ou aprender algo. Portanto, ainda em uma analítica Foucaultiana, Santos, Silveira e Silva (2016) recobram a fala de que “Devemos promover novas formas de subjetividades refutando o tipo de individualidade que nos foi imposta” (Foucault, 1994b, p. 232). Neste viés, os autores sugerem que devemos:

[...] recusar o que somos, indo em busca da desnaturalização de objetos e saberes para problematizar na escola (e, conseqüentemente, possibilitar que fora dela, sejam instauradas práticas de reflexões desnaturalizadoras) “[...] os caminhos pelos quais determinados temas, sujeitos, situações, no campo educacional foram historicamente objetivados. (Fischer, 2012, p. 111, apud SANTOS; SILVEIRA; SILVA, 2016).

Dessa forma, para adentrar-se no campo da pedagogia social, inicialmente é preciso compreender que é na problematização da escola que se instaura a possibilidade de construção de reflexões desnaturalizadoras, ou seja, é nessa prática reflexiva que emerge o descortinamento de temas que na própria escola foram historicamente objetivados.

2.4 PEDAGOGIA SOCIAL: PANORAMA HISTÓRICO E DEFINIÇÕES

Para introduzir a temática e considerando estudos que pontuam a manifestação da pedagogia social no Brasil, a introdução dialogal evidenciará, inicialmente, suas raízes históricas. Estudos de Loureiro e Casteleiro (2014, p. 73) apontam que a pedagogia social surgiu na Alemanha, sendo utilizada pela primeira vez em 1844, em um artigo publicado por Karl Mager na revista *Padagogische Revue*. Contudo, o fortalecimento de suas raízes teóricas se deu concretamente nos países Europeus, onde desenvolveu um olhar diferenciado para a questão social presente com o fim da Segunda Guerra Mundial. Os países afetados pela guerra apresentavam uma série de problemas sociais, necessitando de um profissional que os articulasse. O pedagogo ficou responsável por fazer isso. Ainda segundo os autores, o período posterior a Primeira Guerra Mundial tornou-se propício para a propagação da pedagogia social, se intensificando com mais concentração no pós Segunda Guerra Mundial, uma vez que “[...] permitiu o surgimento de novas correntes que defende o ideal de homem como um ser que aspira viver bem em sociedade” (LOUREIRO, CASTELEIRO, 2014, p. 75).

Os autores datam que após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a vitória significou a única vantagem visível, o que descartou a proteção de vidas humanas. Com o término das guerras e a necessidade de restauração dos países em seus distintos âmbitos, surgiu a preocupação em recuperar sociedades que se apresentavam em meio a doenças, destruição, miséria, perdas de vida, ausência de motivação e esperança. Essa preocupação eminente deu espaço para a criação de uma pedagogia responsável pelo cuidado social e pela intervenção direta.

Loureiro e Casteleiro (2014) ressaltam que ao término da Segunda Guerra Mundial, os países envolvidos estavam marcados pela ruína econômica e social. Esse contexto favoreceu a intensificação de problemáticas como a fome, o desemprego,

miséria e a exclusão social, propiciando também o desenvolvimento de uma Pedagogia mais moderna e centrada no social.

Em consonância, Machado (2014, p.124) afirma que a pedagogia social enfatizaria o atendimento a problemas públicos da sociedade da época, como: infância abandonada; grupos marginalizados; terceira idade; e educação permanente. Surgiu assim leis que objetivaram o estabelecimento de políticas de apoio a necessidades sociais e que propusessem melhores condições de vida para a população.

Assim, inicialmente é pertinente pensar nesse saber enquanto possibilidade de trabalhar questões sociais e amenizar conflitos sociais evidenciados nos países afetados pela guerra. Foi uma tentativa de buscar por soluções que amenizariam problemas sociais.

No Brasil, “O conceito de Pedagogia Social surge nos anos de 1960, por meio de Pedro Smith que, durante uma estadia na Europa, em 1963, conhece o trabalho de Lievegoed⁷ com empresários e se identifica” (BRAVIN; PINEL; PAIVA, 2020, p. 10). A partir de 1979, objetivando soluções para problemas sociais e econômicos, o respectivo grupo, consolidado em 1970, passou a realizar seminários sobre a temática. Os autores ainda afirmam que o respectivo grupo compreendia o campo de ação da pedagogia social enquanto prática em saber lidar com indagações emergidas de empresas, indivíduos e instituições. Essa prática seria capaz de desvendar soluções para o campo social e organizacional.

Em detrimento, e de forma mais minuciosa, Caliman em uma entrevista cedida a Ferreira (2022, p. 24) adentra em uma abordagem sobre a evolução da pedagogia social, tendo início em tempos em que a mesma nem recebia concepção. A saber, segundo o autor, essa evolução recebe a seguinte fragmentação periódica:

1930 - As metodologias se direcionavam a populações vulneráveis, mas com tendência ao controle social, enfaticamente, ao controle da periculosidade do menor de idade.

1960 – Prevalhecimento da perspectiva assistencialista.

1970 – “Perspectiva voltada a uma educação progressista e pragmática como uma resposta voltada às pessoas que tinham problemas com a sociedade”.

⁷ Holandês famoso por estabelecer uma teoria do desenvolvimento organizacional. Fundador do Instituto Pedagógico da Holanda, que trabalha com organizações e indivíduos para ajudá-los a atingir seus objetivos econômicos, sociais e culturais.

1980 – “Perspectiva crítica e estrutural, em que as necessidades se tornam direitos”.

1990 – Ocorre a implantação da ECA e a necessidade da formação de profissionais brasileiros voltados para a viabilização da dimensão social da educação.

2000 – Os Congressos Internacionais de Pedagogia Social (CIPS) emanam a concepção de necessidade da construção da Pedagogia Social com identidade brasileira.

Direcionando para ao estágio atual de desenvolvimento da Pedagogia Social no Brasil, fase definida por *fase de sistematização*, Caliman reforça que se vive um momento

“Em que o desenvolvimento epistemológico de uma disciplina necessita de muitas pesquisas para fundamentar as metodologias a serem desenvolvidas na Educação Social” (FERREIRA, 2022, p. 25).

Em conformidade, ao discorrerem no prefácio do livro intitulado Pedagogia Social, Neto, Silva e Graciane (2014, p. 09) indagaram se o Brasil estaria pronto para “atribuir a pedagogia social o mesmo status epistemológico que ela desfruta na Europa há mais de 100 anos”, ou seja, garantindo o reconhecimento deste saber enquanto campo científico. Nesse caso, se teria um momento de superação da dicotomia educação formal x educação não formal, assim como da união entre pedagogia escolar e pedagogia social.

Pertinente a essa discussão, Bravin, Paiva e Pinel (2020) abordam que academia ainda discute e luta por construir na pedagogia social uma epistemologia, e criar conceitos, categorias e noções que potencialize os diferentes saberes.

Considerando a prática educativa que transpassa o contexto escolar, o conceito de pedagogia social passa a denominar o que se entende por prática socioeducativa. Em consonância, Bravin, Pinel e Paiva (2020) discorrem que a partir do primeiro congresso internacional de pedagogia social, os processos educativos passam a ser deslumbrados de forma ampliada, reconhecendo sua manifestação em contextos e espaços para além da escola e sem perder sua legitimidade.

Neto, Silva e Graciane (2014, p.11) afirmam que “pela perspectiva de Freire, assumimos a pedagogia social em construção no Brasil como um projeto societário dotado da práxis libertadora da relação entre oprimido e opressor”. Assim, a primeira preocupação da pedagogia social é a “educabilidade do sujeito para a convivência social”, sendo que a mesma deve propiciar ao indivíduo “saber ser, saber conviver,

saber cuidar, saber aprender, para dar sentido a sua existência”. Em comunhão, Bravin, Paiva e Pinel (2020, p.11), apontam que a origem da pedagogia social tem estreita relação com a educação popular desenvolvida por Paulo Freire, que o seu objetivo se centraliza na inclusão social e na transformação das estruturas desumanizantes, e que esse campo do saber “se desenvolve cotidianamente em contextos sociais e geográficos diversos e com diferentes perspectivas teóricas”.

“A Pedagogia Social que surgiu no Brasil alicerçada pelos princípios da Educação Popular, por ter características libertadoras, emancipadoras, pensa em seu educando de forma plena [...]” (PAIVA, 2011, p. 38). Foi uma forma de pesquisar teoricamente a Educação Social e a reflexão da complexidade da sociedade vivenciada. Um caminho que dê certo, “[...] não devemos desprezar, pois seu conteúdo é riquíssimo para a ação do educador e o desenvolvimento do educando” (PAIVA, 2010, p. 5)).

A Pedagogia Social surge no Brasil como um caminho para se pensar de forma científica a Educação Social, os saberes/fazeres que são produzidos em outros espaços que não sejam o escolar, um novo paradigma alternativo e aberto que vem refletindo a complexidade da sociedade que vivenciamos, caminho esse que não devemos desprezar, pois seu conteúdo é riquíssimo para a ação do educador e o desenvolvimento do educando. (PAIVA, 2011, p.36).

Ainda segundo Paiva (2011, p. 32), essa Pedagogia se desenvolve de forma prioritária em instituições não escolares, já que seu interesse primordial é a educação voltada para a dimensão social e a participação em sociedade. Isso não significa, porém, que a mesma não possa ou não deva estar presente no contexto escolar.

Caliman (2010) reforça que a pedagogia social está representada em uma corrente denominada de pedagogia social crítica e parte de teorias que fundamentam as práticas orientadas a grupos de pessoas vulneráveis e excluídas – em situação de risco e de exclusão. Nesse sentido, conforme descrito por Caliman (2010, p. 349):

A Pedagogia Social assim concebida focalizaria as ações compensatórias, redistributivas e os subsídios à cidadania através dos recursos proporcionados pela solidariedade social. Aproxima-se da corrente da Pedagogia Social crítica que, através da ação socioeducativa orientada a sujeitos e grupos socialmente a risco, objetiva provocar mudanças nas pessoas e na sociedade.

Para Caliman (2010) “[...] a escola é indispensável, mas não suficiente na luta contra a exclusão”. Para reforçar a luta contra essa problemática e atender o ser humano em suas mais visíveis especificidades, surge à pedagogia social.

A pedagogia social é uma ciência, normativa, descritiva, que orienta a prática sociopedagógica voltada para indivíduos ou grupos, que precisam de apoio e ajuda em suas necessidades, ajudando-os a administrarem seus riscos através da produção de tecnologias e metodologias socioeducativas e do suporte de estruturas institucionais (CALIMAN, 2010, p. 352).

Em detrimento, conforme indica Machado (2014, p. 41), alguns autores e autoras entendem a pedagogia social como um saber que deve ter certo reconhecimento científico localizado na área educacional. Nesse sentido, a autora apresenta Gloria Perez Serrano como um bom exemplo de pesquisadora tributária desta abordagem, tendo em vista que ela compreende a pedagogia social como um importante campo das ciências da educação.

Remetendo a ideia de ciência e ampliando essa discussão é necessário abordar que “Uma das questões centrais na temática da colonialidade e pós-colonialismo situa-se no âmbito da produção e circulação de conhecimentos e da epistemologia” (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN 2016, p. 14). Nesse viés de abordagem, o autor Boaventura de Sousa Santos (2009) apresenta uma nova proposta denominada por ele de Epistemologias do Sul. Trata-se de experiências não eurocêntricas, formadas por outras maneiras de ver a vida, a natureza, o que exige outras formas de conhecimento que tenham contextualizações culturais, o que permite evidenciar a pedagogia social e os grupos vulnerabilizados, marginalizados e excluídos.

As Epistemologias do Sul são uma proposta de expansão da imaginação política para lá da exaustão intelectual e política do Norte global, traduzida na incapacidade de enfrentar os desafios deste século, que ampliam as possibilidades de repensar o mundo a partir de saberes e práticas do Sul Global e desenham novos mapas onde cabe o que foi excluído por uma história de epistemicídio. (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016, p. 15).

As epistemologias do Sul “[...] surgem como uma proposta epistemológica subalterna, insurgente, resistente, alternativa contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal [...]” (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN 2016, p. 17). Os autores ainda explicam que “É uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, e da resistência a essas formas de opressão” (2016, p.16), afirmando ainda que, “Na dor e na luta, desigualmente distribuídas pelo mundo, cabem uma multiplicidade de conhecimentos invisibilizados e desperdiçados pela modernidade” (2016, p. 16).

“Um ponto de partida essencial desta proposta epistemológica é a convicção de que todos os saberes são incompletos, condição a que não escapa a própria

ciência [...]”, e que, “[...] não resulta uma declaração de irrelevância da ciência, mas antes a ideia de explorar a pluralidade, isto é, as práticas internas alternativas, bem como a interação e a complementaridade entre saberes científicos e saberes não científicos”. (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN 2016, p. 17). Nesse sentido, é uma alternativa trazer outros conhecimentos para dentro do conhecimento científico, viabilizar outras maneiras de se fazer ciência manifestante em outros contextos. Aliás, como incita o pensamento pós abissal de Santos (2009, p. 43) “[...] a diversidade do mundo é inesgotável e continua desprovida de uma epistemologia adequada. Por outras palavras, a diversidade epistemológica do mundo continua por construir”. Ainda, é necessário um conhecimento potencializador, capaz de dar voz e amplificar o sentido de exigência de coisas novas. Conhecimentos que vão resgatar experiências que estão inviabilizadas e que foram produzidas exatamente para serem invisíveis.

Reforçando a ideia de epistemicídio que corrobora com a compreensão da fragmentação histórica dos grupos,

Este seria manifestado na supressão destruidora de alguns modelos de saberes locais, na desvalorização e hierarquização de tantos outros, o que levou ao desperdício – em nome dos desígnios colonialistas – da rica variedade de perspectivas presentes na diversidade cultural e nas multiformes cosmovisões por elas produzidas. As Epistemologias do Sul são uma proposta que denuncia a lógica que sustentou a soberania epistêmica da ciência moderna, uma lógica que se desenvolveu com a exclusão e o silenciamento de povos e culturas que, ao longo da História, foram dominados pelo capitalismo e colonialismo. (GOMES, 2012, p. 45)

Segundo Santos (2009, p. 44), é preciso partir de um conhecimento que não é monocultural, logo o conhecimento tem que ser pluricultural, reconhecendo assim, a pluralidade de conhecimentos heterogêneos, entre eles, a ciência moderna. É o que ele definiu de ecologia do saber. “A ecologia dos saberes substitui a monocultura do saber e do rigor científico, confrontando-a com outros saberes e outros critérios de rigor [...]” (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016, p. 15).

Segundo Gomes (2012), um dos maiores desafios a ser enfrentado pela ecologia de saberes é:

[...] a crença moderna na ciência. Esta é, ainda hoje, tomada por única forma de conhecimento válido e rigoroso, revelando-se uma das mais poderosas premissas do pensamento abissal. Essa crença é poderosa a ponto de erigir a ciência como forma dual de experiência social (seja como crença ou como ideia¹²), levando sua influência muito além do que as ideias científicas per si permitiriam suportar. Em face da soberania epistêmica da ciência moderna, a

ecologia de saberes se propõe a ser uma via alternativa que privilegia o pensamento pluralista e propositivo. Enquanto plural, a ecologia de saberes permite que os conhecimentos se cruzem. (GOMES, 2012, p. 49).

Mesmo que metaforicamente, Boaventura de Sousa Santos induz a percepção de um Sul que existe e que produz outras alternativas que perpassam o colonialismo, aduzindo ainda que “Não há justiça social global sem justiça cognitiva global” (SANTOS, p. 32), assim, Epistemologias do Sul é uma tentativa de realizar essa justiça global, valorizando saberes locais e refutando a soberania epistêmica da ciência moderna.

Em consonância, povos e culturas que ao longo da história foram silenciados e excluídos, considerando a amplitude dos campos do saber, voltam a ter visibilidade e voz, e a pedagogia social aqui discutida, se adentra enquanto campo do saber, potencialmente necessário.

Machado (2014, p. 42) ainda prescreve que para adentrar especificamente no campo da pedagogia social, se faz necessário a utilização de uma analogia com a árvore, apresentada pelo professor Quintana Cabanas. Segundo o autor, o tronco exerce uma função primordial na medida em que é por meio dele que as árvores se desenvolvem. Nesse caso, a pedagogia ocuparia o lugar do tronco, uma vez que estaria vinculada a outras demais ciências da educação e dentro dessa perspectiva, a pedagogia social seria apenas um galho, uma parte equivalente ao todo. Machado (2014, p. 42) ainda afirma que é concebido a pedagogia social um valor prático, orientado para a melhoria de questões sociais, desenvolvendo modelos teóricos que explicam em que consiste a educação social, atuando na formação do indivíduo, na medida em que o compreende como um ser social.

Nesse caso, a pedagogia social pode ser considerada não apenas como um novo saber possível por meio de práticas educativas em construção no país, que objetiva participar, ensinar e contribuir sem padronizar ou normatizar o processo, mas também como um modelo de ensino-aprendizagem que considera a realidade do educando, o contexto no qual ele está inserido e de suas necessidades mais evidentes. Um novo saber epistemológico que possibilitou o nascimento de uma nova profissão: o educador social.

A Pedagogia Social no Brasil tende a ser concebida como uma ciência que pertence ao rol das Ciências da Educação, uma ciência sensível à dimensão da sociabilidade humana, ou seja, que se ocupa particularmente da educação social de indivíduos historicamente situados. Uma educação que ocorre de modo particular lá onde as agências formais de educação não conseguem

chegar; nas relações de ajuda a pessoas em dificuldade, especialmente crianças, adolescentes e jovens que sofrem pela escassa atenção às suas necessidades fundamentais. (CALIMAN, 2010, p. 343).

Baseada em princípios educativos e valorizando a eficácia da Educação como reconstrutora humana, a pedagogia social não desvinculada do âmbito educacional, representa uma Pedagogia preocupada com o contexto histórico dos grupos e tudo que ocasionalmente pode ter provocado prejuízos morais, físicos e situacionais nos mesmos. Graciane (2014) também defende que a pedagogia social se situa no campo de ciência que objetiva atender as necessidades populares. Segundo a autora a mesma pode ser definida como “[...] uma ciência transversal aberta às necessidades populares que busca enraizar-se na cultura dos povos para, dialeticamente, construir outras possibilidades sem aniquilar o passado, mas promovendo a sua superação” (GRACIANE, 2014, p. 20).

Assim como Freire, a autora Graciane (2014) ainda defende que a pedagogia social é um processo profundamente afetivo, no qual a obra de reconstrução humana se faz possível. Ela instiga a capacidade de sonhar uma realidade social firmada na justiça porque seu objetivo central parte da superação da ingenuidade e passividade que tanto domina o pensamento e a ação humana. A mesma tem a capacidade de promover na identidade humana a defesa de promoção e receptividade da criticidade, esperança e luta ardente por um país mais justo socialmente.

Graciane (2014, p. 21) ressalta que “[...] o maior desafio da Pedagogia Social é acima de tudo, o trabalho de conquista e afeto que permita a permanência dos educados pelo desejo de pertencerem, de serem considerados, ouvidos e poderem expressar seus anseios [...]”. Em vista disso, a pedagogia social:

[...] procura promover a sua capacidade pessoal de se assumir como sujeito da própria história e da História; como agente de transformação de si, do outro e do mundo; como fonte de criação, liberdade e construção dos projetos pessoais e sociais numa dada sociedade, por uma prática crítica, criativa e participativa. (GRACIANE, 2014, p. 21).

Em encontro com o posicionamento de Graciane (2014), analisa-se que a pedagogia social se insere essencialmente no campo da educação que estuda as conexões com a sociedade, e, sobretudo, os problemas que geram uma demanda de pessoas vulneráveis. Assim, a pedagogia social de acordo com a autora, propõe estudar, analisar, refletir e propor meios concretos de mudança sociais ou meios que

visibilizem as mesmas, se constituindo, primordialmente, da necessidade de estudar os grupos vulneráveis e os problemas que tanto lhes causam sofrimento.

Pinel, Colodete e Paiva (2012, p. 7) percebem a temática em discussão como um tipo de intervenção social “[...] realizada desde estratégias e conteúdos educativos, em áreas de promoção do bem-estar e de melhora da qualidade de vida, mediante uma série de mecanismos (serviços sociais, políticas educativas e sociais) [...]”. Tais mecanismos exemplificados pelos autores seriam encaminhados para propósitos preestabelecidos, “[...] resolver problemas carenciais de coletivos marginalizados, a prevenir problemas da população em geral, a garantir uma série de direitos para uma correta vida comunitária (desenvolvimento comunitário) e, em suma, otimizar os processos de socialização” (PINEL; COLODETE; PAIVA, 2012, p. 04).

Os autores incitam uma Intervenção no que gera conflito, dor e dominação. Deve-se ainda falar de intervenção como um todo, ou seja, na política, educação, serviço social, saúde, relações sociais, família, comunidade, entre outros. Ainda, para os autores, a intervenção se apresentando de forma individual ou coletiva, precisa ter objetivos comuns: estimular a reflexão e autonomia, e realizar a proteção básica. De acordo com Paiva (2010):

A Pedagogia Social seria enfim um inédito viável, um acreditar em um outro possível processo educativo que na verdade já ocorre nas margens, nas diversas periferias. A palavra inédito viável é empregada por Freire (1980), é carregada de crenças, sonhos, desejos, aspirações, medos, angústias, ansiedades, vontade de fazer; essa palavra traz em seus modos de ser e fazer que devemos nos incomodar, nos inconformar e lutar por mudanças. A Pedagogia Social hoje seria então um inédito viável pelo que devemos lutar, pois não há nada definitivo nem acabado, por isso o sonho ainda é possível, mas somente no que se dá na coletividade, na relação com o outro. (PAIVA, 2010, p. 6).

Trata-se então, de um inédito mais que viável, um inédito necessário. Um inédito de possibilidades e desejo de mudanças.

Em relação as suas estratégias, apresentação e difusão, Moraes (s/d) atesta:

O debate teórico mais atual sobre a Pedagogia Social no Brasil é dividido majoritariamente entre a Universidade de São Paulo – USP, a Universidade de Campinas – UNICAMP, a Universidade Católica de Brasília e a Universidade Federal do Paraná, entre outras universidades. A Universidade Católica de Brasília se destaca quando insere uma disciplina no Mestrado e Doutorado em Educação denominada Pedagogia Social, ministrada por Geraldo Caliman, um dos maiores especialistas atualmente no Brasil sobre Pedagogia Social. Ao mesmo tempo, a Universidade de São Paulo (USP) organiza um grupo denominado Pedagogia Social, coordenado pelo professor doutor Roberto da Silva, primeiro livre docente brasileiro em Pedagogia Social.

O interesse em explorar e consolidar o tema em território brasileiro, incentivou a promoção de eventos e estudos pertinentes a área. Destacam-se notoriamente os Congressos Internacionais de Pedagogia Social – CIPS, que vêm ocorrendo desde o ano 2006, e que no total contabilizam sete congressos. Os eventos reuniram profissionais e estudantes das mais distintas áreas, provindos de vários países do mundo, e que demonstraram interesse em compreender a temática, suas raízes históricas e temas de abrangência.

2.5 EDUCAÇÃO SOCIAL E A FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES RESILIENTES

A educação social tem suas raízes históricas no período pós-guerra europeu, traduzindo um período de assistência educativa direcionado à crianças e jovens que tinham perdido suas famílias na guerra, e exigindo, naquele momento, de atenção prioritária. Posteriormente, em 1990, com as mudanças advindas com os novos arranjos e demandas sociais, o quesito assistencial foi repensado e a educação social direcionou sua atenção para as crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, condição resultante da “massificação do desemprego ocorrido na Espanha, e problemas oriundos, como violência social e desagregação familiar” (SILVA, 2008, p.17). Nesse mesmo período, iniciou-se na Espanha, a formação profissional do Educador Social.

“A educação social deve ser conceptualizada e explicada em função de determinados fatores como o contexto social, a concepção política, a cultura predominante, a situação econômica e a realidade educativa” (VALENTE, 2020, p. 2334). A autora ainda explana que a educação social “promove e dinamiza uma sociedade que educa e uma educação que socializa, integra e ajuda a evitar, equilibrar e reparar o risco, a dificuldade ou o conflito social” (DÍAZ, 2006, apud VALENTE, 2020, p. 2334).

Em condizente, Bauli e Muller (2020) apresentam a educação social enquanto processo formativo que se manifesta em diferentes contextos, atinge diferentes públicos e suscita melhorar, gradativamente, a vida em sociedade, sendo assim, uma dimensão capaz de proporcionar qualidade de vida e bem-estar social aos sujeitos.

A formalização da Educação Social é intencional e, não necessariamente, é escolar. Ela não faz referência específica a uma população ou a um lugar, pois, está dentro de todos os tipos que contemplam a oferta de conhecimento,

prática cultural e política para capacitação de pessoas em relação aos seus direitos e vivências cidadãs. (BAULI E MULLER, 2020, p. 55).

Deste modo, a educação social transpassa o contexto escolar, espaços institucionalizados, e via regra, capacita pessoas com relação aos seus direitos, conduz a vivência comunitária, desenvolve discernimento crítico, e viabiliza oportunidades e a autorrepresentação.

Bauli e Mulles (2020, p. 48) sob uma analítica de Violeta Nunez (1999, p. 37), clarifica que a educação social “[...] encontra o específico de sua definição no cruzamento do labor pedagógico com diversas instituições de política social; trabalha em prol da promoção cultural dos sujeitos para sua inclusão no social próprio de cada época”. Nessa perspectiva, a autora ainda sugere que a educação social advém de práticas que democratizando o acesso à cultura e à educação. Essa ação para a sociabilidade também é expressa por Serrano (2003), ao incitar que a educação social é referida por:

Aquela ação sistemática e fundamentada, de suporte, mediação e transferência que favorece especificamente o desenvolvimento da sociabilidade do sujeito ao longo de toda sua vida, circunstâncias e contextos, promovendo sua autonomia, integração e participação crítica, construtiva é transformadora no marco sociocultural que lhe rodeia, contando em primeiro lugar com os próprios recursos pessoais, tanto do educador quanto do sujeito e, em segundo lugar, mobilizando todos os recursos socioculturais necessários do entorno ou criando, finalmente, novas alternativas. (SERRANO, 2003, p.136-7).

Ainda nessa perspectiva, Arola (s/d, p. 09) destaca alguns aspectos que definem a educação social. “A Educação Social é fundamentalmente ação, práxis, intervenção sistemática e fundamentada”. Ela orienta uma prática educativa que trabalha com técnicas, métodos, objetivos estabelecidos, e que conseqüentemente, provoca transformações sociais. A educação social apresenta suporte, mediação e transferência, traduzindo o apoio que se configura em “passar de um para o outro e de um contexto a outro”. Ela ainda possibilita a sociabilidade do sujeito, sem desmerecer ou fragilizar suas potencialidades e história. Evita o colonialismo cultural ao privilegiar à cultura própria. Promove autonomia e posicionamento crítico orientando a rejeição por conhecimentos insatisfatórios e condições sub-humanas e injustas.

Se a pedagogia social é um saber que permite pensar a educação social, a educação social é a própria prática que envolve esse saber. A educação social se apresenta enquanto ação prática. É uma forma ampla, flexível e holística de ver o

humano, de ver o educando. A pedagogia social e a educação social juntas é o que Paulo Freire chamou de *práxis*. A pedagogia social é um caminho para pensar esses saberes a partir de uma pretensa base científica encarnada na educação social. Saber de saberes que são produzidos em outros espaços possíveis, um outro paradigma alternativo que vem refletindo a complexidade da sociedade em que vivemos. Esse fazer quer estar para além do fazer conteudista, quer estar para além do fazer docente tradicionalmente curricularizado. E são os educadores sociais os responsáveis por articular a prática supracitada.

2.6 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: ONDE A PRÁXIS ACONTECE

Moraes (s/d, p.01) aduz que a educação, em suas diversas modalidades, serve para transformar o mundo real, as injustiças e dominações excludentes. Nesse sentido, deixa transparecer que a partir de seus variados segmentos a educação passa a objetivar a idealização e concretude de uma sociedade composta por cidadãos semelhantemente pensantes e críticos, principalmente no que se refere a certos aspectos que os distinguem socialmente.

Os autores Bauli e Muller (2020) preconizam que há uma variedade de enfoques e nomenclaturas para designar a educação, mas algumas são comumente abordadas pelos autores estudiosos da educação social. Estas serão consignadas conseguinte.

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com o seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas. A educação não formal seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação. A educação formal compreenderia instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada e sistematizada. (LIBÂNEO, 2010, p. 31).

Para Aquino (2011, p. 47), esse tipo de educação ocorre durante o processo de socialização dos indivíduos que passa a ser “gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube etc.)”. Correlacionando, Maria da Glória Gonh defini a educação informal como aquela

apreendida durante os processos de socialização e vivência, assim como, por meio de laços culturais herdados.

A educação não formal é definida por Libâneo (2010) como uma educação que apresenta intencionalidade, mesmo que em um grau inferior à educação formal. O autor alega que, assim como a educação formal, a educação não formal é composta por: objetivos explícitos, conteúdos e métodos de ensino. “Esse tipo de educação ocorre em ambientes e situações interativas construídos coletivamente, em que existe intencionalidade no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes” (AQUINO, 2011, p.47).

Como apresentado, existem objetivos e características que distinguem a educação não formal da formal. Prevendo a influência de ideologias determinantes para o desmerecimento da educação não formal, principalmente pela justificativa demarcada na apresentação de baixa intencionalidade educativa, faz-se necessário compreender de forma clara sua singularidade, princípios, dimensões e eixos. A amplitude do trabalho com a educação não formal merece conhecimento popular e principalmente reconhecimento social, justamente por ser uma modalidade pedagógica que propõe uma leitura de mundo baseada nas proximidades do sujeito e por se apresentar como um núcleo determinante para a pedagogia social.

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. Em suma, consideramos a educação não-formal como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social. (GOHN, 2006, p.2)

Segundo Gohn (2006, p. 06) a importância da educação não formal pode ser compreendida através da constituição de seus eixos determinantes, que são empregados primordialmente em defesa do estado de bem-estar social. São eles: educação para a justiça social; liberdade; igualdade; democracia; exercício da cultura; educação contra a discriminação e para os direitos (humanos, sociais, culturais etc.). O comprometimento e respeito em prol da concretização dos eixos propostos pode ocasionar uma série de contribuições, dentre elas, Gohn (2006, p. 04) destaca a formação do indivíduo para a vida e suas adversidades, a consciência e organização

de como agir em grupos coletivos e o resgate do sentimento de valorização de si próprio.

Fica subentendido então, que é priorizada a ação destinada a dar condição para o sujeito de se posicionar de forma autônoma e confiante, como cidadão titular de suas próprias ações de luta e reconhecimento, assim como são reconhecidos os seus direitos e deveres. É um cuidado de si, que reinterpretado por Foucault (apud SANTOS; SILVEIRA; SILVA; 2016, p.1285), “[...] possibilita uma tomada de consciência crítica dos sujeitos em relação a si próprios, aos outros e ao mundo em que vivem [...]”, além de incitar “[...] a uma prática refletida da liberdade que extrapola os limites de sujeitamento historicamente produzidos através das individualizações dos sujeitos”.

Considerando que além da escola, configurada no ensino formal, existem outras formas de educação, é entendido que a educação social ocorre exatamente nos espaços que são considerados não formais. Sobre essa tematização, Caliman (2010) incita que:

Além da escola existem diversas formas de educação igualmente significativas e influentes. Em muitos casos, a população socialmente excluída, especialmente crianças, adolescentes e jovens, encontra em organizações sociais e outros ambientes mais ou menos formais o apoio indispensável para superar as suas condições. São associações, clubes, obras sociais e uma infinidade de locais onde têm experiências relativas à educação, ao esporte, ao trabalho, ao lazer e à cultura, por meio de uma riqueza de metodologias, projetos e ações. (CALIMAN, 2010, p. 342).

Nesse sentido, emerge uma reflexão sobre a formação do profissional educador social, traduzida na percepção de que o seu fazer ocorre em distintos espaços e contextos. Afinal, “É quando o educador se abre ao inesperado, ao inclassificável, ao irredutível, ao divergente, ao imponderável, ao desvio da linha-limite” (CARVALHO, 2014, apud SANTOS; SILVEIRA; SILVA; 2016, p. 1286), que ocorre “[...] a provocação acerca da posição do sujeito na função educador”.

Assim, com as novas demandas presentes na sociedade, evidencia-se a necessidade da ação educativa em diversos ambientes, dentre os quais se destaca os ambientes não formais. Como previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394/1996):

Art. nº 1. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Em comunhão com a lei apresentada, identifica-se amplas formas e possibilidades de manifestação da educação, e é também em contextos não formais que, dentre os desafios e possibilidades “[...] os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca” (GOHN, 2006, p. 04).

3 ESBOÇO METODOLÓGICO

Para interpor certo rigor ao estudo, é preciso considerar o que concerne à princípios básicos de uma pesquisa. A escolha do percurso a ser seguido é imprescindível para a sistematização do processo e o êxito da investigação.

Conforme Gómez (2000, p. 1), a metodologia da pesquisa “designa, de maneira ampla, o início e orientação de um movimento de pensamento cujo esforço e intenção direciona-se à produção de um novo conhecimento, num horizonte de possibilidades sociais e historicamente definidas”.

Neste viés, a metodologia de pesquisa se configura no “conjunto formado por métodos e técnicas utilizados para formular e resolver problemas de pesquisa, na busca da aquisição do conhecimento. É o estudo crítico do método” (COSTA; COSTA, 2019, p. 18). Considerando que “não existe pesquisa sem o apoio de técnicas e de instrumentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo” (PIANA, 2009, p. 167), a metodologia a ser empregada na estruturação da presente pesquisa se fundamentará nas proposições apresentadas por Gómez (2000), Costa e Costa (2019), Godoy (1995) e Gonsalves (2001).

3.1 A PESQUISA E OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A elaboração e estruturação da pesquisa firmou-se, inicialmente, no levantamento bibliográfico. Para investigar como ocorre a atuação do educador social na política socioassistencial do município de Presidente Kennedy –ES e estabelecer percepções sobre a sua prática, optou-se pela aplicação de entrevistas semiestruturadas e observação não participante, pautando-se, portanto, no cunho qualitativo com ênfase em métodos descritivos e exploratórios.

A pesquisa qualitativa, segundo Godoy (1995, p. 21), “Ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Esse tipo de pesquisa permite que o pesquisador “[...] vai a campo buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno” (GODOY, 1995, p. 21).

Como o estudo qualitativo pode ser conduzido por diferentes caminhos, assim como afirmado por Godoy (1995), para a presente pesquisa optou-se pela pesquisa de campo, já por caracterizar uma metodologia que busca informações e entendimento diretamente na população pesquisada. “Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas” (GONSALVES, 2001, p. 67).

A pesquisa de campo se torna pertinente justamente por ser utilizada por pesquisadores que “[...] buscam responder às questões "como" e "por quê" certos fenômenos ocorrem” (GODOY, 1995, p. 25). Como o problema apresentado está vinculado em “como” ocorre a atuação do educador social na política socioassistencial de um município determinado, a metodologia escolhida se evidencia como uma estratégia concernente, já que proporciona um enfoque exploratório e descritivo.

Para Godoy, (1995, p. 27). “Os dados devem ser coletados no local onde o evento e fenômenos que estão sendo estudados naturalmente acontecem, incluindo entrevistas, observações, análise de documentos e, se necessário, medidas estatísticas”. Em consonância, a entrevista semiestruturada torna-se adequada para aplicação, coleta de dados e compreensão da realidade que circunda a prática do educador social.

Procura-se, em trabalhos de caráter qualitativo, realizar várias entrevistas, curtas e rápidas, conduzidas no ambiente natural e num tom informal. Existem, no entanto, situações onde o pesquisador tem que optar por uma entrevista mais formal. Embora nas entrevistas pouco estruturadas não haja a imposição de uma ordem rígida de questões, isso não significa que o pesquisador não tenha as perguntas fundamentais em mente. A entrevista poderá ser gravada, se houver concordância do entrevistado, ou pode-se tomar algumas notas. A gravação, evidentemente, torna os dados obtidos mais precisos (GODOY, 1995, p. 27).

Ainda, considerando que os dados obtidos possuem caráter predominantemente discursivo, sendo resultado de falas e relatos das entrevistadas, a abordagem qualitativa, segundo Costa e Costa (2019, p. 52) estimula “[...] os sujeitos pesquisados a pensar e falar livremente sobre algum tema, objeto da pesquisa. Ela busca a compreensão sobre uma determinada realidade”. Assim, “[...] seus resultados podem ser utilizados como indicadores em outras pesquisas (transferibilidade) ” (COSTA; COSTA, 2019, p. 52).

Para a realização das entrevistas, sugeriu-se inicialmente a utilização do Microsoft Teams, um aplicativo de chat interno. O objetivo era facilitar a interação e direcionamento de perguntas e respostas entre os sujeitos envolvidos, tornando o momento mais humanizado. Entretanto, as entrevistadas acharam mais apropriado o envio de questionário via e-mail, em formato de arquivo pdf. Desta forma, suscitou a possibilidade de um tempo maior para a leitura e reflexão das perguntas direcionadas, evitando a sensação de desconforto emocional relacionado a presença do pesquisador. Assim, prezou-se pelo acolhimento e respeito pela decisão apresentada, já objetivando evitar riscos como desconforto, cansaço ou interferência na rotina dos participantes.

Na prática, o primeiro instrumento de coleta de dados utilizado será a entrevista semiestruturada, não exigindo comparecimento ao lócus da pesquisa. Posteriormente, com consentimento das educadoras sociais e da Secretaria de Assistência Social, tomando como campo de análise o Centro de Referência da Assistência Social e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, será realizada a observação não participante da prática profissional das educadoras sociais juntamente com o público que as mesmas atendem.

Nessa etapa, objetiva-se adentrar-se no campo de atuação das entrevistadas, observar sua atuação profissional, a execução de competências teóricas e práticas, as estratégias e articulações aplicáveis no seu fazer e o encontro com o sujeito vulnerável. Assim como, e como consequência, a observação dos sujeitos que participam e dependem dos serviços e políticas públicas, o contexto social do qual estão inseridos, aspectos da realidade que vivenciam e a relevância da educação não formal e dos agentes educativos enquanto mediadores de conhecimentos e condutores de ideais de transformação pessoal e social.

Ao final, será realizado um paralelo, expondo percepções acerca do trabalho dos educadores sociais e a realidade sociocultural dos sujeitos, inclusive, fragilidades e potencialidades, buscando propor soluções para a problemática levantada, o que oportunizará, posteriormente, na oferta de um e-book temático e informativo para educadores sociais, e que consistirá no produto final da pesquisa.

3.2 LÓCUS DA PESQUISA

Presidente Kennedy é um município localizado no extremo sul do Estado do Espírito Santo. Faz divisa com os municípios de Marataízes, Mimoso do Sul, Atílio Vivácqua, Itapemirim e São Francisco de Itabapoana/RJ. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia, no Censo de 2021, o município apresentou população estimada de 11. 741 habitantes distribuídos em um território de 594,897 km². Uma população consideravelmente pequena. (IBGE, 2023.)

A cidade recebe o título de maior Produto Interno Bruto *per capita* do país em decorrência dos repasses dos recursos de royalties do petróleo. Mesmo apresentando os índices pontuados, segundo o sistema de consulta, seleção e extração de informações do Cadúnico – CECAD, o município conta atualmente com 3.976 famílias inseridas no Cadastro Único, o que contabiliza quase 30% da população municipal. Destas, 1943 (49%) famílias são tituladas como extrema pobreza, 420 famílias se enquadram no perfil de situação de pobreza, 804 são consideradas baixa renda e 809 famílias apresentam renda acima de 1/2 salário mínimo. (CECAD, 2023). A população supracitada se enquadra nos atendimentos realizados por educadores sociais na política socioassistencial do município, por isso, esses dados são relevantes e apresentáveis.

A pesquisa acontecerá em duas unidades públicas da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Presidente Kennedy – ES: o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que está localizado no centro da cidade, na Rua Átila Vivacqua Vieira, número 246, e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, também localizado no centro da cidade, na Rua Santa Maria, número 23.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023), ambas unidades ofertam serviços de assistência social a população, sendo mantidas pela prefeitura e Governo Federal, facilitando o acesso à direitos básicos por meio da gratuidade.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa que participaram da entrevista são 2 educadoras sociais, cuja atuação profissional ocorre especificamente no Centro de Referência da

Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do município de Presidente Kennedy – ES.

As educadoras sociais foram convidadas a relatarem aspectos da sua profissão - formação, atuação e perspectivas – assim como, experiências sob uma ótica individual. Características como idade, formação, campo de atuação e técnica para identificação de ambas no decorrer da pesquisa serão apresentadas doravante.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados coletados através das entrevistas foram transcritos no Capítulo 4, intitulado Análise e discussão de resultados. Importante mencionar que a construção da pesquisa decorre de levantamento bibliográfica, que, além da seleção dos teóricos e documentos nacionais que conduziram a discussão demarcando o início da pesquisa, também foram utilizados ao longo da apresentação a análise de dados mobilizada no quarto capítulo.

No mês de março/2023 as educadoras sociais, sujeitos da pesquisa, foram entrevistadas, e posteriormente, aconteceu a observação não participante da atuação dos profissionais na política socioassistencial do município de Presidente Kennedy – ES.

Assim, em um primeiro momento, a entrevista oportunizou um apanhado geral sobre questões que se busca levantar – formação, atribuições profissionais, atuação e perspectivas – e após, através da pesquisa de campo, ocorreu a observação não participante. Como o objetivo se centralizou na observação da atuação profissional, como consequência, outros sujeitos foram observados, no caso, os usuários dos serviços ofertados pelas unidades assistenciais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O município de Presidente Kennedy-ES conta com o exercício de duas educadoras sociais, ambas contratadas através de processo seletivo simplificado. As participantes da pesquisa através de entrevista, relataram vivências, perspectivas, características profissional e de formação, assim como, expuseram por meio de relato de impacto um momento que, em exercício, elas traduzem como impactante e transformador de perspectivas.

A aplicação do questionário iniciou-se no final do mês de março de 2023, especificamente no dia 23, quando as educadoras sociais foram contatadas via ligação telefônica. Após apresentação individual, foi explanado oralmente e de forma sucinta o tema, objetivo central e a importância da pesquisa que estava em construção. A devolutiva com as respostas ocorreu no dia 13 de abril de 2023.

O questionário aplicado foi encaminhado via e-mail, sugestão das participantes que viram neste recurso a possibilidade de responder as perguntas direcionadas seguindo disponibilidade individual, considerando compromissos como o trabalho, afazeres cotidiano e família. Embora a entrevista não tenha ocorrido presencialmente, o que restringe o diálogo, as respostas foram consistentes e explicativas, contribuindo significativamente para a coleta de dados.

Assim, os dados coletados através de respostas dissertativas serão de suma importância para a construção de percepções e compreensões que circundam o fazer do educador social na política socioassistencial do município em que a pesquisa foi realizada. Os dados serão apresentados nesse capítulo, juntamente com minhas considerações enquanto autora da pesquisa, já dialogando com ideias de autores como forma de complementar e enriquecer o texto.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A presente pesquisa foi realizada com duas educadoras sociais que atuam na Secretaria de Assistência Social – SEMAS, do município de Presidente Kennedy-ES, sendo a primeira atuante no Centro de Referência da Assistência Social e a segunda atuante no Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Ambas as profissionais são formadas em Pedagogia e atuam no formato de designação temporária. Prezando pela preservação da identidade dos sujeitos da pesquisa, as

participantes serão definidas da seguinte forma: Educadora Social 1 e Educadora Social 2.

A educadora social 1 atual no CRAS, tem 34 anos e exerce a profissão há 5 anos. A Educadora Social 2 atua no CREAS, tem 40 anos e exerce a função supracitada há aproximadamente 3 anos e meio. Antecedendo o envio do questionário semiestruturado, foi apresentado as profissionais um termo de consentimento, que esclareceu o tema, metodologia e objetivo central da pesquisa, evidenciando ainda, a possibilidade de desistência da pesquisa sem prejuízo das partes envolvidas.

4.2 DIÁLOGOS COM A PRÁTICA

O questionário semiestruturado foi composto por 13 perguntas acrescidas de um relato de impacto que comporá o produto final resultante dessa pesquisa.⁸ A primeira pergunta fez referência ao tempo de atuação no ofício de educador social, enquanto a terceira buscou verificar a atual unidade/instituição de atuação, conforme foi apresentado anteriormente.

A segunda pergunta buscou evidenciar a formação continuada das educadoras sociais. Verificar se esta contemplaria o atual campo de atuação, promovendo conhecimentos pertinentes a educação social e a pedagogia social. A pergunta articulada apresentou o seguinte texto: Você tem alguma formação ou curso na área da educação social/pedagogia social? Em caso negativo, teria interesse em realizar?

Educadora Social 1. Sim, vários cursos. Os cursos não foram ofertados pela Secretaria de Assistência Social. Eu pesquisei em plataformas online.

Educadora Social 2. Estou fazendo Pedagogia, último período. Faço tecnólogo em Educação Social pela UNINTER. O tecnólogo está me permitindo assistir aulas com professores das áreas de Educação, Direitos Humanos, Educação Não Formal, Ciência Política, etc. Está me permitindo ainda desenvolver iniciativa de educação não formal nos contextos sociais no qual meu trabalho se manifesta.

Paiva (2015) discorre que a Pedagogia Social no Brasil surge com o objetivo de formar educadores sociais. O posicionamento das educadoras sociais entrevistadas evidencia pontos relevantes sobre o tema formação continuada, conduzindo a verificação de que sujeitos interessados em atuar na área podem

⁸ Durante a banca de defesa foi sugerido o estabelecimento de uma análise mais crítica nas discussões apresentadas, entretanto, a forma como a entrevista ocorreu não oportunizou a abrangência dialogal com os sujeitos da pesquisa. Para não descaracterizar a realidade estudada, o formato discursivo foi mantido.

apresentar diferentes formações e que estas não precisam necessariamente estarem atreladas ao serviço social. Neste caso, têm-se duas pedagogas, uma vez que atualmente é possível realizar cursos na área, inclusive, através de instituições que trabalham com ensino à distância.

Outro ponto relevante, e que pôde ser identificado, é que as educadoras sociais não foram oportunizadas a formação continuada através da Secretaria de Assistência Social do município, e não ocorrendo o incentivo por parte da Instituição, ambas buscaram por alternativas. Em diálogo, pesquisadores (SOUZA; FREITAS; SANTOS, 2015) têm pontuado a necessidade de formação continuada de educadores sociais que atuam no SUAS, vista a carência de subsídios teóricos que ainda permeiam sua prática e as especificidades do público atendido.

Em busca de uma atuação qualificada os “educadores sociais” deverão de desenvolver competência técnica, isto é, a capacidade de manejar conhecimentos visando oferecer respostas eficazes aos desafios colocados pelo cotidiano de sua atuação em contextos de pobreza, precariedade e vulnerabilidade social. Para tanto, é também imprescindível o manejo de metodologias ativas e participativas que, ancoradas numa perspectiva teórica, possam orientar o fazer diário na consecução dos objetivos e metas estabelecidos. (DA SILVA; DA SILVA; DE MENEZES, 2021, p. 05).

Em encontro, os autores ainda assumem o posicionamento de que o conhecimento teórico ainda precisa estar atrelado a uma postura ética capaz de despertar e possibilitar a acolhida, a valorização de indivíduos e a escuta ativa, reconhecendo ainda implicações oriundas da pobreza, vulnerabilidade social e precariedade.

A quarta pergunta representou o ponto de partida da investigação que se tece e verificou-se que as profissionais buscaram no edital de contratação realizado pela Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy a resolução do questionamento, e este, evidenciou a Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014, que pauta na íntegra as funções do educador social ratificadas e reconhecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. A pergunta e resposta das entrevistadas está expressa na tabela que segue:

Quais atribuições lhes foram direcionadas no ato da contratação?
Educadora Social 1 e 2. Desenvolver atividades de convivência, socialização e socioeducativas, visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família, sendo o deslocamento até o

equipamento definido para a execução da função sob a responsabilidade do profissional; Desenvolver atividades e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; Assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; Apoiar e desenvolver atividades de visita domiciliar, abordagem social e busca ativa; Atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora; Apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; Apoiar e participar no planejamento das ações; Organizar, facilitar grupos e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e/ou na comunidade; Apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e/ou pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; Apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; Apoiar os demais membros da equipe de referência em todas as etapas do processo de trabalho; Apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar; Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; Apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados; Apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades do Serviço; - Informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; Acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; Apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas; Participar das capacitações ofertadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal; Participar de forma efetiva das capacitações presenciais e EaD organizadas pelo Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (NUEP/SUAS), como ação indissociável ao processo de trabalho; Contribuir com a execução do planejamento/plano de trabalho do Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (NUEP/SUAS) quando solicitado; Desempenhar atribuições considerando o trabalho social essencial ao Serviço conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais/2009 e Caderno de Orientações Técnicas do Serviço; Exercer atividades de apoio à gestão administrativa conforme demandado, quando requisitado; Executar serviços de coleta e entrega de correspondências, e serviços burocráticos simples, quando solicitado; Executar outras tarefas correlatas e inerentes ao Serviço, de acordo com a realidade local; E Exercer as atribuições de Visitador quando alocado no Programa Federal pela Primeira Infância “Criança Feliz”, consistindo em: Realizar diagnóstico das famílias, crianças e gestantes;

Planejar e realizar as visitas domiciliares com apoio do supervisor; Orientar as famílias/cuidadores sobre o fortalecimento do vínculo, parentalidade e estimulação para o Desenvolvimento Infantil; Identificar demandas das famílias para além do desenvolvimento infantil e discutir com o Supervisor; Acompanhar e registrar resultados alcançados; Participar de reuniões semanais com supervisor; Participar do processo de educação permanente; Registrar as visitas e acompanhar a resolução das demandas encaminhadas a rede; Elaborar registros escritos sobre as visitas domiciliares com base em instrumental de planejamento de visitas.

Além da Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014, algumas das funções apresentadas na resposta das entrevistadas foram assinaladas por equipe responsável e representante do CRAS e CREAS, considerando as atribuições inerentes ao cargo que são priorizadas e desenvolvidas nas unidades em questão. Analisando cada função pontuada, fica perceptível a amplitude do trabalho de um educador social, sua responsabilidade frente ao trabalho com os indivíduos que fazem uso dos programas sociais, o apoio que permeia não apenas usuários, mas toda a equipe das instituições em evidência. Um trabalho que visa garantir a proteção e acompanhamento de famílias, a seguridade de direitos, a participação social, a orientação informacional, o desenvolvimento de atividades e eventos, além de promover nos usuários dos serviços, autonomia, autoestima e acolhimento.

A quinta pergunta buscou tomar nota sobre as atividades desempenhadas com mais frequência pelas profissionais. A perguntada foi expressa da seguinte forma: Dentro da sua função, quais as atividades que você realiza com mais frequência?

Educadora Social 1. Praticamente todas relacionadas acima. **Educadora Social 2.** Hoje estou como visitadora do programa Criança Feliz. Realizo visitas domiciliar. A gente faz intersetorialidade e fortalecimento de vínculos.

A resposta da educadora social 1 permite a reflexão de que sua atuação perpassa por todos os setores do CRAS, o que a possibilita trabalhar com usuários de diferentes faixas etárias e a aproximação com dissemelhantes realidades situacionais. Uma prática que exige dinamicidade, interação assídua com toda a equipe, e compreensão vasta dos programas em execução e da realidade socioeconômica dos usuários.

A educadora social 2 trabalha no Programa Criança Feliz, que foi instituído pelo Governo Federal através do decreto nº 8869, datado de 05 de outubro de 2016. As atribuições inerentes ao seu fazer se concentram em um público preciso, as gestantes municipais e as crianças de 0 a 6 anos de idade. O programa visa promover o

desenvolvimento integral na primeira infância, considerando o contexto de vivência e o núcleo familiar. São atendidos usuários do Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada⁹ – BPC. Os atendimentos ocorrem através de visitas domiciliares que têm por objetivo “Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias” (GESUAS, 2023).

A sexta questão trouxe os seguintes questionamentos para os participantes: Para você, as atividades realizadas são relevantes? Condizem com a sua função? Elas impactam positivamente os sujeitos atendidos?

Educadora Social 1. Sim, de extrema relevância.

Educadora Social 2. Sim, com certeza. Hoje atuo diretamente com as famílias trabalhando com o fortalecimento de vínculo, e esse trabalho com a primeira infância está sendo desenvolvido para melhorar a qualidade de vida dos nossos usuários e seus filhos.

O posicionamento da educadora social 1 foi vago, não oportunizando a compreensão exata acerca de sua percepção individual, uma vez que ela apenas apresentou o trabalho como relevante, não estendendo comentários sobre os outros questionamentos. Já a educadora social 2, além de titular sua função como relevante, ainda ressaltou que é um trabalho que proporciona qualidade de vida aos usuários, primordialmente aqueles que se enquadram na primeira infância.

Diante o posicionamento das educadoras sociais, é possível constatar que o ofício desempenhado ocasiona satisfação individual e coletiva. Juntamente com os atendimentos, acolhida e acompanhamento dos usuários, têm-se o sentimento de interferência na qualidade de vida de todos que dele participam. Assim, o trabalho é visto como relevante e capaz de fortalecer vínculos familiares, comunitários e sociais.

Como os sujeitos atendidos pelas educadoras sociais são beneficiários dos serviços do Sistema Único de Assistência Social, a sétima questão propôs uma reflexão sobre o conceito de vulnerabilidade: A pergunta apresentou o seguinte texto: O que você entende por vulnerabilidade?

Educadora Social 1. Vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que diz respeito a uma condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social.

⁹ O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. (BRASIL, 2023).

Educadora Social 2. É algo ou alguém que está suscetível a ser ferido, ofendido ou tocado. Vulnerável significa uma pessoa frágil e incapaz de algum ato. O termo é geralmente atribuído a mulheres, crianças e idosos, que possuem maior fragilidade perante outros grupos da sociedade.

O conceito de vulnerabilidade pode despertar diferentes definições, considerando o sujeito que faz a análise, sua realidade situacional, seu estado instrucional, dentre outros. Os estudos de Do Carmo e Guizardi (2018) pontuam uma conexão de vocábulos em latim que teria dado origem a palavra vulnerabilidade. *Vulnerare* significa “ferir, lesar, prejudicar”, e *bilis* significa “suscetível a”. Ainda, vulnerabilidade em uma matriz discursiva bioética seria uma condição inerente ao ser humano que está em perigo ou propenso a potenciais danos.

Ao centralizar o termo no âmbito da Assistência Social, Do Carmo e Guizard (2018) reforçam um entendimento adjetivado pelo termo social, onde a ênfase se dá a partir da caracterização das privações e desigualdades ocasionadas pela pobreza. Nesse caso, para os autores, vulnerabilidade indica a iminência de um risco concomitantemente com a desvinculação ou a desfiliação social de fato, já que a compreensão de vulnerabilidade acaba se direcionando as populações mais pobres, numa tradução da sociedade capitalista contemporânea. Entretanto, para os autores, a situação econômica não deve se estabelecer como fator determinante, aliás:

Devido ao precário acesso à renda, os sujeitos ficam privados ou acessam com mais dificuldade os meios de superação das vulnerabilidades vivenciadas, sejam tais meios materiais ou capacidades impalpáveis, como a autonomia, a liberdade, o autorrespeito. É nesse sentido que se torna possível associar a vulnerabilidade à precariedade no acesso à garantia de direitos e proteção social, caracterizando a ocorrência de incertezas e inseguranças e o frágil ou nulo acesso a serviços e recursos para a manutenção da vida com qualidade. (DO CARMO; GUIZARDI, 2018, p.7).

No caso das entrevistadas, a definição perdurou um olhar holístico, pautado na criticidade de quem lida diariamente com usuários de serviços e programas governamentais, inclusive de distribuição direta de renda. Assim, para a Educadora Social 1, a vulnerabilidade pode ser compreendida como uma condição situacional despertada diante riscos produzidos e inerentes a contextos socioeconômicos. Já a Educadora Social 2 compreende o termo como um estado individual do indivíduo, caracterizado principalmente, pela fragilidade, sendo que existe um público-alvo a ser nomenclaturado como vulnerável, que são as crianças, mulheres e os idosos.

Da Silva, Da Silva e De Menezes (2021, p. 09) realizaram uma analítica muito interessante da obra de Butler (2015), posicionando a vulnerabilidade enquanto uma

condição social politicamente construída, resultado da deficiência na rede social e econômica de apoio, assim como a forma diferenciada e desprotegida de indivíduos, grupos e populações às questões como violência, fome, discriminação, doenças, etc.

Em consonância, buscando compreender se todos os indivíduos atendidos pelas profissionais se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, foi elaborada a seguinte pergunta: Qual público você atende?

Educadora Social 1. Crianças, jovens, adultos e idosos.

Educadora Social 2. Gestantes, Crianças de 0 a 3 anos e Crianças beneficiário do BPC de 0 a 6 anos.

Os dados obtidos a partir dessa questão explicitam que os serviços contemplam e atingem diversas pessoas, de diferentes faixas etárias e que apresentam distintas características e necessidades. Demonstra ainda, que a demanda é grande e que o trabalho precisa ser multidisciplinar, com um olhar peculiar para cada categoria a ser atendida, o que exige competências e habilidades específicas por parte das educadoras sociais.

Em comum, os autores Da Silva; Da Silva; De Menezes (2021, p. 07) reforçam que situações de risco e vulnerabilidade social atingem determinados subgrupos sociais, o que demanda do Estado busca ativa para promover equidade social, e do educador social, uma atuação eficaz pautada na compreensão ampliada de políticas públicas, identificação e reconhecimento dos beneficiários que delas fazem uso, assim como um olhar visionário do campo de atuação em que sua prática se manifesta.

Posteriormente, as educadoras sociais foram indagadas sobre as características de destaque do público atendido. Foi apresentada a seguinte pergunta: Quais as principais características do público atendido?

Educadora Social 1. Vulnerabilidade Social.

Educadora Social 2. As principais características que são pessoas que fazem parte do CadÚnico e que se enquadram no item 8.

Assim, considerando que a pesquisa se restringe ao Sistema Único de Assistência Social, fica explícito que o trabalho de maior recorrência se manifesta em municípios em situação de vulnerabilidade e risco social, ou seja, inscritos no Cadastro Único, programa de porta de entrada para programas e benefícios do Governo Estadual e Federal.

Propondo abranger conhecimentos pertinentes a área de atuação, a décima pergunta buscou saber sobre os serviços ofertados ao público atendido, já encaminhando para a reflexão do trabalho intersetorial. Dessa forma, foi apresentada a pergunta que segue: O público que você atende faz uso de quais programas e políticas públicas?

Educadora Social 1. CRAS, CREAS, SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos¹⁰, Cadastro Único¹¹, Saúde, Educação.

Educadora Social 2. PAIF¹² e PCF – Programa Criança Feliz.

Ambas as respostas evidenciaram que os usuários têm buscado apoio em diferentes unidades do Sistema Único de Assistência Social, precisando manter constância e cumprimento das condicionalidades estabelecidas também pela saúde e educação.

Um dos objetivos traçados ao longo da pesquisa tratava-se de compreender quem é o educador social e as características que representa a profissão. Assim, a décima primeira pergunta questiona: Como você definiria o educador social?

Educadora Social 1. Intervir nos problemas de pessoas que estejam em situação de risco, vulnerabilidade social ou submetidas a algum tipo de exclusão, utilizando ferramentas pedagógicas para promover a integração social e torná-las ativas.

Educadora Social 2. A função de educador social requer algumas habilidades e características específicas, como boa comunicação, escuta ativa, empatia, bom senso, olhar crítico, paciência, jogo de cintura, preparação psicológica, identificação com causas sociais, comprometimento e responsabilidade, descrição e muito sigilo, afinal o usuário deposita a confiança no profissional.

A primeira profissional entrevistada reconhece o educador social como um agente de intervenção que, se apropriando de recursos e instrumentos pedagógicos, consegue permear na realidade de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade, promovendo a integração social. Em consonância, a segunda entrevistada ressalta que essa profissão porta características específicas, o que exige do profissional aptidões peculiares, como preparação psicológica e sigilo. Por trabalhar com educação em contextos não formais, os educadores sociais têm um nuance em reunir a função protetiva com a postura esperançosa.

¹⁰ Serviço da Proteção Social Básica do SUAS.

¹¹ Instrumento que identifica e caracteriza famílias de baixa renda.

¹² Serviço ofertado pelo CRAS e que tem por objetivo apoiar famílias e promover o acesso à direitos.

Eis um desafio para a educação junto aos sujeitos marcados por processos de precariedade e vulnerabilidade social. Educar o olhar sobre a vida, a própria vida, os lugares onde a vida se desenrola: o bairro, a cidade. E mesmo os não-lugares, visando identificar as sementes de esperanças, as flores indefesas, os espaços onde a vida ainda pulsa: os pequenos gestos inscritos no cotidiano; pequenas e grandes ações pessoais e coletivas que instauram a diferença; instituições e espaços formais e informais que, cotidianamente, acolhem, protegem, cuidam e promovem a solidariedade, a partilha, a justiça, o amor, a alegria e que apontam para a concretude do novo. (DA SILVA; DA SILVA; DE MENEZES, 2021, p. 15).

Ao propor uma análise sobre a obra de Romans¹³ (2003), Gonzalez e De Ávila (2019, p. 139) identificam quatro tipos de educadores sociais: o resignado, o tecnizado, o conformista e o criativo/transformador. Segundo os autores, o educador social resignado tem na passividade sua principal característica, se vendo impossibilitado de ocasionar inferências e mudanças nas realidades percebidas; o tecnizado segue redundantemente um modelo técnico pautado em documentos legais; o educador reformista, também de forma passiva, segue prescrições estabelecidas, acomodando-se como prestador de serviços; e, por fim, o educador social criativo, agrega um horizonte de possibilidades, usando a proatividade como aptidão na resolução de dificuldades emergidas. Analisando as respostas descritas pelas entrevistadas, é possível incumbir à ambas uma personalidade criativa, onde a proatividade se faz presente nas práticas cotidianamente realizadas.

A décima segunda questão traduz um quesito sentimental, instigando as educadoras a dissertarem sobre o que as levaram e as motivaram a desempenhar o ofício atual: O que te motivou/motiva a trabalhar como educadora social?

Educadora Social 1. Tentar ajudar nossos usuários em relação as suas vulnerabilidades e fragilidades, através da escuta, bom senso, olhar crítico, paciência, comprometimento e responsabilidade.

Educadora Social 2. O contato direto com as famílias é um ponto relevante na escolha da minha profissão.

Por vezes, situações sociais e econômicas corriqueiras, bem como o histórico de vida, levam os sujeitos a desempenhar profissões que não condizem com o seu interesse e realização pessoal. A oportunidade surge e a ausência de opções faz com que os sujeitos assumam a responsabilidade daquele ofício. Exercer a função de educador social exige empatia, paciência, olhar crítico, conhecimento sobre direitos humanos e políticas públicas, dentre tantas outras aptidões. O posicionamento das

¹³ ROMANS, Merce. Formação continuada dos profissionais em Educação Social. In: ROMANS, Merce; PETRUS, Antoni; TRILLA, Jaume. Profissão: Educador Social. Porto Alegre, Artmed, 2003, p.115-201

entrevistadas evidencia que existe motivação na execução do trabalho, prazer em ser escuta, paciência no atendimento e acompanhamento dos usuários, e satisfação em trabalhar diretamente com famílias vulneráveis.

Consciente da relevância da profissão para a sociedade, da necessidade de viabilizar o acesso dos profissionais a formação, assim como a melhoria nas condições materiais de trabalho, a décima terceira pergunta fez referência a importância do educador social diante uma sociedade que apresenta evidentes problemas sociais, demandando por sua atuação. Nesse sentido, foi perguntado: Para você, qual é a importância do educador social para a sociedade contemporânea?

Educadora Social 1. Utilizar instrumentos pedagógicos para recolocar indivíduos em situação de vulnerabilidade ou exclusão de volta à sociedade. Além de dar assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade social, ele usa a educação para promover a cidadania e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Educadora Social 2. É de suma importância ter uma pessoa que possa colaborar com a formação dos vínculos familiares, até porque hoje com a tecnologia das telas o contato direto entre pais e filhos tem sido deixado de lado.

A pergunta de encerramento, propôs colocar as entrevistadas num estado reflexivo sobre sua profissão diante olhares sociais. Ocasionalmente um estado de auto-observação, de defesa do seu fazer, de autorreconhecimento como profissional que atua em contextos sociais suscetíveis a receber populações socialmente vulnerabilizadas.

Ao dissertar sobre a importância da sua profissão, a educadora social 1 ressaltou a presença de instrumentos pedagógicos como facilitador e mediador do trabalho. Um trabalho que para a entrevistada objetiva recolocar indivíduos em seus postos sociais, uma profissão que estimula a cidadania e aproxima sujeitos da possibilidade de viver com qualidade. A educadora social 2 se autodefiniu como colaboradora do processo de formação e fortalecimento de vínculos familiares. Abordando ainda, que o rompimento e enfraquecimento desses vínculos pode encontrar respostas no uso de tecnologias e telas, o que vai além de questões que englobam categorias vulneráveis percebidas.

Ao abordar a importância do fortalecimento de vínculos familiares, a fala da educadora 2 se coaduna com as afirmações de Da Silva, Da Silva e De Menezes (2021) que enfatizam que a desproteção social e o desemprego ocasionado por condições específicas como falta de renda, dificuldades em acessar políticas públicas,

precariedade de bens próprios, podem também incumbir na instabilidade de relações familiares e comunitárias, o que se torna um fator preponderante a tornar certos indivíduos mais vulneráveis. Assim, a atuação de educadores sociais no amparo e fortalecimento de vínculos resultaria em um trabalho protetivo contra certas situações, como violência física e psicológica, abuso sexual, preconceito, dificuldades em acessar o mercado de trabalho, fome, humilhação, dentre outros.

Frente ao exposto, a profissão em discussão tem um grande potencial social, se adentrando em contextos e ambientes, por vezes, suprimidos, e que exige ação empática e cautelosa. Os diálogos tecidos com as respostas apresentadas, permitiram adentrar na reflexão de aspectos que subjagam populações traduzidas como vulneráveis, entretanto, de forma superficial. Por não permitir um contato mais direto com as vivências e realidades expressas, o próximo passo se estabelecerá na observação não participante da autora. Será uma forma de descortinar impressões individuais e adentrar, de fato, na realidade indagada.

4.3 O ENCONTRO

Previamente, havia manifestado o interesse em acompanhar o dia a dia das educadoras sociais, já interpondo a importância desse momento para o êxito da investigação proposta. Todavia, é importante mencionar que a pesquisa de campo ocorreu entre os dias 15 e 18 de maio de 2023. No decorrer das datas mencionadas, estive juntamente com as educadoras sociais, observando as práticas aplicadas, momentos dialogais e desenvoltura com os usuários do CRAS e CREAS. Ainda, devido o Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, participei da passeata social sobre o tema, ocorrida na sede da cidade e que teve o intuito de conscientizar os munícipes sobre a relevância do tema e a importância da denúncia para a minimização dos casos.

Em decorrência do planejamento dos dias mencionados, a ênfase dos momentos observacionais esteve pautada nas oficinas e visitas domiciliares.

4.3.1 Oficinas

A primeira atribuição da educadora social em dias de oficina é receber os oficinheiros através de lista de presença e direcioná-los para as respectivas

localidades. Não é uma condição que a educadora esteja presente nas oficinas, mas cabe a ela a organização da lista de presença de oficinairos e usuários, o estabelecimento prévio de horários e localidades onde ocorrerão as oficinas, a organização do transporte para a locomoção dos envolvidos, assim como, a ordenação dos instrumentos e materiais necessários.

Para a formação dos grupos de usuários participantes, é realizada previamente uma busca ativa. Nesse processo é listado usuários inclusos no Cadastro Único, e posteriormente, através de visita domiciliar ou ligação telefônica, ocorre o convite para a participação de alguma oficina de interesse particular. De forma geral, “A grande maioria dos participantes são cadastrados no Cadastro Único e recebem o benefício do Bolsa Família. A condicionalidade é pelo menos ter inscrição no Cadastro Único” (Educadora Social 1).

Um momento de imprescindível importância foi a Escuta coletiva.¹⁴ Na comunidade de Jaqueira, um novo grupo de usuários foi composto, contemplando diferentes idades e interesses. Foi um momento de riqueza dialogal, diversos profissionais do CRAS estavam presentes, todos com o objetivo de apresentar o serviço ofertado pela unidade. Vários membros da equipe profissional participaram, relatando características dos setores de atuação, singularidades das profissões, importância e acesso aos serviços ofertados, dentre outros. Educadora Social, Assistente Social, Psicóloga, Estagiário, equipe CadÚnico, Oficinairos, juntos, apresentaram cada oficina juntamente com informações básicas: objetivos, funcionamento, inscrição.

Durante a Escuta Coletiva foram apresentadas as oficinas em andamento, “balé, capoeira, violão, artesanato, recreação e lazer, culinária, artes marciais” (Educadora Social 1). Sendo ressaltado ainda a duração de cada oficina (40 minutos), e as comunidades lócus, distribuídas, considerando os dias da semana: Jaqueira, Sede, Santa Lúcia, São Paulo. Geralmente, cada oficina ocorre uma vez por semana, podendo ser direcionada a crianças, jovens, adultos ou idosos, dependendo da temática circundante. Elas têm por objetivo primordial “o atendimento a usuários que recebem cestas básicas de alimentos” (Educadora Social 1).

Em um outro momento, a observação pautou-se em três oficinas: balé, artesanato, recreação e lazer. Na oficina de recreação e lazer, ocorrida no turno

¹⁴ Termo comumente utilizado para designar momentos de apresentação e caracterização dos serviços ofertados pelo lócus da pesquisa.

vespertino, as crianças e adolescentes foram recebidas com muito entusiasmo, sendo direcionadas para uma quadra poliesportiva local, e ali participaram de diversas atividades, incluindo jogos, pinturas e brincadeiras. A educadora social se manteve presente auxiliando o oficinairo com o acompanhamento do grupo, a execução das atividades e orientações necessárias. Ficou perceptível que o afeto se fazia presente na troca de olhares, diálogos, escuta, falas motivacionais, que a preocupação se manifestava em diálogos sobre os acontecimentos do dia, da semana, na família, escola, com amigos etc. Todo o assunto era importante. Os usuários manifestavam alegria em estar ali, e a educadora social, sentimento de satisfação por participar daquele momento que oportunizava encontros e vivências.

Na oficina de balé, crianças e adolescentes usufruíam da oportunidade de se vestir como bailarinas, e na leveza dos passos e movimentos de bailar. Foram recebidos com muito carinho e encenaram duas coreografias. Juntamente com a professora da oficina, a educadora social ajustava as vestimentas e penteados dos participantes, acompanhava os passos, parabenizava a execução de movimentos, incentivava o grupo a manter a atenção, respeito e a delicadeza que o momento exigia.

Na oficina de artesanato participaram adultos e idosos. No encontro, os usuários aprenderam a confeccionar utilidades com materiais recicláveis. Parte do material utilizado nas oficinas é disponibilizado pelo CRAS, mas ressalta-se que, grande quantidade é referente a doações dos munícipes, ou levados pelos próprios usuários. Na respectiva oficina, os usuários foram instruídos a confeccionar objetos de decoração, incluindo vasos de plantas. Um dos materiais utilizados na confecção foi a concha, já valorizando a cultura local, uma vez que, Presidente Kennedy encontra-se na região litorânea do sul do estado do Espírito Santo. As imagens abaixo representam alguns objetos confeccionados durante a oficina:



Os participantes são incentivados a visionar oportunidades no mercado de trabalho, se apropriar da aquisição de técnicas empreendedoras, e ainda, foram oportunizados a deslumbrar possibilidades de momentos de lazer, ocupando o tempo através de habilidades em confecção e troca dialogal com outros participantes. Entretanto, “[...] faz-se necessário lembrar que pobreza é muito mais um conceito social que uma definição meramente econômica e focada nas condições do indivíduo de maneira isolada” (FLORY; ANDREASSI; TEIXEIRA, 2013, p. 25), por isso, “[...] uma análise mais profunda sobre o conceito de desenvolvimento que norteia as ações empreendedoras é sempre necessária” (FLORY; ANDREASSI; TEIXEIRA, 2013, p. 26). Assim,

[...] muito mais importante do que discutir a variável renda como instrumento único de combate a pobreza é levar em consideração o quanto, de fato, está se ampliando a qualidade de vida do grupo social, qualidade esta que não é mensurada apenas no que se refere ao poder de compra, mas, sobretudo, com relação ao exercício das cinco liberdades que ele considera fundamentais para a dignidade humana: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora. (FLORY; ANDREASSI; TEIXEIRA, 2013, p. 25).

Em consonância, é perspicaz que a educadora social acompanhou todo o processo, instruiu possibilidades e ideias, mediou aspectos do mundo empreendedor, instigou o autoconhecimento de competências e habilidades individuais, mas como é aduzido pelos autores em discussão, é preciso viabilizar a reflexão de que um grupo social que não está preparado para “[...] resistir à perda dos direitos ou construir meios próprios para a sobrevivência da comunidade, por mais que tenha renda, continua vivendo algum tipo de situação de dependência” (FLORY; ANDREASSI; TEIXEIRA, 2013, p. 26), o que demonstra a complexidade que envolve o campo de atuação da educadora social, assim como, a ineficiência de políticas públicas no combate à pobreza.

4.3.2 Visitas domiciliares

A realização de visitas domiciliares é uma ação de extrema importância dentro do âmbito da política socioassistencial, se tratando do programa criança feliz, uma estratégia fundamental. A ação possibilita o reconhecimento e diagnóstico de famílias que precisam de auxílio de políticas públicas, sua inserção nos serviços, assim como, o acompanhamento adequado pela equipe de profissionais. Uma das atribuições de destaque que fica a cargo das educadoras sociais condiz com o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social por meio da realização de visitas domiciliares.

Uma das educadoras sociais, sujeito da pesquisa, atua no Programa Criança Feliz. O programa foi instituído no município em agosto de 2022, e desde então, 88 famílias vem recebendo acompanhamento e orientação concernente a primeira infância, tema focal do programa. “O programa se desenvolve por meio de visitas domiciliares que buscam envolver ações intersetoriais com as políticas de assistência social, educação, saúde, cultura e direitos humanos” (PREFEITURA DE PRESIDENTE KENNEDY/ES, 2022). Desse modo, o programa tem por objetivo,

apoiar as famílias com gestantes e crianças na primeira infância no exercício da função protetiva e ampliar acesso a serviços e direitos; fortalecer a presença da assistência social nos territórios e a perspectivas da proteção e da prevenção de situações de fragilização de vínculos, de isolamento e situações de risco pessoal e social; e desenvolver ações de capacitação e educação que abordem cuidados e atenções à gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias, respeitando todas as formas de organização familiar. (PREFEITURA DE PRESIDENTE KENNEDY/ES, 2022).

Em condizente, entre atribuições profissional e objetivos do programa, se evidencia o quão importantes são as atividades desenvolvidas pela educadora social. Na prática, ela já inicia os trabalhos de campo na parte da manhã. “As visitas ocorrem durante todo o dia, pois é preciso atender mensalmente 88 famílias distribuídas no território municipal e que apresentam perfil para inserção e acompanhamento no programa” (Educadora social 2). Ainda segundo a educadora social, “Quando a família se encontra em situação de vulnerabilidade, ela é encaminhada para o PAEFI acompanhar”. As famílias são distribuídas em cronograma de atendimento, e de acordo com o perfil recebem entre uma até três visitas mensais. “As visitas domiciliares ocorrem de segunda a quinta-feira. Na sexta-feira realizo o planejamento e finalizo relatórios” (Educadora social 2). Para que as visitas ocorram de forma organizada, os atendimentos ocorrem por distritos.

Nos dias que ocorreram a pesquisa de campo, a educadora social atuou nos distritos de Jaqueira e Sede, um trabalho conjunto com a assistente social da unidade social e mais três visitadoras. No total, foram realizadas vinte e quatro visitas em três dias. De acordo com o MDS (2017), para a eficácia do programa é necessário a atuação de dois atores fundamentais, o supervisor e o visitador. A educadora social se enquadra no perfil visitadora, trabalhando diretamente com a orientação, acompanhamento e caracterização das famílias. Em suma, são atribuições gerais desse profissional:

Observar os protocolos de visitação e fazer os devidos registros das informações acerca das atividades desenvolvidas; Consultar e recorrer ao supervisor sempre que necessário; • Registrar as visitas domiciliares; Identificar e discutir com o supervisor demandas e situações que requeiram encaminhamentos para a rede (como educação, cultura, justiça, saúde ou assistência social), visando sua efetivação. (MDS, 2017).

Durante as visitas, diferentes situações foram evidenciadas e permitiram uma aproximação mais clara com o fazer da educadora social. Uma das atribuições inerentes a educadora social é o preenchimento de formulários durante a visita e diálogo com a família ou responsável familiar. Durante a pesquisa de campo foi possível observar o preenchimento e coleta de diferentes dados através dos formulários. O material após preenchimento, pode caracterizar território, família, gestante, criança ou desenvolvimento infantil. A saber:

1. Formulário de caracterização do território: Identificação do bairro, acessibilidade e potencialidades da comunidade;

2. Formulário de caracterização da família: informações sobre o domicílio (cômodos, abastecimento de água, espaço e segurança, eletricidade, uso de meio de transporte, eletrodomésticos, entre outros) e família residente (ocupação profissional, renda, número de crianças, aspectos culturais e religiosos, participação em atividades comunitárias, acesso a serviços e programas e serviços sociais, entre outras informações);
3. Formulário de caracterização da gestante: identificação da gestante, escolarização, trabalho, pré-natal, período gestacional, dados sobre o cônjuge, dados sobre gestações anteriores, entre outros.
4. Formulário de caracterização da criança: identificação da criança, cuidador responsável, testes de triagem, registro de comprimento e altura, calendário de vacinas, amamentação, problemas de saúde evidenciados, acompanhamento médico, educação, relacionamentos e hábitos, convivência familiar, entre outros.
5. Formulário de diagnóstico inicial do desenvolvimento infantil: caracterização dos marcos do desenvolvimento por período e que abrangem as dimensões motora, cognitiva, comunicação e linguagem e socioafetivo.
6. Plano de visita: Registro dos principais pontos observados durante a visita.

As informações apresentadas sobre os formulários utilizados durante a visita domiciliar incitam a relevância do trabalho junto as famílias vulneráveis do município. Um trabalho cuidadosamente articulado para promover qualidade de vida, bem-estar, verificação de demandas e inclusão de munícipes em políticas públicas.

Ao longo do período de observação foi possível analisar as etapas de organização e acolhimento de famílias, o que envolve a leitura cuidadosa do contexto familiar, o espaço de escuta criado em cada visita, o surgimento e manutenção de vínculos afetivos, o estabelecimento de diálogos que abarcavam retomadas de visitas anteriores, a importância de objetivos do programa, orientações sobre o acesso a políticas públicas, identificação de progressos, dificuldades e realidades que circundam cada família atendida.

Cada visita registrava uma realidade. Cada informação mediada traduzia um potencial transformador. Cada momento evidenciado descortinava conflitos pessoais, coletivos, comunitários. Foi possível perceber que, ao término de casa visita, um sentimento distinto se manifestava nos sujeitos envolvidos. Ora tínhamos emoção,

autorresponsabilidade e compromisso, ora desconfiança, desestímulo e insatisfação. Assim como, também foi possível, traçar características que potencializam o perfil do educador social e sua atuação na política socioassistencial. Um perfil que se caracteriza primordialmente pelo diálogo, escuta, sigilo, empatia, articulação e responsabilidade social.

4.3.3 Evento 18 de Maio

O dia 18 de maio representa o dia nacional de combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Data na qual a política de Assistencial Social de todo o território nacional se mobiliza para a realização de campanhas de conscientização que têm por objetivo proteger crianças e adolescentes.

Em Presidente Kennedy, o evento ficou a encargo do CREAS, que durante o mês de maio realizou palestras temáticas nas escolas. Para o êxito da campanha, o CREAS contou com a parceria de outras unidades e secretarias, a saber: CRAS, educação, saúde, meio ambiente, conselho tutelar e guarda municipal. A política socioassistencial do município de Presidente Kennedy reuniu todos os funcionários, e através de uma passeata coletiva na sede do município disseminaram informações concernentes ao tema.

As educadoras sociais juntamente com outros profissionais entregaram folders informativos, acompanharam crianças que representavam a educação municipal e dialogaram com a população local, ressaltando, inclusive, a importância do cuidado, da empatia e da denúncia. Um momento de suma importância e que evidenciou com mais clareza o perfil empático desse profissional, assim como, a importância social dele dentro da rede de profissionais da Secretaria de Assistência Social.

5 PRODUTO EDUCACIONAL: UMA SINTETIZAÇÃO

Como forma de aplicar na prática conhecimentos oriundos da pesquisa, foi elaborado um produto educacional que infere na possibilidade de apresentar contribuições para a sociedade pautadas em estudos, análises e discussões acerca destes saberes. Como resultado da pesquisa que se tece, foi desenvolvido um produto educacional no formato de e-book informativo, intitulado *A atuação de educadores sociais em contextos não formais* (disponível no apêndice desta dissertação), objetivando alcançar educadores sociais que atuam em contextos não formais, inclusive das políticas socioassistenciais.

Considerando o número reduzido de educadores sociais que atuam no município lócus de pesquisa, as dificuldades pertinentes a formação desse profissional, as funções atribuídas dentro do âmbito do SUAS, e vislumbrando atingir educadores sociais em contextos mais abrangentes, este produto é pontuado como um colaborador e norteador de informações pertinentes a categoria profissional e a área de atuação evidenciada.

Apresenta de forma sucinta e didática informações concernentes as atividades e desafios que envolvem a atuação do educador social, propondo um panorama pormenorizado deste campo caracterizado pelos saberes que envolvem a pedagogia social, reflexões teorizadas de temáticas que circundam o tema, a análise objetiva da funcionalidade da categoria dentro do SUAS, assim como, outras possibilidades de atuação que perpassam espaços não formais.

5.1 JUSTIFICATIVA

Embora as plataformas digitais tenham apresentados diversos problemas para o século XXI, a internet também pode ser um instrumento facilitador de acesso a informações, contribuindo primordialmente para a aquisição de novos conhecimentos de forma acessível, ligeira e prática.

Concomitantemente, o desenvolvimento de um e-book informativo e de acesso online, tem potencial para atingir o público-alvo, perpassando e transpassando o mesmo, de modo a fornecer acessibilidade e disseminação de informações a sujeitos e profissionais interessados, considerando ainda o desprovimento de preocupação em considerar quesitos como territorialidade e atributos financeiros mais amplos.

Deste modo, o e-book representa a possibilidade de apresentar, informar, orientar, exemplificar, ilustrar e mediar informações significantes acerca da temática pesquisada, ocasionando ainda o efeito de uma leitura sucinta, prazerosa e movida pelo interesse do leitor. Considera-se ainda que através da ferramenta em questão, toda a rede de profissionais do SUAS pode acessar e compartilhar o material, tornando-o um produto educacional para além da didática, impulsionador de novos horizontes.

5.2 OBJETIVOS

Considerando a importância dos temas levantados no decorrer da pesquisa, objetiva-se de forma geral o compartilhamento de informações e estudos sobre a categoria profissional 'educador social', enfatizando sua atuação em contextos da política socioassistencial e, em especial, tratando do Sistema Único de Assistência Social. Entre outros objetivos a saber, considera-se:

- Apresentar análises introdutórias da definição de pedagogia social e educação social;
- Categorizar possibilidades de educação considerando contextos de manifestação, sujeitos envolvidos e implicações como objetivos e metodologias;
- Evidenciar distintas categorias e dimensões de sujeitos propensos ao atendimento no SUAS e outros contextos abrangentes;
- Desvendar aptidões suscetíveis a profissão e dignas de reflexão;
- Conscientizar educadores sociais sobre a responsabilidade social e política para com as funções determinadas na Política Nacional de Assistência Social

5.3 PREPONDERAÇÕES

Ao término da leitura do e-book os educadores sociais estarão mais próximos da teorização que vai ao encontro com o seu fazer. Como mencionado no decorrer da pesquisa, essa categoria profissional ainda alça voos curtos, restritos, embora seu fazer seja imponente e de potencial social imensurável.

Mesmo que a profissão ainda esteja em fase de descortinamento, que muitos educadores sociais ainda não se intitulam como tal, ou não recebem a devida valorização e visibilidade, é possível navegar por águas mais abrangentes e situá-los na adequação que sua prática vislumbra. Assim, o produto educacional permitirá posicionamentos teorizados, motivação profissional, melhores resultados reflexivos sobre o campo de atuação, e evidenciará ainda, que educadores sociais espalhados pelos quatro cantos do país precisam se ater de possibilidades de formação especializada, reconhecimento enquanto classe profissional, seguridade de direitos trabalhistas, e serem percebidos enquanto sujeitos de transformação social, de vida e projetos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longos meses foram percorridos até chegar a este momento. Nessa altura, pude apresentar, em algumas laudas, a dimensão dos aprendizados adquiridos ao longo da pesquisa. Muitos foram os desafios, indagações, percepções, frustrações, enfim, amadurecimento. E na correnteza de ideias, diálogos, leituras, escuta, eu me aproximei com mais clareza e vigor do meu sujeito de pesquisa, o educador social.

Nesse caso, também me coloco na posição de tecer algumas breves palavras, frisando em alguma medida um depoimento individual. Alguns anos atrás, quando iniciei a vida acadêmica realizando o curso de graduação, acabei assumindo também um cargo de gestão na política socioassistencial. Naquela ocasião, não fazia ideia da dimensão que circundava a realidade daquela unidade pública (CRAS), porém fui compreendendo que aqueles que se encontravam frequentemente na minha frente eram pessoas com diferentes histórias de vida e que precisavam ser percebidas. Histórias que gritavam por socorro, que exprimiam dificuldades enraizadas em históricos vivenciais, que apresentavam conflitos internos, vozes abafadas, sonhos reprimidos, realidades condicionadas a serem definitivamente árduas. A ausência de esperança se explicitava naqueles olhares, falas, vestimentas, e aquilo não podia ser interpretado como algo banal e passível de ser naturalizado. E cada dia que eu me fazia presente no trabalho, era um novo aprendizado, uma nova angústia, ou uma nova realização pessoal por ver alguém voltando para casa satisfeito, alegre ou esperançoso.

Minha atuação já não se faz presente na política socioassistencial, mas sei que histórias como as mencionadas se repetem dia após dia, nos quatro cantos desse país. Esperançoso é saber que a pedagogia também é social, que a educação também é social, e que existem profissionais para mediar o processo socioeducativo com zelo e compromisso.

A implementação da pedagogia social e da educação social no cenário brasileiro vem se configurando como uma jornada de muito estudo sobre a sociedade hodierna, representando a dedicação de estudiosos e a unificação de propósitos, assim como o descortinamento da realidade social de milhares de brasileiros e a luta em prol da defesa da qualificação e profissionalização de educadores que atuam em contextos que ultrapassam a educação formal.

Diariamente, educadores sociais atuantes em vários contextos, recebem atribuições e responsabilidades concernentes a aproximação e trabalho com sujeitos em situação de risco e vulnerabilidade social. Na prática, apresentam políticas públicas, atuam com a proteção básica da família, fazem a mediação de caminhos, possibilidades e estratégias de superação de conflitos pessoais, assim como, de mazelas sociais. Profissionais que na maioria das vezes carecem de qualificação e valorização profissional, mas que, ao colidir com essas tipologias de barreiras, as enfrentam corajosamente para manter o vigor da profissão.

Tratando-se da pesquisa, a aplicação do questionário favoreceu a possibilidade de adentrar em concepções particulares dos sujeitos da investigação percorrer pela formação, campo de atuação e posicionamento profissional. Foi um instrumento imprescindível para a verificação e compreensão de dados relevantes que iam ao encontro dos objetivos estabelecidos no início do estudo.

Nesse viés, compreensões se consolidaram, uma vez que não há exigências sobre a necessidade de formação em nível superior, tendo em vista que estes profissionais se tornam educadores sociais advindos da área de humanidades ou tendo apenas o nível médio de escolaridade. Nesse caso, o trabalho na política socioassistencial acontece por meio do apoio a diferentes setores das unidades de proteção básica e especial, o que envolve, inclusive, a intersetorialidade entre assistência social, educação e saúde, tendo sujeitos de diferentes faixas etárias como prioridade, desde que, estejam em situação de risco e vulnerabilidade social. Sendo assim, o público atendido por educadores sociais apresentam diferentes situações que os colocam na categoria de risco e vulnerabilidade social, sendo normalmente, usuários do cadastro único e seus programas de realce (PBF, BPC, PCF, SCFV, etc).

No que concerne a atribuições, os profissionais são submetidos as funções ratificadas e reconhecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Seguindo o estabelecido, o trabalho opera de forma abrangente, contextual e socialmente imprescindível. São atividades que abrangem contextos familiares; realidades socioeconômicas; dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho; inserção em atividades culturais; promoção da proteção e longevidade da terceira idade; históricos situacionais, como violência doméstica, abuso sexual infantil, acompanhamento de condicionalidades concernentes a saúde e educação (frequência escolar, pré-natal, agenda de vacinação etc.); auxílio aos demais profissionais na organização de eventos, campanhas, visitas domiciliares, atividades

diárias de prevenção; e proteção a famílias, orientação sobre o acesso e permanência a políticas públicas pertinentes as unidades em questão.

Entre falas e depoimentos, pautadas ainda na observação não participante realizada, os sujeitos da pesquisa deixaram transparecer que a práxis que representa o fazer profissional está dotada de elementos impreteríveis, exigindo requisitos como bom senso, paciência, preparação psicológica, empatia, busca e escuta ativa, responsabilidade social, discricção e posicionamento de interventor social.

Em suma, é um trabalho que percorre duas extremidades. Se configura árduo, por vezes, angustiante. Em situações cotidianas, até desperta sentimentos correlativos a impotência. Mas, com grande potencial transformador. Capaz de possibilitar ao profissional a inserção em contextos de grandes fragilidades sociais, analisar insuficiências e problemáticas, e posteriormente, agir em prol da equidade social por meio de estratégias e intervenções socioeducativas.

Assim, a atuação de educadores sociais na política socioassistencial do município de Presidente Kennedy ocorre através de um trabalho que se centraliza em duas unidades, o CRAS e o CREAS, e que percorre diferentes funções e atribuições, todas visando a atenção, proteção e garantia de direitos dos munícipes em situações de risco e vulnerabilidade social. Um trabalho que permeia diferentes conjunturas setoriais, distintos âmbitos sociais, e que através de uma prática socioeducativa mobilizadora, instrui, orienta, e dá assistência, cotidianamente, há vários sujeitos.

No mais, e consciente de que a pesquisa possui suas limitações, tendo em vista que se restringiu a um município brasileiro específico e a atuação profissional de dois educadores sociais, espera-se que, muitas outras investigações se dediquem ao tema e desbravem o contexto profissional de educadores sociais brasileiros, almejando interpor reconhecimento e valorização, que essa classe, tão importante, merece.

REFERÊNCIAS

ABRAPSocial. 5º Congresso Internacional de Pedagogia Social e Simpósio de Pós-Graduação. Fev. 2015. Disponível em:

<<https://pedagogiasocialbr.wordpress.com/2015/02/18/5o-congresso-internacional-de-pedagogia-social-simposio-de-pos-graduacao/>>. Acesso em: 01/12/2020.

AQUINO, S. L. **O pedagogo e seus espaços de atuação nas representações sociais de egressos do curso de pedagogia.** Minas Gerais, 2011. Acesso em: 02/11/2022/ Disponível em:

<<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/3425/1/texto%20completo.pdf>>.

BAULI, R. A; MULLER, V. R. **Educador Social no Brasil: normatização e profissionalização.** Editora Livrologia, Chapecó, SC. 2020.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Portal da Câmara dos Deputados.** Comissão aprova regulamentação da profissão de educador social. Dez, 2011. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ASSISTENCIA-SOCIAL/207167-COMISSAO-APROVA-REGULAMENTACAO-DA-PROFISSAO-DE-EDUCADOR-SOCIAL.html>>. Acesso em: 08/12/2020.

BRASIL. **Câmara dos Deputados.** Projeto de Lei Nº2676, de 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1752495#:~:text=O%20CONGRESSO%20NACIONAL%20decreta%3A,a%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas%2C%20mediadoras%20e%20formativas>. Acesso em: 21/09/2022

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social.** Guia para visita domiciliar. Brasília, 2017. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Guia%20para%20Visita%20Domiciliar%20-%20Programa%20Crian%C3%A7a%20Feliz%20-%202021-06-2017.pdf>. Acesso em: 24/05/2022

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.** Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social>> Acesso em: 07/03/2023.

BRASIL. **Senado federal.** Lei 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases. Brasília, 2017.

BRASIL. **DECRETO Nº 8.869, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016.** Institui o Programa Criança Feliz. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 05, OUT. 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8869-5-outubro-2016-783706-publicacaooriginal-151185-pe.html>>. Acesso em: 27/04/2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Criança Feliz.** 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz>>. Acesso em: 27/04/2023

BRASIL. Ministério do Esporte. **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>>. Acesso em: 29/04/2023

BRASIL. **CECAD**. Presidente Kennedy, ES. 2023. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>>. Acesso em: 29/04/2023

BRAVIN, R; PAIVA, J. S. de; PINEL, H. **As relações entre pedagogia social, educação social e educação popular no Brasil: saberes-fazer de resistência, produzindo subjetividades resilientes**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 4-24, maio-ago. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/344062296_As_relacoes_entre_pedagogia_a_social_educacao_social_e_educacao_popular_no_Brasil>. Acesso em: 30/04/2023

CALIMAN, G. Pedagogia Social: Seu potencial crítico e transformador. **Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - 2º Semestre/2010**. P. 341-368. Disponível em: <<http://sites.unicentro.br/wp/cursodepedagogia/files/2011/08/caliman-pedagogia-social-transformadora.pdf>>. Acesso em: 02/12/2020.

CARMO, T. M. do. **A dicotomia existente na prática dos educadores sociais no âmbito do acolhimento institucional: diferenças entre cuidador social e educador social no serviço de acolhimento institucional**. Olhar de Professor, vol. 19, núm. 1, pp. 23-34, 2016. Disponível: <<https://www.redalyc.org/journal/684/68459625003/html/>>. Acesso em: 05-05-23.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. **Foucault e a Função-Educador**. Ijuí: Unijuí, 2014.

CARVALHO, A. F. **Pensar a função-educador: aproximações Foucaultianas voltadas para a constituição de experiências de subjetividades ativas**. 2008. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt17-4509-int.pdf>>. Acesso em: 03/03/2023.

Congresso Internacional de Pedagogia Social e Simpósio de Pesquisa Pós-graduação. Jul. 2012. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/cips4/inicio.html>>. Acesso em: 02/12/2020.

COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. F. B. da. **Metodologia da Pesquisa: Perguntas e Respostas**, Rio de Janeiro: 2019. Disponível em Kindle.

DA SILVA, M. S; DA SILVA, V. P; DE MENEZES, G. A. O educador no espaço das políticas de assistência social: aportes teóricos-metodológicos e éticos. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 61, p. 1-22, e-25084, jul./set. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/25084>>. Acesso em: 27/04/2023

DO CARMO, M. E; GUIZARD, F, L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Ensaio**. Cadernos de saúde pública. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv>>. Acesso em: 27/04/2023

FERREIRA, A. V. **Pedagogia Social: da indignação à emancipação**. Organizador Arthur Vianna Ferreira. – Rio de Janeiro, RJ: **Autografia**, 2022. Disponível em: <<https://pedagogiasocial.net/2022/10/11/pedagogia-social-da-indignacao-a-emancipacao/>>. Acesso em: 08-05-23

FLORY, H; ANDREASSI, T; TEIXEIRA, M, A, C. Políticas Públicas de Empreendedorismo para a População de Baixa Renda: Transformando Necessidades em Oportunidades. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, n. 62, Jan./Jun. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267567303_Politicass_Publicas_de_Empreendedorismo_para_a_Populacao_de_Baixa_Renda_Transformando_Necessidades_em_Oportunidades>. Acesso em: 09/06/2023

GADOTTI, M. **Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. Jul, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092012000200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 10/05/2023.

GARRIDO, N. C. de. **Política Nacional para a profissionalização e formação do educador social: princípios metodológicos em construção**. 2021. Disponível em: <http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/treintaitres/index_htm_files/Politica%20Nacional.pdf>. Acesso em: 12/05/2023.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV, São Paulo, Brasil 1995.

GOHN, M da G. **Educação não-formal na Pedagogia Social**. An. 1 Congr. Intern. Pedagogia Social. São Paulo, Mar. 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext>. Acesso em: 05/12/2020.

GOMÉZ, M. N. G. de. **Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação**. Revista de Ciência da Informação - v.1 n.6 dez/00. Acesso em: 29/04/2023

GOMES, F, de M. As Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do sul global. **Revista Páginas de Filosofia**, v. 4, n. 2, p. 39-54, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/PF/article/view/3749>>. Acesso em: 12/06/2023

GONZALEZ, W. R. C.; ÁVILA, E. R. **A atuação do educador social em organizações do terceiro setor**. EccoS – Revista Científica, São Paulo, n. 48, p.

133-153. jan./mar. 2019. Disponível em:
<<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/11617>>. Acesso em: 28/04/23

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GRACIANE, M. S. S. **Pedagogia Social**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Presidente Kennedy. [online]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/presidente-kennedy/panorama>>. Acesso em: 29/04/2023

JACCOUD, L; BICIR, R. M; MESQUITA, A. C. **O SUAS na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas**. Novos Estudos CEBRAP, n. 108, p. 37-53, 2017. Tradução . . Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.25091/S0101-3300201700020003>>. Acesso em: 04 maio 2023.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. Ed. São Paulo, Cortez. 2010.

LOREIRO, M; CASTELEIRO, S. A pedagogia Social em Portugal. In: **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, vol. 1. 3ª edição, 2014. Páginas 72 a 82.

MACHADO, E. M. A pedagogia Social: Reflexões e Diálogos Necessários. In: **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, vol. 1. 3ª edição, 2014. p. 136 a 143.

MACHADO, R. E. **O desenvolvimento da pedagogia social sob a perspectiva comparada: o estágio atual no Brasil e na Espanha**. São Paulo, 2014. Acesso em: 06/03/2023.

MORAES, C. de. **Pedagogia Social, comunidade e formação de educadores: na busca do saber sócio-educativo**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/15416676-Pedagogia-social-comunidade-e-formacao-de-educadores-na-busca-do-saber-socio-educativo.html>>. Acesso em: 05/12/2020.

NUNES, D. C. C. O educador Social nos Sistemas e Serviços de Apoio à Incapacidade. Escola Superior de Educação Politécnico do Porto. 2021. Disponível em:
<https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/19896/1/DM_%20Daniela%20Nunes_2021.pdf>. Acesso em: 12/05/2023.

NETO, A. V; LOPES, M. C. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Revista Verve**, 2011 PUC/SP.

PAIVA, J. S. da. **Compreendendo as vivências e experiências, produzidas na educação social de rua: desvelamentos pertinentes ao educador social de rua**. 2011. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em:

<https://sappg.ufes.br/tese_drupal//nometese_48_JACYARA%20SILVA%20DE%20PAIVA.pdf>. Acesso em: 09/12/2020.

PAIVA, J. S. da. **Epistemologia da educação social de rua**. Scielo. Congr. Intern. Pedagogia Social. Mar, 2010. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092010000100015&script=sci_arttext>. Acesso em: 10/12/2020.

PEREIRA, A. O educador social e suas competências de atuação profissional: um trabalhador da educação pela LDBEN N. 9.394/96? **Debates em Educação**, v. 11, n. 23, pág. 312-332, jan./abr. 2019b. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/5466/pdf>>. Acesso em: 03/05/2023.

PINEL, H.; COLODETE, P. R.; PAIVA, J. S. Pedagogia Social: Definições, Formação, Espaços de Trabalho, Grandes nomes e Epistemologias. **Conhecimento em destaque**. Serra, ES, v.01, n. 02, jul./dez.2012. Disponível em: <<https://1library.org/document/qmj1356w-pedagogia-social-defini%C3%A7%C3%B5es-forma%C3%A7%C3%A3o-esp%C3%A7os-trabalho-grandes-epistemologias.html>>. Acesso em: 09/12/2020.

PINEL, H.; SILVA, E.; DOMINGOS, K. **Pedagogia Social: a importância na constituição desse saber fazer a partir de Paulo Freire**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/5382282-Palavras-chave-pedagogia-social-paulo-freire-relacao-educador-social-e-educando.html>>. Acesso em: 09/12/2020.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>>. Acesso em: 29/04/2023

PREFEITURA DE PRESIDENTE KENNEDY/ES. **Prefeitura de Presidente Kennedy realiza solenidade de lançamento do Programa Criança Feliz**. Agos. 2022. Disponível em: <<https://www.presidentekennedy.es.gov.br/noticia/ler/3241/prefeitura-de-presidente-kennedy-realiza-solenidade-de-lancamento-do-programa-crianca-feliz>>. Acesso em: 07/06/2023

RAMALHO, H. P. A Regulação da educação social como profissão: uma análise aos processos da regulação da identidade e do estatuto socioprofissional do educador social em Portugal e no Brasil. In: **Saber & Educar** · July 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319560924_A_Regulacao_da_educacao_social_como_profissao_uma_analise_aos_processos_da_regulacao_da_identidade_e_do_estatuto_socioprofissional_do_educador_social_em_Portugal_e_no_Brasil_The_regulation_of_social_e>. Acesso em: 04/05/2023.

SANTOS, B de S; ARAÚJO, S; BAUMGARTEN, M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, p. 14-

23. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/68312>>. Acesso em: 12/06/2023

SANTOS, B. S. Da colonialidade à Descolonialidade. In: In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Almedina, 2009. P. 20-57.

Disponível em:

<http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf>. Acesso em: 12/06/2023

SANTOS, G. N. S. da; SILVEIRA, E. L.; SILVA, J. P. L. de. (Des)naturalizando sujeitos e práticas na escola: Foucault para além de vigiar e punir. Ed. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1275-1287, out./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/qwHKVXmmd6QFX8r4hKgVK8B/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 03/03/2023.

SILVA, G. H. da. **A construção de identidade do educador social na sua prática cotidiana**: a pluralidade de um sujeito singular. São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tdc-06102008-115839/en.php>>. Acesso em: 30/04/2023

SERRANO, Gloria. *Pedagogía Social-Educación Social. Construcción Científica e Intervención Práctica*. Madrid: Narcea, 2003.

SOUZA, M. L.; FREITAS, L. S.; SANTOS, S. S. **I Encontro de Educadores Sociais de Assistência Social de Paranaíba/Ms: um relato de experiência**. Anais do Sciencult. Paranaíba, v. 6, n. 1, p. 167-180, 2015. Disponível em: <<https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/view/3101/3159>>. Acesso em: 27/04/23

VALENTE, S. Competências socioemocionais na atividade do educador social: implicações à inclusão escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 3, p. 2332-2349, nov., 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14441>>. Acesso em: 30/04/2023

ZLUHAN, M. R.; RAITZ, T. R. **A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas**. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 31-54. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/zrxjQZWMYfQbzTW58rjSJQt/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 02/11/2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu _____, estou de acordo e ciente em participar de uma pesquisa de caráter científico (A atuação do educador social na política socioassistencial do município de Presidente Kennedy – ES), por intermédio de uma entrevista precedida pela aluna Juliete Rissi – mestranda da Universidade Vale do Cricaré – São Mateus/ES, sob orientação do professor Pablo Ornelas Rosa.

As informações requeridas serão usadas apenas para a pesquisa supracitada, sem exposição da fonte. Tomo ciência de poder desistir de participar da referida pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo das partes envolvidas.

Presidente Kennedy/ES, _____ de março de 2023.

Responsável: Juliete Rissi

Contatos: julietterisse@hotmail.com/ 28 99968-4546

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA - FUNÇÃO EDUCADOR SOCIAL

O referido instrumento metodológico compõe uma pesquisa de mestrado que está sendo realizada na Universidade Vale do Cricaré – São Mateus/ES, pela mestrandia Juliete Rissi, sob a orientação do professor Pablo Ornelas Rosa, intitulada “A atuação do Educador Social na política socioassistencial do município de Presidente Kenendy/ES”. Tem por finalidade compreender como ocorre a atuação do Educador Social na política socioassistencial, tomando como campo de pesquisa o CRAS e o CREAS do município lócus da pesquisa.

Sua participação é de suma importância. Resultará em dados imprescindíveis para a veracidade e amparo da pesquisa.

Sexo: masc () fem ()

Idade: _____

Formação universitária: Sim () Não (). Curso:

Ano de conclusão: _____

- 1 - Há quanto tempo você trabalha como educador social?
- 2 - Você tem alguma formação e/ou curso na área da educação social/pedagogia social? Em caso negativo, teria interesse em realizar?
- 3 - Em qual instituição/unidade você atua?
- 4 - Quais atribuições lhe foram atribuídas no ato da contratação?
- 5 - Dentro da sua função, quais as atividades que você realiza com mais frequência?
- 6 - Para você, as atividades realizadas são relevantes? Condizem com a sua função? Elas impactam positivamente os sujeitos atendidos?
- 7 - O que você entende por vulnerabilidade?
- 8 - Qual público você atende?
- 9 - Quais as principais características do público atendido?
- 10 - O público que você atende faz uso de quais políticas públicas/programas?
- 11 - Como você definiria o educador social?
- 12 - O que te motivou/motiva a trabalhar como educador social?
- 13 - Para você, qual é a importância do educador social para a sociedade contemporânea?

APÊNDICE B - PRODUTO FINAL



OS AUTORES



Mestranda em Ciência, Tecnologia e Educação pela Universidade Vale do Cricaré, São Mateus/ES. Professora na rede municipal de educação do município de Presidente Kennedy - ES. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante - FAVENI, e em Geografia pela Universidade de Uberaba - UNIUBE. Pós graduada em Educação de Jovens e Adultos; Geografia, Meio ambiente e Sustentabilidade.



Doutor em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2012), mestre em sociologia política (2008) e bacharel em ciências sociais (2005) pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Realizou estágio de pós-doutorado em psicologia (2020) e em saúde coletiva (2018) na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e em sociologia (2014) na Universidade Federal do Paraná - UFPR. Desde agosto de 2013 atua como professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política (Mestrado Acadêmico) e em Segurança Pública (Mestrado Profissional) da Universidade Vila Velha - UVV. Também atua como professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (Mestrado Profissional) do Centro Universitário Vale do Cricaré - UniVC e, desde 2019, no curso de especialização em direito penal e criminologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS.

SUMÁRIO

Palavras Iniciais

Educa(ções)

Pedagogia Social

Educação Social

Paulo Freire

Educador Social

Sistema Único de Assistência Social

Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014

Públicos-alvo de educadores sociais

Categorias de Sentido

Relatos de Impacto

Palavras Finais

Referências



PALAVRAS INICIAIS

Como já preconizava Brandão (2007), ninguém escapa da educação. Ela está presente em distintos contextos, envolvendo diferentes sujeitos, sendo instrumento de mediação daqueles que insistem no ato de aprender e ensinar. Sujeitos que se deixam envolver pela curiosidade, pela pesquisa, pela busca do saber, ou simplesmente, pela singela necessidade de conviver.

Tratando-se especificamente da educação formal é imprescindível abordar que a mesma é de suma importância, pois representa uma organização capaz de construir princípios de equidade social, possibilitando ao sujeito percepções fundamentadas na criticidade, e problematizando assim, o mundo em que vive, atitudes de inferência e identidade pessoal.

Entretanto, também é necessário refletir que diante dos novos arranjos sociais, a escola formal se vê engessada na resolução de problemáticas sociais que envolvem sujeitos historicamente situados e vulneráveis. É preciso ressaltar ainda, que a escola acaba reproduzindo temas e situações já objetivadas historicamente, por grupos específicos, com intencionalidades específicas, e estas, acabam por praticar a exclusão e impossibilitar reflexões desnaturalizadoras.

Assim, como defendido por autores como Paiva e Freire, é preciso fazer novas pedagogias. Pedagogias plurais, que potencializem sujeitos e suas vidas.

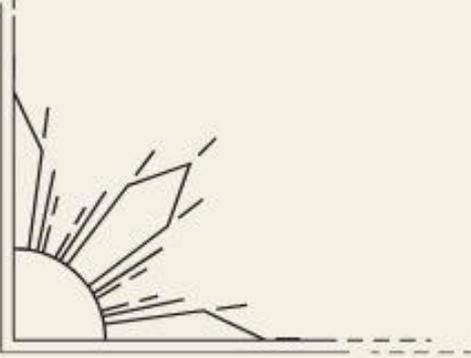


Em consonância, é pertinente compreender que a educação também ocorre em espaços não formais. É nesses espaços, prioritariamente, que a pedagogia social se manifesta e através de uma valor prático, propicia a aproximação com realidades situacionais, atuando na formação do indivíduo e instigando o mesmo a “[...] saber ser, saber conviver, saber cuidar, saber aprender, para dar sentido a sua existência.”. (GRACIANE, 2014, p. 11).

O profissional responsável por praticar a pedagogia social no Brasil é denominado educador social. Um profissional do qual foi instituída a linda missão de “[...] interrogar a história e qualquer de seus objetos no lugar de se deixar conduzir por eles” (CARVALHO, 2014).

Pensando em dar maior visibilidade para essa profissão, valorizar o fazer de todos aqueles que se intitulam educadores sociais, produzi esse e-book. Um material sucinto e prático. Uma proposta para deslumbrar de forma didática e lúdica informações pertinentes a área de atuação de educadores sociais, seu fazer, conquistas e perspectivas.

Que a leitura seja prazerosa e encantadora!



EDUCA(ÇÕES)



Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma determinada educação ou com várias: Educações. (BRANDÃO, 2007, p. 7).

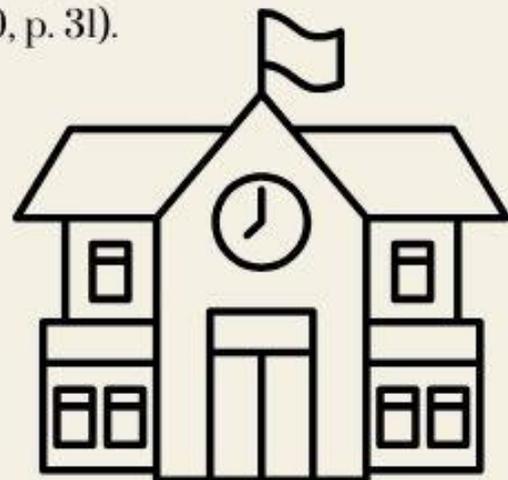
Vamos falar sobre tipologias da educação?

Bauli e Muller (2020) incitam que há uma variedade de enfoques e nomenclaturas para designar a educação. Em consonância, Moraes aduz que a educação, em suas diversas modalidades, serve para transformar o mundo real, as injustiças e dominações excludentes.

No entorno de sua amplitude, a educação direciona saberes, instrui preceitos, move pensamentos, posiciona e articula ações, evidencia realidades e coloca o sujeito na posição de decisão, observação, verificação, reflexão. Um estado crítico que transforma, ou possibilita transformações. (RISSI, 2023)



"Compreende instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada e sistematizada" (LIBÂNEO, 2010, p. 31).



Vamos falar sobre tipologias da educação?



Educação informal

- "Corresponde a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com o seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural" (LIBÂNEO, 2010, p. 31).
- "Resulta conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas" (LIBÂNEO, 2010, p. 31).
- "É "gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube etc.)" (GOHN, 2010, p. 18).



Vamos falar sobre tipologias da educação?

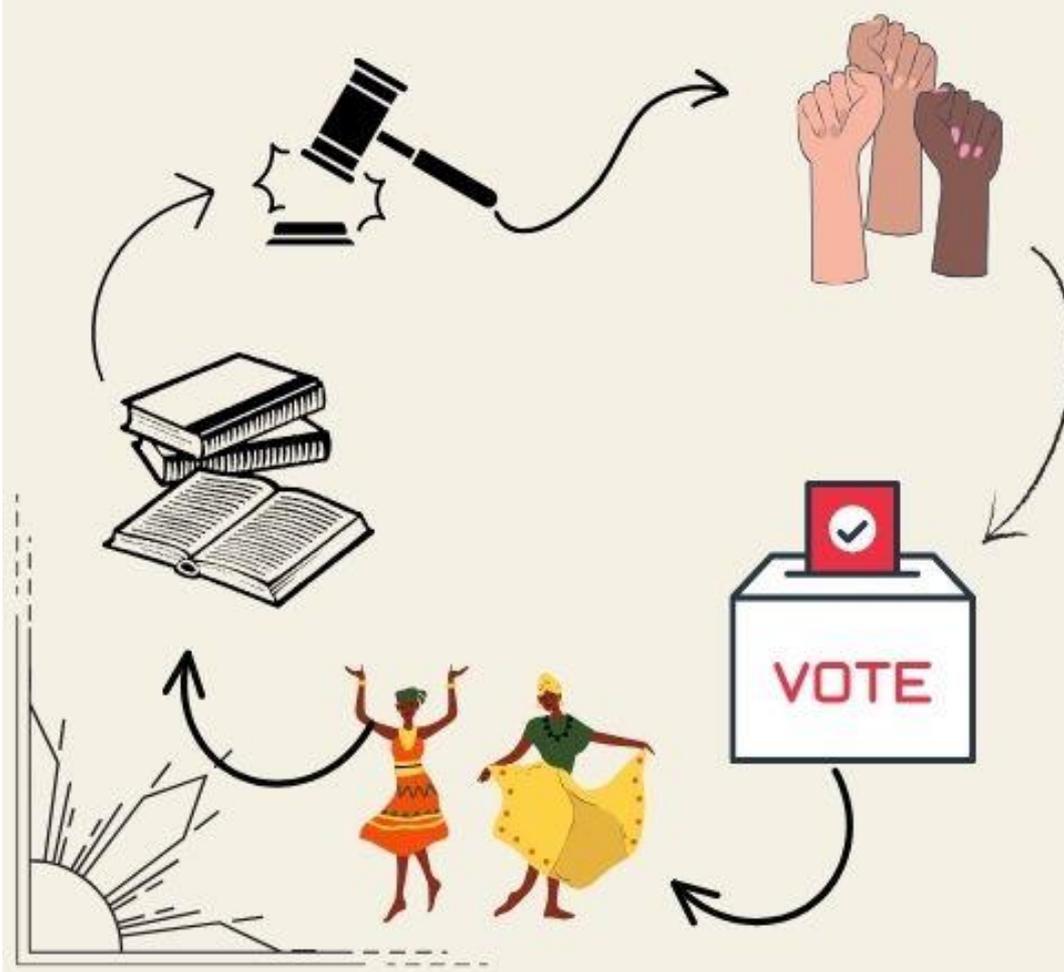


Educação não formal

- "É realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação" (LIBÂNEO, 2010).
- "É composta por características semelhantes da educação formal: objetivos explícitos, conteúdos e métodos de ensino" (LIBÂNEO, 2010).
- "Designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc" (GOHN, 2006, p. 2).

Vamos falar sobre tipologias da educação?

- Apresenta como eixos determinantes: educação para a justiça social; liberdade; igualdade; democracia; exercício da cultura; educação contra a discriminação e para os direitos (humanos, sociais, culturais, etc.). (GOHN, 2006, p. 2).
- É considerada como um dos núcleos básicos da Pedagogia Social. (GOHN, 2006).



PEDAGOGIA SOCIAL

"Considerando a complexidade da educação, suas vertentes e concepções, Gadotti (2012) já inculcava que "a realidade atual não é a única realidade possível e nem uma realidade imutável", já incitando para a reflexão de que a educação ao mesmo tempo que educa para a adaptação e conformismo, pode também, educar para a mudança e transformação" (RISSI, 2023).

Nesse viés, enceta a pedagogia social, um campo do saber cujo objeto de estudo é a sociabilidade humana e a dinamicidade de relações sociais. Uma pedagogia considerada práxis, que influi diretamente na reformulação e modificação da sociedade, apresentando como premissa norteadora a possibilidade de adentrar em tecidos sociais e ocasionar nos sujeitos a clarividência de transformação e atuação social digna e subjetiva. (RISSI, 2023).

Deste modo, a Pedagogia Social se apresenta como um campo do saber que viabiliza a práxis do profissional intitulado educador social. "Uma ciência sensível à dimensão da sociabilidade humana, ou seja, que se ocupa particularmente da educação social de indivíduos historicamente situados." (CALIMAN, 2010). A Pedagogia Social atua enfaticamente nos espaços considerados não formais, dando subsídio teórico para os educadores sociais, e a estes, é atribuído competências específicas e sensíveis de aproximação com sujeitos propensos a dificuldades sociais.

EDUCAÇÃO SOCIAL

“Em princípio, toda a educação é, ou deve ser, social, já que quando falamos de educação não podemos prescindir da sociedade, da comunidade e do contexto familiar, social e político onde vivemos” (GADOTTI, 2012, p. 10).

Nesse viés, a prática da teorização desenvolvida pela pedagogia social, fica concernida a educação social. A princípio, uma educação direcionada a sujeitos em situação de risco e vulnerabilidade social. Entretanto, é plausível considerar que as especificidades da sociedade hodierna e seus arranjos sociais, tem incitado o aprofundamento e alargamento do campo de atuação da educação social, que compreende, entre tantos e distintos contextos:

- A educação de adultos;
- A educação comunitária;
- A educação penitenciária;
- A educação ambiental;
- A educação em saúde;
- A educação para a formação de empresas;
- A educação ocupacional;
- A educação rural;
- A educação para a ação social.

PAULO FREIRE

Paulo Freire foi um educador social brasileiro de renome, que incentivou e motivou educadores do Brasil e do mundo a construir uma educação emancipatória e social.

Freire (1996) defendeu arduamente que mesmo estando situado em sociedades cujas barreiras eram sinônimos de imposições políticas e ideológicas, os desafios poderiam ser superados através da ação crítica, reflexão e ideais de liberdade.

O educador defendia que do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. (FREIRE, 1996). Em consonância, deslumbrava ao educador "[...] a missão de discutir a educação brasileira e pensar meios de torná-la melhor mediante o compromisso e a participação de todos, na perspectiva de uma educação libertadora" (SCHARAM; CARVALHO, 2019, p. 4).



FALARES FREIRIANO...

"A Pedagogia que me toca é a Pedagogia que escuta, provoca e vive a difícil experiência da liberdade."

"Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante."

"Gosto de ser gente porque, como tal, percebo afinal que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo."

"Minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história. [...] Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam."



"A educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento."

"É preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjogue."

"Estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade."



Freire: Referência em Pedagogia Social e Educação Social

EDUCADOR SOCIAL

Quem é esse profissional?

- Trabalha além dos muros da escola com processos educativos;
- Cria conexões para possíveis relações;
- Torna possível outras posições para os indivíduos em formação;
- É um mediador do conhecimento;
- É investigador e pesquisador;
- Norteia ações e pensamentos, mas deixa sob competência do educando as decisões de vida;
- Permite a produção de funções distintas daquelas que os sujeitos se encontram;
- Possui visão crítica;
- Conhece o grupo o qual vai trabalhar no tocante à sua cultura;

Está "marcado pela esperança, pelo diálogo, pela escuta e para a denúncia da desumanização". (FREIRE, 1986).



SUAS: UM DOS CAMPOS DE ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL

ATRIBUIÇÕES DO EDUCADOR SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

De acordo com o GESUAS (2023) - Software para Assistência Social - a atenção prioritária às famílias é a grande ênfase do Sistema Único de Assistência Social. A seguridade social ocorre por meio da promoção de projetos, ações e serviços direcionados a população em situação de risco e vulnerabilidade social.

O profissional educador social tem função imprescindível nesse processo, instigando a construção e fortalecimento de potencialidades, e assegurando valores como proteção e a prevenção.

Ainda segundo o GESUAS, a resolução nº 9, de 15 de abril de 2014, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), atribui ao educador social as seguintes funções:

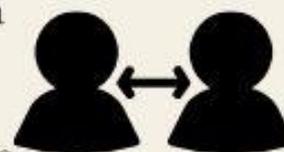
- 1- Promoção de atividades socioeducativas, de socialização e convivência;
- 2- Apoio a equipe de referência;
- 3- Planejamento, execução e monitoramento de atividades individuais e coletivas;
- 4- Organização de eventos lúdicos e culturais.

Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014 na íntegra: Funções do Educador Social ratificadas e reconhecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

a) Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família;



b) Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re) construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais;



c) Assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social;

d) Apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa;



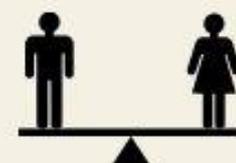
e) Atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora;

f) Apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações;



Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014 na
 íntegra: Funções do Educador Social

- g) apoiar e participar no planejamento das ações;
- h) organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade;
- i) acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades;
- j) apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade;
- k) apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais;
- l) apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações;
- m) apoiar os demais membros da equipe de referência em todas etapas do processo de trabalho;
- n) apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar;



Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014 na
íntegra: Funções do Educador Social

o) Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;



p) Apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados;
q) Apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas;



r) Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado;
s) Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;

t) Apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;



PÚBLICOS-ALVO DE EDUCADORES SOCIAIS



Pessoas em situação de rua

Adolescentes e jovens infratores



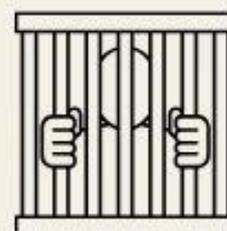
Tóxicos dependentes

**Vítimas de violência física
e/ou psicológica**

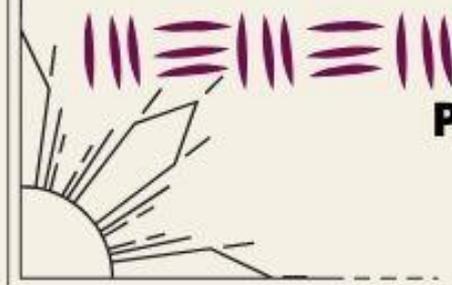


Vítimas de abuso sexual

População carcerária



**População quilombola e
indígena**



CATEGORIAS GERAIS DE SENTIDO



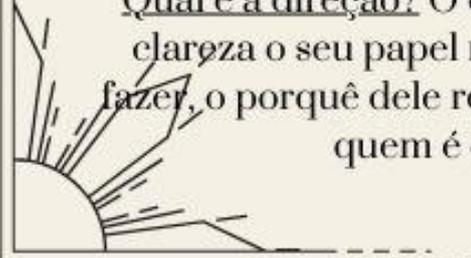
A educadora Jacyara Silva de Paiva (2015) apresenta características nomenclaturadas por ela de Categorias Gerais de Sentido, que definem qualidades do profissional educador social. Não trata-se de uma receita pronta, mas atributos que refletem aptidões profissional.

Categoria 1 **Ação-reflexão-ação**

Paiva busca no legado de Paulo Freire a primeira categoria. Desenvolver-se como profissional reflexivo significa estar atento aos aspectos da prática. Assim, um ação precisa ser precedida de uma reflexão, e a reflexão precisa anteceder uma ação.

Categoria 2 **Diretividade**

Qual é a direção? O educador social precisa saber com clareza o seu papel na sociedade, o que compete a ele fazer, o porquê dele realizar determinado trabalho e para quem é direcionado o mesmo.



Categoria 3 **Amorosidade**

O amor leva ao ato de cuidar, defender, de se colocar no lugar do outro, compreendendo e interpretando suas angústias e dificuldades. O amor estabelece uma zona de proteção que ocasiona na confiança e respeito. como Freire disse 'o amor é uma intercomunicação íntima de duas consciências que se respeitam'. Não há educação sem amor. Amor tornado ação mesmo. Que sabe seguir, que reflete. Ele que leva a ação.

Categoria 4 **Dialogicidade**

O diálogo é peça fundamental em qualquer relação humana comunicável. É uma forma de exposição de ideias e conhecimentos, além de representar uma zona de encontros, escuta e trocas de saberes. "Quando eu estabeleço um diálogo em duas consciências que se intercomunicam e se respeitam, e esse diálogo é de forma horizontal, de olho no olho, onde eu aprendo com ele e eu ensino também, onde o conhecimento vai se constituindo, vai produzindo mudanças nele e em mim!"

Categoria 5 **Conhecimento**

Conhecimento que gera vínculos e metodologias diferenciadas. "Que metodologia eu vou usar com esse menino que não tem pai, nem mãe, mora longe, não tem computador?" [...]. Por isso cada educador acha uma receita para cada educando, que é diferente, que é diverso um do outro".

Categoria 6 **Incompletude**

"O homem se sabe inacabado e por isso se educa. Não haveria educação se o homem fosse um ser educado. Somos seres incompletos, necessitamos a cada dia estar nos constituindo.

É isso que nos move."

Sempre há algo para aprender, explorar ou ensinar.

Categoria 7 **Denúncia**

Uma denúncia que sempre que realizada, anuncia algo.

É a voz do anúncio, da proteção.

"Freire já dizia que não há denúncia verdadeira sem o compromisso de transformação, sem eixo, sem ação".

Categoria 8 **Leitura de mundo**

É preciso ser um leitor compreensivo do mundo, do cotidiano vivido pelo educando. Isso é uma condição." [...].
Nós não temos que usar o nosso cotidiano como referência.
É considerar a história, é aprender com a história do outro."

O QUE CONQUISTAMOS ATÉ AQUI?

1- CONGRESSOS INTERNACIONAIS DE PEDAGOGIA SOCIAL - CIPS

Os Congressos Internacionais de Pedagogia Social representaram uma proposta de estabelecimento de espaço para discutir, dialogar, refletir e produzir acervos na área supracitada.

Os eventos, sediados em território brasileiro, contaram com a presença de profissionais que se intitulam educadores sociais, assim como, indivíduos interessados em temas de repercussão da área aludida.

De acordo com o laboratório de pedagogia social, um supositório alimentado pelo doutor Geraldo Caliman, os CIPS:

São organizados conjuntamente por grupos de pesquisas sediados na USP, PUC/SP, Mackenzie e UNISAL em articulação com grupos sediados na UCB, Unicamp, UFPR, UFF, UFMS, UFPE, UFES/IFES e UEPG. O Simpósio de Pós-Graduação que tradicionalmente faz parte do CIPS é a parte que congrega pós-graduandos para apresentação de suas pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado na forma de Comunicação Oral.



3- Projeto de lei nº 2676/19



No ano de 2019, através do projeto de lei nº 2676/19 da deputada federal Luizianne Lins Deputada Federal – PT/CE, o Congresso Nacional decretou a criação da profissão de Educador Social no Brasil:

Art. 1º - Fica criada a profissão de Educador e Educadora Social, nos termos desta Lei.

Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

4- Estabelecimento dos Campos de atuação do Educador Social

Projeto de lei nº 2676/19

Art. 2º - Ficam estabelecidos como campo de atuação dos educadores e educadoras sociais, os contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares e que envolvem:

I - as pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica;

II - a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais;

III - os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

IV - a realização de atividades sócio educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos atos infracionais;

V - a realização de programas e projetos educativos destinados a população carcerária;

VI - as pessoas portadoras de necessidades especiais;

VII - o enfrentamento à dependência de drogas;

VIII - as atividades sócio educativas para terceira idade;

IX - a promoção da educação ambiental;

X - a promoção da cidadania;

XI - a promoção da arte-educação;

XII - a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira;

XIII - os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos;

XIV - as entidades recreativas, de esporte e lazer.

5- Criação do dia do educador social

O Brasil celebra no dia 19 de setembro o Dia Nacional do Educador Social. A data oficial aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República, através da Lei nº 13.580, de 26 de dezembro de 2017. A data é comemorada no dia do nascimento do educador Paulo Freire.

Outras conquistas...

- Inclusão da categoria na Classificação Brasileira de Ocupações-CBO, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Abertura de concurso público para a categoria;
- Promoção de cursos de extensão e especialização em educação social;
- Orientações do Ministério de Desenvolvimento Social para a obrigatoriedade de Educadores Sociais na composição de equipes que atendem no CREAS dos municípios.

19 de setembro - Dia Nacional do
Educador Social



RELATOS DE IMPACTO



Relato 1

Um dia desses eu fui em um restaurante. Observei que o menino que estava atendendo nossa mesa ficava o tempo todo me observando. Eu olhava para ele com o aquele olhar “Mas gente eu conheço esse menino de algum lugar”, mas eu não estava recordando.

Aí num certo momento, ele disse assim:

- É tia, você não está lembrando de mim não, né?
- Espera aí... Allan?!
- Sou eu mesmo, tia! Eu fazia curso com vocês lá no CRAS. Você estava esquecendo de mim, né!

E assim, foi tão gostoso ver aquela criança, porque naquela época ele participava do grupo de crianças e hoje já é um rapaz...um homem, trabalhando e ainda me chamando de tia com todo o respeito, com todo o carinho. Foi muito bacana! E ele era um menino, que no grupo, dava muito trabalho. Ele era hiperativo, agitado. Agitava o grupo e o tempo todo tínhamos que dar uma “puxadinha” nele. Não uma “puxadinha” de bloquear, mas sempre de incentivar ele a ser o melhor.

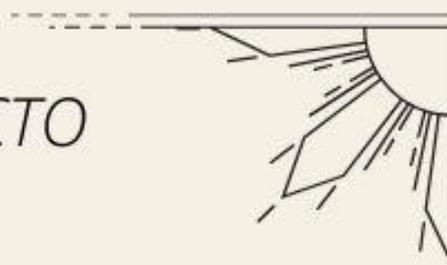
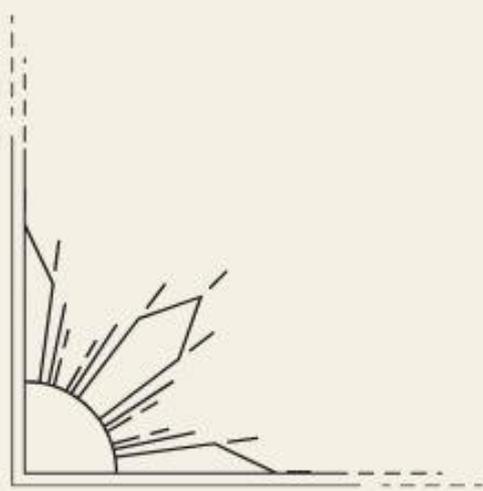
E hoje ao ver ele trabalhando, responsável...foi muito gratificante.



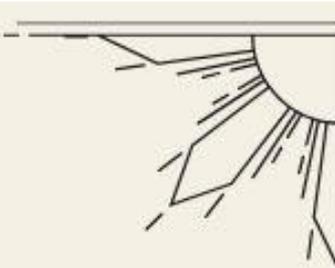
RELATOS DE IMPACTO

Relato 2

Passei um longo período no CREAS, onde a vulnerabilidade já está "incluído" na vida dos nossos usuários, e durante o tempo que passei lá, sem dúvidas o que mais me impactava era as pessoas em situação de rua, que muitas vezes gostaria de voltar para os seus lares, mas não mais existia o vínculo que o tempo e as circunstâncias já havia apagado.

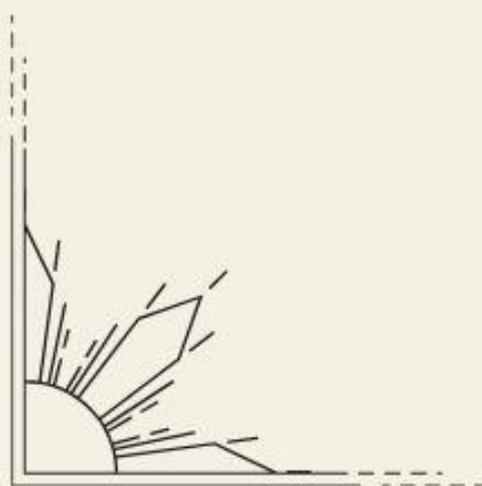


RELATOS DE IMPACTO



Relato 3

Comecei a refletir minha prática enquanto educador social em diversos trabalhos que já realizei ao longo dos meus 5 anos de experiência. Em uma das minhas experiências em uma oficina, percebemos que uma de nossas usuárias (criança), estava tendo alguns comportamentos diferentes durante o tempo em que acontecia a oficina (Balé). Ela sempre ia com roupa que cobria seus braços e pernas, ficava calada, se isolava das demais crianças, sendo assim, conversei com a equipe técnica responsável naquele momento, para que fosse feita uma visita no domicílio da criança. O fato é que esta garotinha estava sendo violentada. Foi tomada todas as medidas necessárias para a segurança da mesma. Claro, existem muitos casos, mas este me marcou bastante, pois sou mãe de uma linda menina e jamais, nem por pensamento, deixaria nada acontecer a ela.

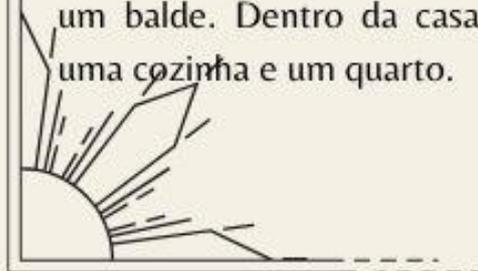


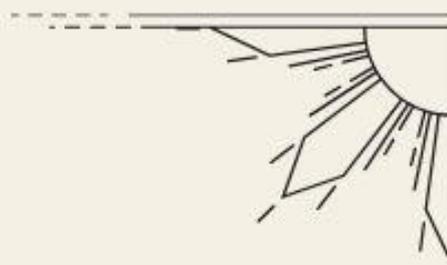
RELATOS DE IMPACTO

Relato 4

Uma das famílias cadastradas no Cadastro Único era vista como problemática pela equipe. Periodicamente estava no setor do Cadastro Único porque o benefício do bolsa família tinha sido suspenso. Suspenso sempre pelo mesmo motivo, descumprimento de condicionalidades por baixa frequência escolar. Ao se adentrar na sala, todo o ambiente ficava com cheiro forte. Era muito difícil finalizar o atendimento. A responsável familiar recebia as instruções necessárias para evitar novos transtornos, mas a situação sempre voltava a acontecer. O grande problema é que a família era composta por vários integrantes e precisava do benefício para se manter.

Certo dia, após suspensão do benefício, solicitei acompanhar a Assistente Social na visita domiciliar da família. A família residia no meio do pasto, distante da estrada. Antes de se aproximar da casa já era possível perceber a situação de precariedade. No entorno tinha animais soltos, muitas fezes de gado, mato alto. As crianças não estavam na escola e ao nos ver, saíram correndo para o matagal. Não sei se era vergonha ou medo. Ao lado da casa, situado em um morro, o pai, responsável pela família, roçava uma capoeira de mato. Ao chegar na residência, o choque de realidade. Uma estrutura danificada, precária, indigna. Não tinha janelas, não tinha porta, nem água encanada. O chão não era coberto, era de terra. No banheiro não tinha vaso sanitário, nem chuveiro, apenas um balde. Dentro da casa tinha dois cômodos, aparentemente uma cozinha e um quarto.

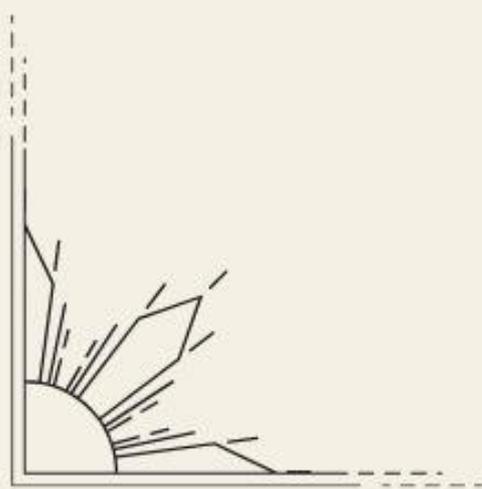




Na cozinha tinha apenas um fogão, (com uma trempe) e um armário (vazio) extremamente sujos e danificados. No quarto, três colchões por cima da terra, um de casal e dois de solteiro. Estavam descobertos e com muitos traços de acúmulo de terra. Um quarto que abrigava 8 pessoas, sendo 6 crianças.

Estar ali dentro me provocou inúmeras reflexões: quando teria sido o último banho daquelas crianças? No dia anterior eles teriam se alimentado? Por quantos dias eles usavam a mesma peça de roupa? As noites eram frias para aquela família? As crianças conviviam com o ato sexual dos pais? Como sentir prazer em frequentar a escola? Aquela família conseguia encontrar felicidade meio ao caos? Como ajudar? Como intervir? Onde está o direito do cidadão e a sociedade justa e igualitária?

Naquele dia retornei para o meu setor com o coração despedaçado, convicta que sabemos muito pouco e que o sofrimento que se manifesta em muitos lares brasileiros é entristecedor.



PALAVRAS FINAIS



Como efeito das características que configuram a sociedade hodierna, novos campos do saber vêm sendo comumente estudados, discutidos, refletidos, apresentados. Nesse viés, a pedagogia social e a educação social se apresentam enquanto possibilidades de transformação social, justamente por se manifestarem em contextos socialmente mais abrangentes e vulneráveis. Contextos que evidenciam problemáticas sociais e a urgência de um trabalho socioeducativo direcionado enfaticamente para pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social.

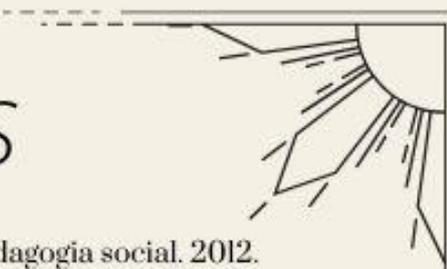
A teoria e a práxis se unem para adentrar em tecidos sociais vulneráveis e ocasionar efeitos de transformação e equidade social. O profissional educador social fica responsável pela prática supracitada.

Educador social, uma profissão de grande potencial e relevância. Uma profissão que demorou para ser concebida, percebida, valorizada, mas que diante da percepção do valor inegável, traduz o teor da escuta, do encantamento, do diálogo e da responsabilidade social.

É preciso escutar vozes historicamente abafadas. É preciso enxergar aqueles que caminham na escuridão da exclusão. É preciso estender as mãos, e de mãos dadas, caminhar pelo estreitamento do reconhecimento. É preciso dialogar sem imposição. É preciso acreditar. Acreditar que a prática socioeducativa responsável pode mudar pessoas ... mudar as mesmas pessoas capazes de ocasionar grandes transformações na sociedade.

Educador Social, você é muito necessário! Que cada conquista sua seja exaltada e reconhecida!

REFERÊNCIAS



ABRAPSOCIAL Associação brasileira de pedagogia social. 2012.
Disponível em:
<https://pedagogiasocialbr.wordpress.com/category/abrapsocial/>

AQUINO, S. L.O pedagogo e seus espaços de atuação nas representações sociais de egressos do curso de pedagogia. Minas Gerais, 2011. Disponível em:<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/3425/1/texto%20completo.pdf>

BRANDÃO, C. R. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.

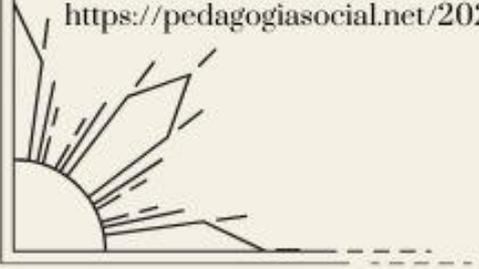
BRASIL. LEI Nº 13.580, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017. 4. 2017.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13580.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.580%2C%20DE%2026,Art.

BRASIL. Resolução Nº 9, de 15 de abril de 2014. Resolução Nacional de Assistência Social. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Nº2.676, de 2019.
Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1752495#:~:text=O%20CONGRESSO%20NACIONAL%20decreta%3A,a%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas%2C%20mediadoras%20e%20formativas

CALIMAN, G. Pedagogia Social: Seu potencial crítico e transformador. Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - 2º Semestre/2010. P. 341-368. Disponível em:
<http://sites.unicentro.br/wp/cursodepedagogia/files/2011/08/caliman-pedagogia-social-transformadora.pdf>

CALIMAN, G. Laboratório de Pedagogia Social. 2023. Disponível em:
<https://pedagogiasocial.net/2023/02/08/>





CARVALHO, N. A et al. As contribuições de Paulo Freire frente a pedagogia social. Rev. Humanidades. Disponível em:
https://www.revistahumanidades.com.br/arquivos_up/artigos/a307.pdf

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra (coleção leitura), 1996.

GADOTTI, M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092012000200013&script=sci_arttext

GESUAS. O papel do Educador Social no SUAS. Set. 2020. Disponível em:
<https://blog.gesuas.com.br/educador-social/>

GOHN, M da G. Educação não-formal na Pedagogia Social. An. I Congr. Intern. Pedagogia Social. São Paulo, Mar. 2006. Disponível em:
http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092006000100034&script=sci_arttext

GRACIANE, M. S. S. Pedagogia Social. Ied. São Paulo: Cortez, 2014.

LIBÂNIO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12. Ed. São Paulo, Cortez. 2010.

RISSI, J. A atuação do Educador Social na política socioassistencial do município de Presidente Kennedy – ES. São Mateus, 2023.

SCHRAM, S. C; CARVALHO, M. A. B. O pensar educação em Paulo Freire: para uma pedagogia de mudanças. 2019. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2>

SILVA, et al. (Des)naturalizando sujeitos e práticas na escola: Foucault para além de vigiar e punir. Ed. Educação e realidade. 2016. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/3172/317247596015/html/>

SIMÕES, R. Descubra o que faz um educador social. Guia de carreira. Maio, 2023. Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/blog/o-que-faz-um-educador-social>

